



CÂMARA DOS DEPUTADOS

# COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

BRASÍLIA  
2023





Câmara dos Deputados

# COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

---

Relatório de Atividades

Brasília  
2023

-

**Mesa Diretora da Câmara dos Deputados**  
56ª Legislatura (2023-2026) – 1ª Sessão Legislativa Ordinária

**Presidente**

Arthur Lira

**1º Vice-Presidente**

Marcos Pereira

**2º Vice-Presidente**

Sóstenes Cavalcante

**1º Secretário**

Luciano Bivar

**2ª Secretária**

Maria do Rosário

**3º Secretário**

Júlio Cesar

**4º Secretário**

Lucio Mosquini

**Suplentes de Secretários**

**1º Suplente**

Gilberto Nascimento

**2º Suplente**

Pompeo de Mattos

**3º Suplente**

Beto Pereira

**4º Suplente**

André Ferreira

**Diretor-Geral**

Celso de Barros Correia Neto

**Secretário-Geral da Mesa**

Luís Otávio Veríssimo Teixeira

## **Câmara dos Deputados**

Comissão de Defesa do Consumidor

Projeto gráfico e diagramação: Denise Rocha Mariano

2024

Disponível em meio eletrônico: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdc/relatorios-de-atividades>

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

---

Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão de Defesa do Consumidor.

Relatório de atividades 2023 [recurso eletrônico] / Comissão de Defesa do Consumidor – Brasília : Câmara dos Deputados, 2023.

Versão E-book.

Modo de acesso: [bd.camara.leg.br](http://bd.camara.leg.br)

1. Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão de Defesa do Consumidor, relatório, 2023. I.  
Título.

CDU 342.532(81)(047)

---

Bibliotecária: Fabyola Lima Madeira – CRB1: 2109

Endereço: Câmara dos Deputados - Palácio do Congresso Nacional - Praça dos Três Poderes - Brasília - DF - Brasil – CEP 70160-900 <https://www.camara.leg.br/>

# EXPEDIENTE

## COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

**Presidente:** Jorge Braz (REPUBLICANOS/RJ)

**1º Vice-Presidente:** Celso Russomanno (REPUBLICANOS/SP)

### TITULARES

Aureo Ribeiro (SOLIDARIEDADE/RJ)

Celso Russomanno  
(REPUBLICANOS/SP)

Felipe Carreras (PSB/PE)

Igor Timo (PODE/MG)

Jorge Braz (REPUBLICANOS/RJ)

Marx Beltrão (PP/AL)

Paulão (PT/AL)

Vinicius

Carvalho (REPUBLICANOS/SP)

### SUPLENTE

Antonia Lúcia (REPUBLICANOS/AC)

Duarte Jr. (PSB/MA)

Fábio Teruel (MDB/SP)

Felipe Francischini (UNIÃO/PR)

Flávio Nogueira (PT/PI)

Gilson Daniel (PODE/ES)

Gilson Marques (NOVO/SC)

Gisela Simona (UNIÃO/MT)

Ivan Valente (PSOL/SP)

José Nelto (PP/GO)

Lincoln Portela (PL/MG)

Lindbergh Farias (PT/RJ)

Márcio Marinho (REPUBLICANOS/BA)

Neto Carletto (PP/BA)

Ossesio Silva (REPUBLICANOS/PE)

Ricardo Silva (PSD/SP)

Roberto Monteiro Pai (PL/RJ)

Weliton Prado (SOLIDARIEDADE/MG)

## DEPARTAMENTO DE COMISSÕES

Diretor do Departamento de Comissões: João Batista Silva Aragão Junior

Diretor da Coordenação de Comissões Permanentes: Marcelo Brandão Lapa

## CORPO TÉCNICO DA COMISSÃO

**Secretária-Executiva:** Lilian de Cássia Albuquerque Santos

Carla Rodrigues de Medeiros

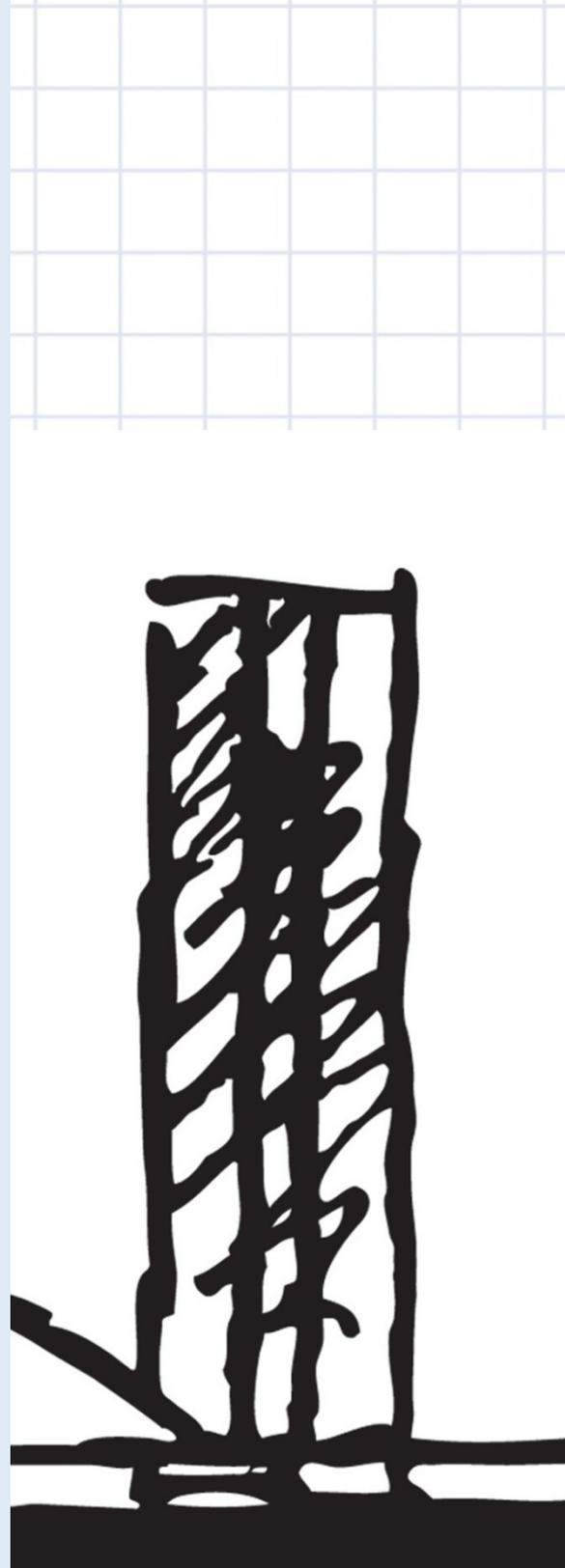
Fabiano José da Costa

Marcus Achilles Santana Soares e Barros

Maria de Fátima Vieira Ornelas

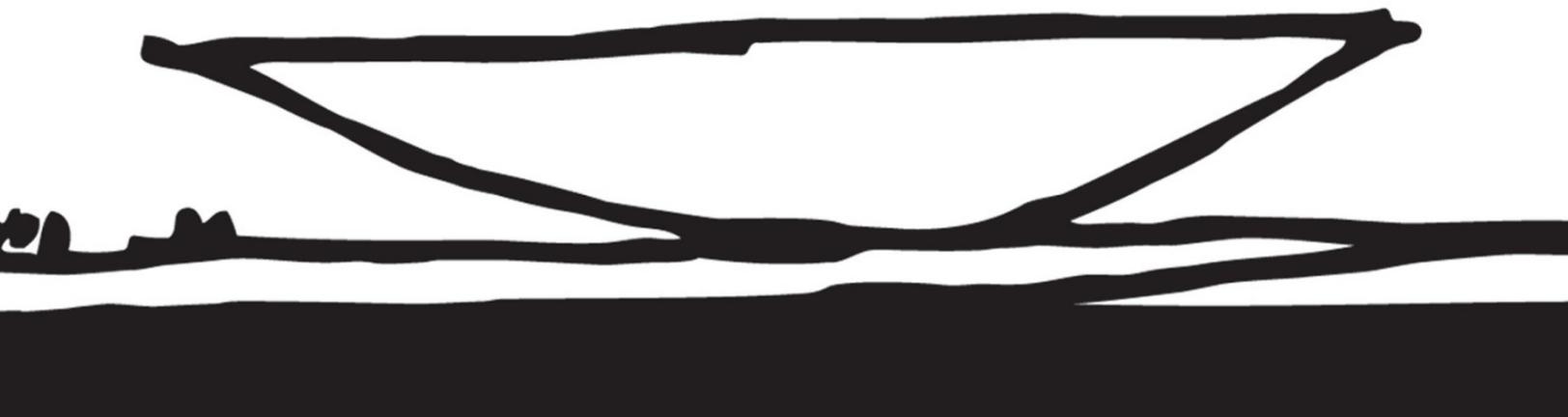
Mônica Rodrigues Campello

Patrícia Borges de Carvalho



## SUMÁRIO

Apresentação	06
Presidência	08
Membros	09
Representação	12
Resultados	13
Proposições	14
Requerimentos	25
Audiências públicas	46
CDC na imprensa	74
Relatorias	84
Emendas orçamentárias	141



---

# APRESENTAÇÃO

---

Após quatro anos como integrante da Comissão de Defesa do Consumidor, coube a mim o privilégio e a responsabilidade de comandar um colegiado que traz, em sua origem, parte da essência que me acompanhou na vida pública. Como presidente do Procon carioca, antes de chegar à Câmara dos Deputados, tive a chance de conhecer de perto o combate às práticas abusivas de fornecedores de bens e serviços. Já à frente da CDC, passei a atuar como coordenador de um colegiado responsável por aprimorar a legislação consumerista.

No momento em que se multiplicam fraudes e golpes digitais contra o consumidor, a problemática do uso indevido dos dados pessoais encontrou especial atenção da Comissão. A necessidade de discutir aperfeiçoamentos na regulamentação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), em vigor desde 2020, levou a CDC a instituir um Grupo de Trabalho com representantes da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, da Secretaria Nacional do Consumidor e do Ministério da Saúde, além da Consultoria Legislativa da Casa e da Liderança do Republicanos, representada pelo assessor André Freire. As conclusões do Grupo de Trabalho foram encaminhadas à Autoridade Nacional para futuras melhorias na legislação. A privacidade dos consumidores e o risco de vazamento de seus dados através de estabelecimentos como farmácias, que condicionam descontos a cadastro de CPF, também foram tema de audiência pública.

Questões que historicamente ocupam a pauta da CDC voltaram a ser debatidas em 2023. Dirigentes das agências reguladoras de energia elétrica e de telecomunicações compareceram à Comissão - ao lado de representantes do setor privado e de concessionárias e distribuidoras - para debater a qualidade dos serviços, os reajustes abusivos e a micro e mini geração de energia distribuída (que já ocupa o segundo lugar no ranking de reclamações de consumidores).

Ainda no tocante à energia elétrica, os membros da comissão se debruçaram sobre aspectos que vão além da prestação adequada dos serviços. A estrutura tarifária das contas de luz causa preocupação no nosso colegiado, uma vez que em 2023 os subsídios custaram cerca de 35 bilhões de reais - 90% desse valor arcados pelos consumidores. É uma situação injusta, que deve ser enfrentada com coragem pelo Governo e pelo Congresso e ainda carece de solução. Por outro lado, a CDC esteve atenta a novos desafios. Diante das crises quase simultâneas envolvendo a 123 Milhas e o Hotel Urbano, a Comissão aprovou requerimentos de audiências públicas com os envolvidos.

O bem mais precioso dos brasileiros - a saúde - foi tratado em diversas audiências públicas com representantes do governo, da sociedade civil e do setor privado. Os membros da CDC discutiram as terapias

gênicas para doenças raras e de alto custo, a redução dos prazos para tratamento de neoplasias malignas pelas seguradoras, o modelo de formação de preços de remédios no Brasil.

Nesse aspecto, vale destacar a discussão do PL 7.419/06, que altera radicalmente a Lei 9.565/98, responsável por disciplinar os planos e seguros privados de assistência à saúde no Brasil. A chamada Lei dos Planos de Saúde foi objeto, nos últimos anos, de centenas de projetos destinados a modificá-la. Essas propostas – muitas das quais já tramitaram na CDC em legislaturas passadas – atualmente encontram-se apensadas ao PL 7.419/06, sob relatoria do deputado Duarte Jr. um dos membros da nossa Comissão. Trata-se de uma matéria de profundo interesse da sociedade brasileira e que, após ser enviada para Comissão Especial, está pronta para deliberação em Plenário. Pontos como o acompanhamento de pacientes internados, o ressarcimento das despesas, a inclusão de tratamentos específicos no rol de procedimentos, as condições para carência, o atendimento em caráter de urgência e emergência, os reajustes de valores, a rescisão ou suspensão dos contratos e a livre escolha de profissionais sofreram profundas modificações com o PL 7.419/06. O deputado Duarte Jr. realizou, ao longo de 2023, reuniões com representantes da sociedade civil em todas as regiões do Brasil, nas cidades de São Luís, São Paulo, Porto Alegre, Manaus e Recife, além de uma audiência pública na Comissão de Defesa do Consumidor. Embora a proposição ainda não tenha sido votada em Plenário, o parecer do relator encontra-se robusto, e estamos confiantes que essa relevante e imprescindível proposta - que tramita na Câmara há dezesseis anos - deva ser apreciada pelos deputados no próximo semestre.

Outros projetos de leis aprovados pelos membros da CDC também se referem a campos temáticos dos mais variados. Destaco o PL 9084/2017, que proíbe a aplicação do sistema de bandeiras tarifárias; o PL 90/2020, que veda a produção e a comercialização de qualquer produto obtido por meio de alimentação forçada de animais; o PL 1047/2021, que obriga as administradoras de consórcios a informar aos consumidores a destinação dos valores pagos; o PL 6448/2013, que determina que os fabricantes de medicamentos de uso contínuo incluam, na embalagem do produto, advertência acerca do encerramento de sua produção; e o PL 3499/2021, que prevê critérios diferenciados para a definição dos preços de terapias gênicas, celulares e com células-tronco.

Às deputadas e aos deputados que auxiliaram na condução dos trabalhos da Comissão, minha gratidão. À secretária-executiva da CDC, Lilian de Cássia Albuquerque, toda a sua equipe, bem como a André Freire, da Liderança do Republicanos, à assessoria do meu gabinete e aos consultores legislativos do Núcleo de Defesa do Consumidor – em especial Cassiano Negrão – meu reconhecimento pela competência e dedicação.

**Deputado Federal JORGE BRAZ**

Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor

# RESIDÊNCIA DA CDC



JORGE BRAZ  
Presidente



CELSO  
RUSSOMANNO  
1º Vice-Presidente

## MEMBROS TITULARES



Aureo Ribeiro  
(Solidariedade/RJ)



Celso Russomanno  
(Republicanos/SP)



Felipe Carreras  
(PSB/PE)



Igor Timo  
(Pode/MG)



Jorge Braz  
(Republicanos/RJ)



Marx Beltrão  
(PP/AL)



Paulão  
(PT/AL)



Vinicius Carvalho  
(Republicanos/SP)

MEMBROS I

## SUPLENTES



Antônia Lúcia  
(Republicanos/AC)



Duarte Jr.  
(PSB/MA)



Fábio Teruel  
(MDB/SP)



Felipe Francischini  
(União/PR)



Flávio Nogueira  
(PT/PI)



Gilson Daniel  
(Pode/ES)



Gilson Marques  
(Novo/SC)



Gisela Simona  
(União/MT)



Ivan Valente  
(PSOL/SP)

MEMBROS DA

**SUPLENTES**



José Nelto  
(PP/GO)



Lincoln Portela  
(PL/MG)



Lindbergh Farias  
(PT/RJ)



Márcio Marinho  
(Republicanos/BA)



Neto Carletto  
(PP/BA)



Osseio Silva  
(Republicanos/PE)



Ricardo Silva  
(PSD/SP)



Roberto Monteiro Pai  
(PL/RJ)



Weliton Prado  
(Solidariedade/MG)

**MEMBROS DA C**

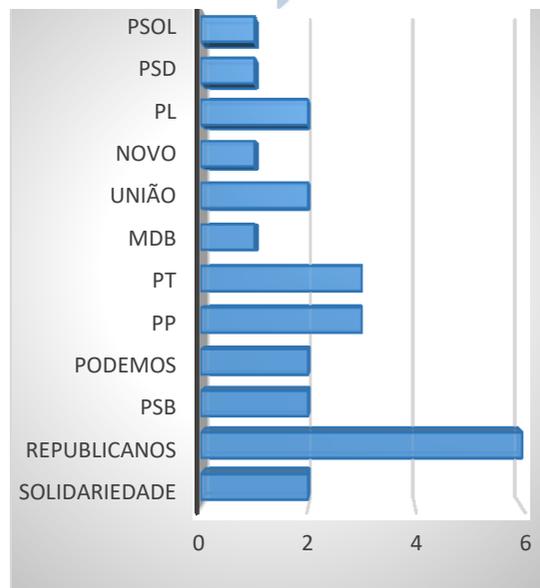
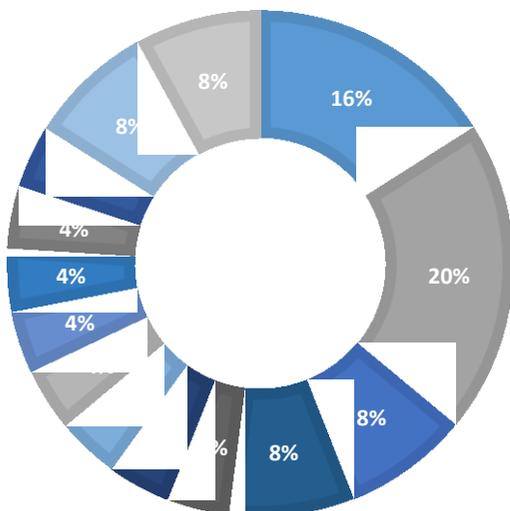
# REPRESENTAÇÃO

A Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) é composta por 24 membros titulares e 24 membros suplentes. As vagas da Comissão estão distribuídas entre os PARTIDOS POLÍTICOS da Câmara dos Deputados, conforme indicação das Lideranças, obedecendo o que dispõe o Regimento Interno acerca da proporcionalidade partidária.

## Estados representados na CDC



■ RJ ■ SP ■ PE ■ AL ■ AC ■ MA ■ PR ■ PI ■ ES ■ SC ■ MT ■ GO ■ MG ■ BA

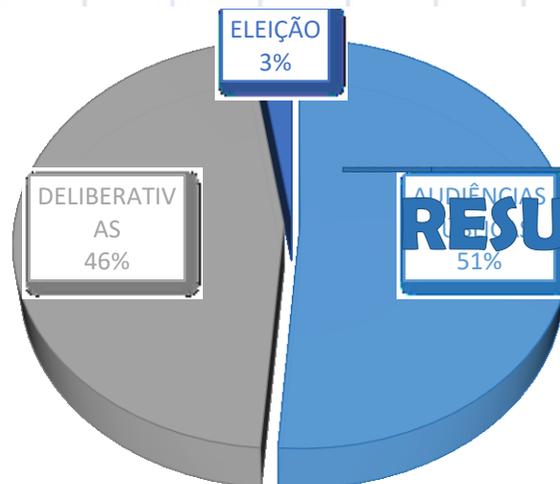


## 41 reuniões realizadas

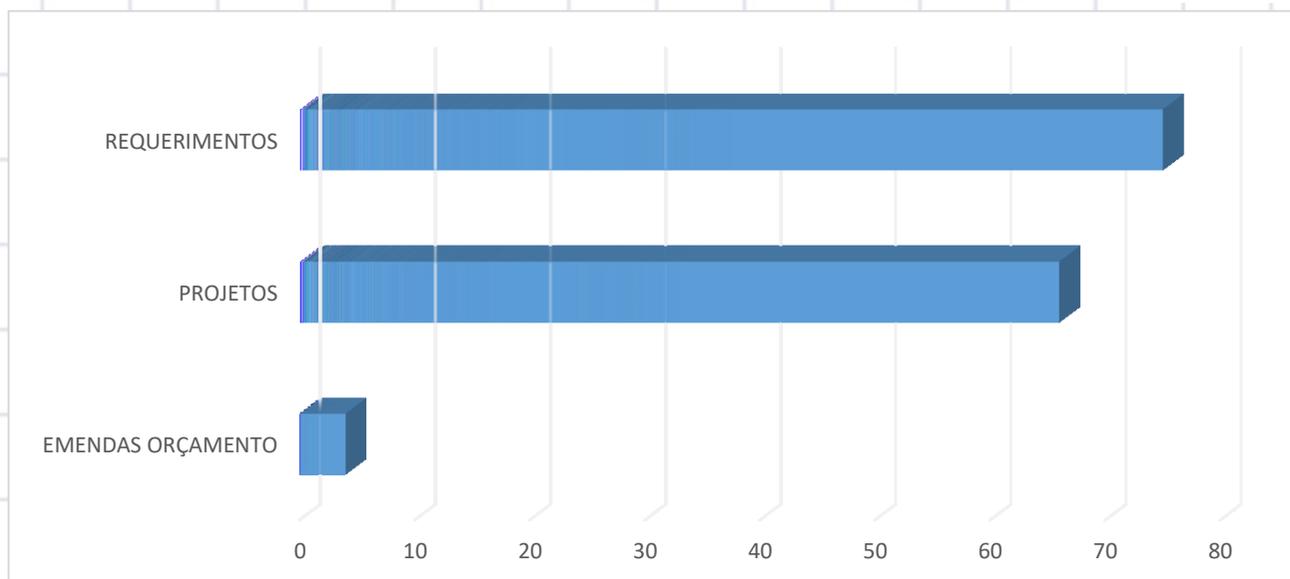
Em 2023, a Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) realizou 41 reuniões, sendo uma destinada à instalação e à eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes; 19 deliberativas, objetivando a análise de proposições legislativas; e 21 audiências públicas.

## Proposições legislativas

No ano de 2023, a Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) apreciou 142 matérias, Sendo 63 projetos, 75 requerimentos e quatro emendas à Lei Orçamentária Anual.



# RESULTADOS

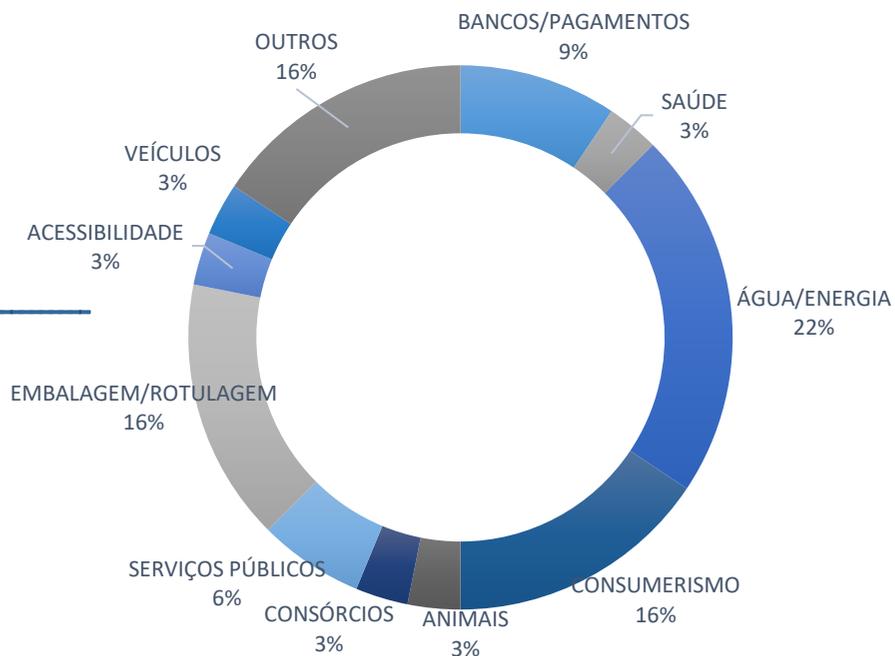




### Temas recorrentes

Em 2023, saíram da Comissão de Defesa do Consumidor 32 projetos de lei. Foram 28 matérias aprovadas e 4 rejeitadas. Ao serem incluídos os apensados, totalizaram 66 projetos. Entre os temas recorrentes, estão energia elétrica, transações bancárias, consumerismo, embalagem/rotulagem de produtos e serviços públicos.

## PROPOSIÇÕES



---

## PROPOSIÇÕES APROVADAS

---

**PROJETO DE LEI Nº 203/2022** - do Sr. FRANCISCO JR - Dispõe sobre a obrigação das concessionárias prestadoras de serviço de fornecimento de energia elétrica dos Estados e do Distrito Federal, de ofertarem aos consumidores, por meio da internet, dados referentes ao consumo de energia elétrica e dá outras providências.

- RELATOR: Dep. Jorge Braz
- PARECER: com Complementação e Voto, pela aprovação com emenda
- **Aprovado o parecer em 03/05/23**
- Encaminhado à CCJC

**PROJETO DE LEI Nº 9084/2017** - do Sr. VAIDON OLIVEIRA - Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para vedar a aplicação do sistema de bandeiras tarifárias. Apensos os PLs 10439/2018, 10851/2018, 863/2020, 2837/2021, 2863/2021, 2473/2019, 3056/2021 e 3348/2021.

- RELATOR: Dep. Aureo Ribeiro
- PARECER: pela aprovação do PL 9084/2017 e dos PLs 10439/2018, 10851/2018, 863/2020, 2837/2021, 2863/2021, 2473/2019, 3056/2021 e 3348/2021, apensados, com substitutivo
- **Aprovado o parecer em 10/05/23**
- Encaminhado à CME

**PROJETO DE LEI Nº 323/2019** - da Sra. EDNA HENRIQUE - Modifica a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para regulamentar a identificação de irregularidades no consumo de energia elétrica.

- RELATOR: Dep. Aureo Ribeiro
- PARECER: pela aprovação
- **Aprovado o parecer em 10/05/23**
- Encaminhado à CCJC

**PROJETO DE LEI Nº 518/2019** - do Sr. LINCOLN PORTELA - Altera o art. 67 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para aumentar a pena cominada.

- RELATOR: Dep. Aureo Ribeiro
- PARECER: pela aprovação, com substitutivo
- **Aprovado o parecer 10/05/23**
- Encaminhado à CCJC

**PROJETO DE LEI Nº 4.280/2021** - do Sr. GUSTAVO FRUET - Altera a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, para dispor sobre a prestação de informações aos usuários com relação à interrupção de serviços públicos.

- RELATOR: Dep. Jorge Braz
- PARECER: pela aprovação
- **Aprovado o parecer em 24/05/23**
- Encaminhado à CTRAB

**PROJETO DE LEI Nº 4.403/2021** - do Sr. FELIPE RIGONI - Acresce dispositivo à Lei Nº 8.078, de 11 de dezembro de 1990, para dispor alternativa à prestação impressa de informações relativas a produtos ou serviços.

- RELATOR: Dep. Silvio Costa Filho
- PARECER: pela aprovação, com emenda
- **Aprovado o parecer em 14/06/23**
- Encaminhado à CCJC

**PROJETO DE LEI Nº 90/2020** - do SENADO FEDERAL – EDUARDO GIRÃO - Proíbe a produção e a comercialização de qualquer produto alimentício obtido por meio de método de alimentação forçada de animais.

- RELATOR: Dep. Aureo Ribeiro
- PARECER: pela aprovação
- **Aprovado o parecer em 09/08/23**
- Encaminhado à CMADS

**PROJETO DE LEI Nº 1.047/2021** - do Sr. CELSO RUSSOMANNO - Acrescenta o art. 10-A à Lei nº 11.795, de 8 de outubro de 2008, que “Dispõe sobre o Sistema de Consórcio”, para obrigar as administradoras de grupos de consórcios a, no contrato de participação em grupo de consórcios, informar os consumidores acerca das diferentes destinações dos valores das prestações por eles devidas.

- RELATOR: Dep. Jorge Braz
- PARECER: pela aprovação
- **Aprovado parecer em 09/08/23**
- Encaminhado à CFT

**PROJETO DE LEI Nº 3.219/2021** - do Sr. Júlio Lopes - Dispõe sobre norma geral relativa à medição de consumo de água nas novas unidades de edificações residenciais e comerciais de caráter condominial.

- RELATOR: Dep. André Ferreira
- PARECER: pela aprovação
- **Aprovado o parecer em 09/08/23**
- Encaminhado à CDU

**PROJETO DE LEI Nº 4.751/2019** - do Sr. SEBASTIÃO OLIVEIRA - Dispõe sobre a reorganização dos serviços das empresas de serviço continuados e dá outras providencias.

- RELATOR: Dep. Aureo Ribeiro
- PARECER: pela aprovação deste e das Emendas 1 e 2 da CDC, na forma do substitutivo.
- **Aprovado o parecer em 23/08/23**
- Encaminhado à CCON

**PROJETO DE LEI Nº 1.307/2022** - do Sr. EDUARDO BISMARCK – Dispõe sobre a obrigação da concessionária e permissionária do serviço público de distribuição de energia elétrica realizar a conexão das instalações da unidade consumidora ao sistema de distribuição.

- RELATOR: Dep. Duarte Jr.
- PARECER: com Complementação de Voto, pela aprovação, com emenda
- **Aprovado o parecer em 23/08/23**
- Encaminhado à CCJC

**PROJETO DE LEI Nº 6.448/2013** - do SENADO FEDERAL – JORGE VIANA – Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para definir medicamento de uso contínuo e determinar que os seus fabricantes incluam, na embalagem do produto, advertência acerca do encerramento de sua produção.

- RELATOR: Dep. Jorge Braz
- PARECER: pela aprovação, com Complementação de Voto
- **Aprovado o parecer em 20/09/23**
- Encaminhado à CSAÚDE

**PROJETO DE LEI Nº 1.550/2019** - do SENADO FEDERAL. CONFUCIO MOURA – Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para estabelecer a obrigatoriedade da disponibilização de cardápio em Braille por bares, lanchonetes e restaurantes.

- RELATOR: Dep. Jorge Braz
- PARECER: pela aprovação do PL 134/2019, do PL 1622/2019, do PL 3524/2019, do PL 5811/2019, do PL 1025/2023, do PL 2625/2023, do PL 802/2019, do PL 4303/2019, do PL 2309/2019, do PL 2866/2022, do PL 3912/2021, do PL 11068/2018, apensados, e da Emenda apresentada ao Substitutivo, na forma do substitutivo
- **Aprovado o parecer em 20/09/23**
- Encaminhado à CPD

**PROJETO DE LEI Nº 1.360/2022** - da Sra. DANIELA DO WAGUINHO – Dispõe sobre o custo de disponibilidade do sistema elétrico a ser pago pelas unidades consumidora.

- RELATOR: Dep. Gilson Daniel
- PARECER: pela aprovação
- **Aprovado o parecer em 20/09/23**
- Encaminhado à CME

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 170/2022** - REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL - Aprova o texto do Acordo do MERCOSUL sobre Direito Aplicável em Matéria de Contratos

Internacionais de Consumo, aprovado pela Decisão CMC nº 36/17, assinado em Brasília, em 21 de dezembro de 2017.

- RELATOR: Dep. Celso Russomanno
- PARECER: pela aprovação
- **Aprovado o parecer em 25/10/23**
- Encaminhado à CCJC

**PROJETO DE LEI Nº 4.872/2020** - do Sr. OTONI DE PAULA – Dispõe sobre a certificação de segurança de baterias utilizadas em bicicletas, patins e hoverboards com a finalidade de propulsão elétrica.

- RELATOR: Dep. Celso Russomanno
- PARECER: pela aprovação
- **Aprovado o parecer em 25/10/23**
- Encaminhado à CDE

**PROJETO DE LEI Nº 5.403/2020** - da Sra. NORMA AYUB – Altera a Lei nº 9.503, de 1997, Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer obrigação de divulgação de informações sobre veículos automotores em peças publicitárias.

- RELATOR: Dep. Roberto Monteiro Pai
- PARECER: pela aprovação, com emenda
- **Aprovado o parecer em 25/10/23**
- Encaminhado à CCP

**PROJETO DE LEI Nº 600/2021** - do Sr. BOSCO SARAIVA – Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, para proibir o uso de grampos galvanizados nas embalagens de produtos alimentícios.

- RELATOR: Dep. Gilson Daniel
- PARECER: pela aprovação, com substitutivo
- **Aprovado o parecer em 25/10/23**
- Encaminhado à CDE

**PROJETO DE LEI Nº 895/2021** - do Sr. EDUARDO BISMARCK – Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para estabelecer medidas para a proteção do consumidor em situação de vulnerabilidade.

- RELATOR: Dep. Celso Russomanno
- PARECER: com Complementação de Voto, pela aprovação, com substitutivo
- **Aprovado o parecer em 25/10/23**
- Encaminhado à CCJC

**PROJETO DE LEI Nº 3069/2023** - do Sr. LUCIANO DUCCI – Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre a divulgação de informações sobre a presença da substância bisfenol-A nos produtos destinados ao consumo.

- RELATORA: Dep. Gisela Simona
- PARECER: pela aprovação, com Complementação de Voto
- **Aprovado o parecer em 08/11/23**
- Encaminhado à CCJC

**PROJETO DE LEI Nº 3428/2023** - do Sr. ARNALDO JARDIM – Fixa o limite máximo de chumbo em tintas e materiais similares de revestimento de superfícies.

- RELATOR: Dep. Márcio Marinho
- PARECER: pela aprovação, com substitutivo
- **Aprovado o parecer em 08/11/23**
- Encaminhado à CCJC

**PROJETO DE LEI Nº 21/2019** - do Sr. WELINTON PRADO – Dispõe sobre a garantia ao consumidor da disponibilização de mecanismos de segurança alternativos aos sistemas biométricos para controle de transações.

- RELATOR: Dep. Vinicius Carvalho
- PARECER: pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição do PL 4132/2020, apensado.
- **Aprovado o parecer em 22/11/23**
- Encaminhado à CFT

**PROJETO DE LEI Nº 3172/2019** - do Sr. CARLOS HENRIQUE GAGUIM – Dispõe sobre a adiamento do vencimento das faturas cobradas por fornecedores de serviços continuados.

- RELATOR: Dep. Gilson Daniel
- PARECER: pela aprovação deste e dos PLs 3335/2019, 4181/2019 e 6339/2019, apensados, com substitutivo
- **Aprovado o parecer em 22/11/23**
- Encaminhado à CCOM

**PROJETO DE LEI Nº 4068/2021** - do Sr. CARLOS BEZERRA Proíbe a utilização de papel reciclado na fabricação de embalagem de produtos alimentícios.

- RELATOR: Dep. Gilson Daniel
- PARECER: pela aprovação, com 2 emendas
- **Aprovado o parecer em 22/11/23**
- Encaminhado à CCJC

**PROJETO DE LEI Nº 2701/2019** - do Sr. VALTENIR PEREIRA – Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para obrigar ao fornecedor de produtos como aparelhos sonoros, fones de ouvido, caixas de som, e similares, sobre os riscos da exposição excessiva a altos volumes de som ou ruídos.

- RELATOR: Dep. Duarte Jr.
- PARECER: pela aprovação, com emenda.
- **Aprovado o parecer em 29/11/23**
- Encaminhado à CCP

**PROJETO DE LEI Nº 3499/2021** - do Sr. VALTENIR PEREIRA – Altera a Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, para prever a utilização de critérios diferenciados para a definição dos preços de terapias gênicas, celulares e com células-tronco.

- RELATOR: Dep. Vinicius Carvalho
- PARECER: pela aprovação, com substitutivo

- **Aprovado o parecer em 29/11/23**
- Encaminhado à CCJC

**PROJETO DE LEI Nº 283/2022** - do Sr. CAPITÃO ALBERTO NETO Altera o inciso VII do caput do art. 51 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para enunciar que, nos termos que especifica, são nulas de pleno direito as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que determinem a utilização compulsória da mediação ou outra forma de autocomposição de conflitos.

- RELATOR: Dep. Felipe Franceschini
- PARECER: pela aprovação, com emenda
- **Aprovado o parecer em 29/11/23**
- Encaminhado à CCJC

**PROJETO DE LEI Nº 1554/2022** - do Sr. PAULO EDUARDO MARTINS – Altera a Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993, para incluir os consumidores-geradores (prossumidores), regulados pela Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022, nos Conselhos de Consumidores de Energia Elétrica.

- RELATOR: Dep. Gilson Marques
- PARECER: pela aprovação, com substitutivo
- **Aprovado o parecer em 06/12/23**
- Encaminhado à CME

---

## PROPOSIÇÕES REJEITADAS

---

**PROJETO DE LEI Nº 4.132/2020** - do Sr. Paulo Ramos – Determina a disponibilização de caixas eletrônicos exclusivo que utilize sistema que não seja de biometria.

- RELATOR: Dep. Vinicius Carvalho
- PARECER: pela aprovação do PL 21/2019, com substitutivo, e pela rejeição do PL 4132/2020, apensado
- **Aprovado o parecer em 22/11/23**
- Encaminhado à CFT

**PROJETO DE LEI Nº 10.022/2018** - do SENADO FEDERAL- GLADSON CAMELI – Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para tornar obrigatória a aposição de tarja informativa sobre o uso de retoque digital na silhueta das pessoas em fotografias para fins de publicidade.

- RELATOR: Dep. Márcio Marinho
- PARECER: pela rejeição deste, do Substitutivo adotado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, e do PL 9119/2017, do PL 9130/2017, do PL 9146/2017, do PL 9154/2017, do PL 9189/2017, do PL 9244/2017, do PL 9569/2018, do PL 9656/2018, do PL 10111/2018, e do PL 9077/2017, apensados
- **Aprovado o parecer em 29/11/23**
- Encaminhado à CCP

**PROJETO DE LEI Nº 2896/2021** - do Sr. KIM KATAGUIRI – Altera a Lei das Contravenções Penais, o Código Civil e o Código de Defesa do Consumidor a fim de permitir o pagamento por meio exclusivamente eletrônico.

- RELATOR: Dep. Vinicius Carvalho
- PARECER: pela rejeição

- **Aprovado o parecer em 06/12/23**
- Encaminhado à CCJC

**PROJETO DE LEI Nº 1808/2023** - do Sr. NETO CARLETTO – Acrescenta parágrafo ao art. 54-B, da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, que “Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências”, para assegurar ao consumidor a revisão das taxas de juros remuneratórios dos contratos de crédito e de venda a prazo que excederem o dobro da taxa média do mercado, divulgada pelo Banco Central do Brasil, relativa ao mesmo período de referência e à mesma modalidade de contratação.

- RELATOR: Dep. Vinicius Carvalho
- PARECER: pela rejeição
- **Aprovado o parecer em 06/12/23**
- Encaminhado à CCP

## Relatório anual - 2023

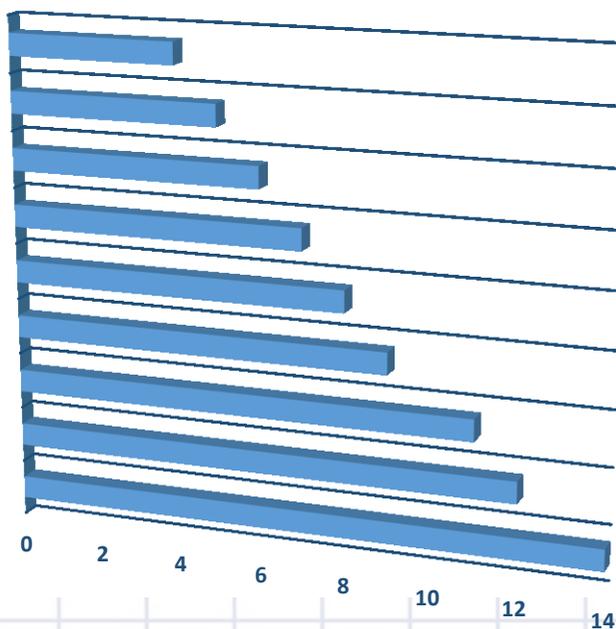
Em 2023, a CDC recebeu 86 requerimentos. Desses, 64 foram aprovados pelo plenário da Comissão.

Entre os recebidos, a maior parte visou a tratar de questões atinentes a planos de saúde, energia elétrica, viagens, telefonia, veículos e medicamentos.



## REQUERIMENTOS

REDES SOCIAIS E DADOS  
VEÍCULOS  
TELEFONIA  
OUTROS  
SISTEMA FINANCEIRO  
SAÚDE  
PLANOS DE SAÚDE  
ENERGIA ELÉTRICA  
VIAGENS/TRANSPORTE



nos requerimentos

Relatório anual - 2023

Nº	AUTOR	EMENTA	ANDAMENTO
1/2023	Eduardo da Fonte	<i>Requer que seja realizada reunião de audiência pública para discutir o marco legal da microgeração e minigeração distribuída, instituído pela Lei nº 14.300/2022, e sua regulação pela Resolução Normativa nº 1.059, de 2023, da ANEEL.</i>	23/03/2023: Apresentado 26/04/2023: Aprovado, incluindo a Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, a Energisa do Acre, a Celpe, e acrescentando ao tema o reajuste que a Aneel autorizará à Celpe aplicar aos consumidores de Pernambuco. 24/05/2023: <b>Realizada</b> para tratar da microgeração e minigeração de energia. 04/07/2023: Marcada para tratar dos reajustes tarifários. <b>Cancelada.</b>
2/2023	Celso Russomanno	<i>Requer a realização de reunião de Audiência Pública para debater a criação do Dia do Hematologista e Hemoterapeuta.</i>	23/03/2023: Apresentado 29/03/2023: Aprovado 19/04/2023: <b>Realizada</b>
3/2023	Jorge Braz	<i>Requer a realização de reunião de Audiência Pública para debater os efeitos da Lei do Superendividamento (Lei nº 14.181/21) e suas repercussões concretas nas relações de consumo, em especial nos segmentos mais vulneráveis.</i>	24/03/2023: Apresentado 29/03/2023: <b>Aprovado</b>
4/2023	Jorge Braz	<i>Requer a realização de reunião de Audiência Pública para discutir Resolução 04/23 da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, em especial seu Art. 28, que possibilita a retroatividade das sanções</i>	24/03/2023: Apresentado 29/03/2023: Aprovado 12/04/2023: <b>Realizada</b>

Relatório anual - 2023

<b>Nº</b>	<b>AUTOR</b>	<b>EMENTA</b>	<b>ANDAMENTO</b>
		<i>administrativas aplicadas por essa autarquia.</i>	
<b>5/2023</b>	Aureo Ribeiro	<i>Requer a inclusão dos representantes das entidades que especifica na audiência pública a ser realizada para discutir o marco legal da microgeração e minigeração distribuída, instituído pela Lei nº 14.300/2022, e sua regulação pela Resolução Normativa nº 1.059, de 2023, da ANEEL”, solicitada por meio do Requerimento nº 1/2023.</i>	28/03/2023: Apresentado 12/04/2023: Aprovado 24/05/2023: <b>Realizada</b>
<b>6/2023</b>	Aureo Ribeiro	<i>Requer a realização de Audiência Pública para discutir as constantes reduções orçamentárias pelas quais passa o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), bem como seus impactos.</i>	28/03/2023: Apresentado 12/04/2023: Aprovado 03/05/2023: <b>Cancelada</b>
<b>7/2023</b>	Silvio Costa Filho	<i>Requer aditamento ao REQ Nº 01/2023, do Eduardo da Fonte (PP-PE), para que sejam incluídos no rol de convidados o ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico a EPE – Empresa de Pesquisa Energética.</i>	28/03/2023: Apresentado 12/04/2023: Aprovado 24/05/2023: <b>Realizada</b>
<b>8/2023</b>	André Ferreira	<i>Requer audiência pública para avaliar a aplicação da Tarifa Social de Energia, instituída pela Lei nº 14.203, de 10 de setembro de 2021,</i>	29/03/2023: Apresentado 12/04/2023: <b>Aprovado</b>

Relatório anual - 2023

Nº	AUTOR	EMENTA	ANDAMENTO
		<i>pelas concessionárias de energia elétrica do país.</i>	
<b>9/2023</b>	Felipe Carreras	<i>Requer a realização de audiência pública para debater o reajuste nos valores dos planos de saúde.</i>	31/03/2023: Apresentado 17/04/2023: Aprovado, subscrito pelos deputados Márcio Marinho, Celso Russomanno, Paulão, Marx Beltrão e Gilson Daniel, e com a inclusão dos Planos Coletivos no rol de atuação da ANS. 30/08/2023: <b>Realizada</b>
<b>10/2023</b>	Felipe Carreras	<i>Requer a realização de audiência pública para debater reajustes de preços de serviços de energia elétrica.</i>	31/03/2023: Apresentado 12/04/2023: Aprovado com a inclusão da Abradee. 04/07/2023: Marcada para tratar dos reajustes tarifários. <b>Cancelada.</b>
<b>11/2023</b>	Felipe Carreras	<i>Requer a realização de audiência pública na Comissão de Defesa do Consumidor para debater a qualidade e abrangência do serviço de internet no País.</i>	31/03/2023: Apresentado 12/04/2023: Aprovado com a inclusão de representante do Inadec e subscrito pelo deputado Celso Russomanno. 23/08/2023: <b>Realizada</b>
<b>12/2023</b>	Aureo Ribeiro	<i>Requer a inclusão dos representantes das entidades que especifica na audiência pública a ser realizada para discutir o marco legal da microgeração e minigeração distribuída, instituído pela Lei nº 14.300/2022, e sua regulação pela Resolução Normativa nº 1.059, de 2023, da</i>	31/03/2023: Apresentado 12/04/2023: Aprovado com as seguintes alterações: inclusão de representante do Inadec, da Abradee e da Senacon, e subscrito pelo deputado Celso Russomanno. 24/05/2023: <b>Realizada</b>

Relatório anual - 2023

<b>Nº</b>	<b>AUTOR</b>	<b>EMENTA</b>	<b>ANDAMENTO</b>
		<i>ANEEL”, solicitada por meio do Requerimento nº 1/2023.</i>	
<b>13/2023</b>	Jorge Braz	<i>Requer a realização de reunião de Audiência Pública para debater os descontos concedidos por farmácias e drogarias mediante cadastro com dados pessoais, bem como a possibilidade de vazamento dessas informações e outras irregularidades derivadas dessa prática.</i>	03/04/2023: Apresentado 12/04/2023: Aprovado 26/04/2023: <b>Realizada</b>
<b>14/2023</b>	Márcio Marinho	<i>Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre o tema “obsolescência programada” na área de telefonia móvel.</i>	05/04/2023: Apresentado 12/04/2023: Aprovado e subscrito pelo deputado Jorge Braz 16/08/2023: <b>Realizada</b>
<b>15/2023</b>	Gilson Marques	<i>Requerimento de Prejudicialidade n. 972/2023, pelo Deputado (NOVO/SC), que “Suspende, por 720 dias, a utilização do scoring de crédito de consumidor como subsídio para concessão de crédito ou venda a prazo”.</i>	28/03/2023: Apresentado 19/06/2023: Declaração de Prejudicialidade do PL 2928/2021, pelo Presidente da CDC, nos termos do art. 164, I, do RICD (OF. 113/2023). 19/06/2023: <b>Arquivado.</b>
<b>16/2023</b>	Paulão	<i>Requer a inclusão dos representantes das entidades Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC e Coalizão Direitos na Rede – CDR. Inclusão de convidados, como palestrantes, no Requerimento 11/2023.</i>	11/04/2023: Apresentado 19/04/2023: Aprovado, incluindo o Instituto de Referência em Internet e Sociedade – Iris, e subscrito pelo deputado Márcio Marinho. 23/08/2023: <b>Realizada</b>
<b>17/2023</b>	Felipe Carreras	<i>Requer a inclusão de convidados para audiência pública que visa</i>	11/04/2023: Apresentado

Relatório anual - 2023

<b>Nº</b>	<b>AUTOR</b>	<b>EMENTA</b>	<b>ANDAMENTO</b>
		<i>debater o reajuste nos valores dos planos de saúde.</i>	19/04/2023: Aprovado, incluindo o Instituto Nacional de Defesa do Consumidor – Inadec. 30/08/2023: <b>Realizada</b>
<b>18/2023</b>	Aureo Ribeiro	<i>Requer a realização de Audiência Pública para discutir as responsabilidades dos envolvidos e possíveis soluções para os recorrentes problemas no transporte de bagagens de passageiros em aeroportos.</i>	12/04/2023: Apresentado 19/04/2023: Aprovado e subscrito pelos deputados Jorge Braz, Weliton Prado, Marx Beltrão e Celso Russomanno. 17/05/2023: <b>Cancelada</b>
<b>19/2023</b>	Jorge Braz	<i>Requer a inclusão de convidado na reunião de audiência pública para debater os descontos concedidos por farmácias e drogarias mediante cadastro com dados pessoais, bem como a possibilidade de vazamento dessas informações e outras irregularidades derivadas dessa prática.</i>	13/04/2023: Apresentado 19/04/2023: Aprovado e subscrito pelos deputados Márcio Marinho e Celso Russomanno. 26/04/2023: <b>Realizada</b>
<b>20/2023</b>	Márcio Marinho	<i>Requer a realização de Audiência Pública para debater o alto custo na remarcação ou cancelamento de passagens aéreas.</i>	17/04/2023: Apresentado 19/04/2023: Aprovado, incluindo um representante de órgão de defesa do consumidor, a Agencia Nacional de Aviação Civil – Anac e o Procon de São Paulo, e subscrito pelos deputados Jorge Braz e Celso Russomanno. Incluir no debate o não cumprimento do artigo 49 do Código de Defesa do Consumidor, que garante a desistência da compra no prazo de 7 dias. 10/05/2023: <b>Realizada</b>

Relatório anual - 2023

Nº	AUTOR	EMENTA	ANDAMENTO
21/2023	Gilson Daniel	<i>Requer a realização de Audiência Pública para ouvir a empresa de telefonia VIVO acerca da qualidade dos serviços prestados aos municípios do Espírito Santo.</i>	17/04/2023: Apresentado 19/04/2023: Aprovado, incluindo a Senacon, um órgão de defesa do consumidor (Procon ES), a Defensoria Pública e demais operadoras de telefonia Tim, Claro e Oi. 23/08/2023: <b>Realizada</b>
22/2023	Jorge Braz	<i>Solicito a criação de Grupo de Trabalho para discutir Resolução 04/23 da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, que aprovou o Regulamento de Dosimetria e Aplicação de Sanções Administrativas da autarquia.</i>	24/04/2023: Apresentado 03/05/2023: <b>Aprovado</b> 16/05/2023: <b>Realizada</b> a primeira reunião 20/06/2023: <b>Realizada</b> a segunda reunião 19/09/2023: <b>Realizada</b> reunião interna
23/2023	Paulão	<i>Requer informações ao Secretário de Educação do Estado de Alagoas, às empresas – CASAL – Companhia de Saneamento do Estado de Alagoas; Verde Ambiental Alagoas S.A; BRK Ambiental bem como ao Ministério Público Estadual de Alagoas, a fim de obter informações acerca do abastecimento de água nas escolas públicas municipais/estaduais rurais, quilombolas e indígenas em Alagoas.</i>	25/04/2023: Apresentado 14/12/2023: <b>Arquivado</b> Tema de competência estadual
24/2023	Paulão	<i>Requer a realização de Audiência Pública para debater as responsabilidades pelo aumento no número de reclamações bem como possíveis soluções para os</i>	26/04/2023: Apresentado 03/05/2023: Aprovado, incluindo o Ministério Público do Consumidor. 28/06/2023: <b>Cancelada</b>

Relatório anual - 2023

<b>Nº</b>	<b>AUTOR</b>	<b>EMENTA</b>	<b>ANDAMENTO</b>
		<i>recorrentes cancelamentos das reservas da plataforma de viagens HURB.</i>	
<b>25/2023</b>	Ivan Valente	<i>Requer a realização de audiência pública para discutir a manipulação de informações e o abuso de poder econômico na campanha das big techs contra o PL nº 2630/20.</i>	02/05/2023: Apresentado 10/05/2023: Aprovado, incluindo representante do Telegram e da Frente Parlamentar Digital. 12/07/2023: <b>Cancelada</b>
<b>26/2023</b>	Aureo Ribeiro	<i>Requer a realização de Audiência Pública para se discutir as responsabilidades dos envolvidos e as possíveis soluções para os problemas pelos quais clientes, hotéis e pousadas vêm passando em função da falta de pagamentos e descaso com consumidores dos serviços oferecidos pelo Hurb, antigo Hotel Urbano.</i>	04/05/2023: Apresentado 10/05/2023: Aprovado. 28/06/2023: <b>Cancelada</b>
<b>27/2023</b>	Duarte Jr.	<i>Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre a alteração na Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde proposta pelo Projeto de Lei nº 7.419, de 2006.</i>	08/05/2023: Apresentado 10/05/2023: Aprovado 07/06/2023: <b>Realizada</b>
<b>28/2023</b>	Aureo Ribeiro	<i>Requer a realização de Audiência Pública para se discutir tema recorrente que muito afeta os consumidores, os reajustes dos planos de saúde, bem como as reclamações de fornecedores em relação à falta e ao atraso de pagamentos de mercadorias que</i>	09/05/2023: Apresentado 14/06/2023: Aprovado 30/08/2023: <b>Realizada</b>

Relatório anual - 2023

Nº	AUTOR	EMENTA	ANDAMENTO
		<i>vendem aos planos de saúde e hospitais.</i>	
<b>29/2023</b>	Jorge Braz	<i>Requer informações a respeito de procedimentos de segurança aeroportuária e do transporte aéreo.</i>	<p>10/05/2023: Apresentado                  24/05/2023: Aprovado e subscrito pelo deputado Paulão                  29/05/2023:  <b>Apresentado o RIC n. 1513/2023</b> (Requerimento de Informação), que “Solicita o encaminhamento de Requerimento de Informação a respeito de procedimentos de segurança aeroportuária e do transporte aéreo”.</p> <p>29/05/2023:  <b>Apresentado o RIC n. 1514/2023</b> (Requerimento de Informação), que “Solicita o encaminhamento de Requerimento de Informação a respeito de procedimentos de segurança aeroportuária e do transporte aéreo”.</p> <p>19/09/2023: Ofício nº 306/2023/Sanção-INC-RIC-SIC/GAB-SAL/SAL/MJ, de 29/8/23, em resposta ao RIC n. 1514/2023.</p>
<b>30/2023</b>	Lincoln Portela	<i>Solicita a redistribuição à Comissão de Defesa do Consumidor – CDC do Projeto de Lei nº 5320/2019, que insere §4º ao Art. 833 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, que institui o Código de Processo Civil, para tornar absolutamente impenhoráveis os vencimentos, os</i>	<p>10/05/2023: Apresentado                  11/05/2023: <b>Devolvido ao autor.</b></p>

Relatório anual - 2023

<b>Nº</b>	<b>AUTOR</b>	<b>EMENTA</b>	<b>ANDAMENTO</b>
		<i>subsídios, os soldos, os salários, as remunerações, os proventos de aposentadoria, as pensões, os pecúlios e os montepios, o seguro de vida, a pequena propriedade rural e outros.</i>	
<b>31/2023</b>	Aureo Ribeiro	<i>Requer a inclusão de convidado em reunião de Audiência Pública para discutir as constantes reduções orçamentárias pelas quais passa o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), bem como seus impactos.</i>	11/05/2023: Apresentado 24/05/2023: Aprovado 03/05/2023: <b>Cancelada</b>
<b>32/2023</b>	Eduardo da Fonte	<i>Requer que seja realizada reunião de audiência pública para discutir a proibição do uso de cigarros eletrônicos em ambientes coletivos fechados, se os consumidores estão sendo adequadamente informados sobre os malefícios causados pelo uso destes dispositivos e o papel dos órgãos de vigilância sanitária na fiscalização.</i>	11/05/2023: Apresentado 02/10/23: <b>Arquivado</b> O autor deixou de ser membro da CDC.
<b>33/2023</b>	Duarte Jr.	<i>Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre a prestação de serviços ofertados pelas empresas de telefonia e internet.</i>	12/05/2023: Apresentado 24/05/2023: Aprovado, incluindo o Sindicato Nacional de Empresas de Telefonia e Serviço Móvel – Conexis 23/08/2023: <b>Realizada</b>
<b>34/2023</b>	Celso Russomanno	<i>Requer a realização de reunião de Audiência Pública para discutir recall por defeito em airbag da japonesa Takata.</i>	15/05/2023: Apresentado 24/05/2023: <b>Aprovado</b> , incluindo as montadoras GM, Fiat, Honda, WV, Ford e Toyota, em substituição à Anfavea.

Relatório anual - 2023

<b>Nº</b>	<b>AUTOR</b>	<b>EMENTA</b>	<b>ANDAMENTO</b>
<b>35/2023</b>	Vinicius Carvalho	<i>Requer a realização de audiência pública para debater o PL nº 3.844/2019, que Altera a Lei nº 6.729, de 28 de novembro de 1979, para estabelecer critérios para a revenda de veículos automotores adquiridos por venda direta.</i>	16/05/2023: Apresentado 24/05/2023: Aprovado e subscrito pelo deputado Celso Russomanno 27/09/2023: <b>Realizada</b>
<b>36/2023</b>	Gilson Marques	<i>Requer a inclusão de convidado em reunião de Audiência Pública para debater a qualidade dos serviços de telecomunicações.</i>	17/05/2023: Apresentado 24/05/2023: Aprovado 23/08/2023: <b>Realizada</b>
<b>37/2023</b>	Duarte Jr.	<i>Requer o aditamento do Requerimento nº 27, de 2023, da Comissão de Defesa do Consumidor, para inclusão de convidados na realização de Audiência Pública.</i>	17/05/2023: Apresentado 24/05/2023: Aprovado 07/06/2023: <b>Realizada</b>
<b>38/2023</b>	Jorge Braz	<i>Requer a realização de reunião de Audiência Pública para debater o Projeto de Lei nº 1.215/2021, que dispõe sobre prazos para tratamento de neoplasias malignas.</i>	22/05/2023: Apresentado 24/05/2023: Aprovado, incluindo a Associação Brasileira de Planos de Saúde – Abramge e o Sistema Único de Saúde – SUS 09/08/2023: <b>Realizada</b>
<b>39/2023</b>	Eduardo da Fonte	<i>Requer que o Requerimento 32/2023 seja apreciado como primeiro item da Pauta.</i>	24/05/2023: Apresentado 25/05/2023: <b>Arquivado.</b> Requerimento procedimental.
<b>40/2023</b>	Eduardo da Fonte	<i>Requer que os Requerimentos de Inversão de Pauta relativos ao Requerimento de Audiência Pública nº 32/2023 sejam retirados da</i>	24/05/2023: Apresentado 25/05/2023: <b>Arquivado.</b> Requerimento procedimental.

Relatório anual - 2023

<b>Nº</b>	<b>AUTOR</b>	<b>EMENTA</b>	<b>ANDAMENTO</b>
		<i>Pauta da reunião deliberativa de hoje.</i>	
<b>41/2023</b>	Eduardo da Fonte	<i>Requer a retirada do Requerimento de Audiência Pública nº 32/2023, item 4, da Pauta da reunião deliberativa de hoje.</i>	24/05/2023: Apresentado 25/05/2023: <b>Arquivado</b> . Requerimento procedimental.
<b>42/2023</b>	Márcio Marinho	<i>Requer a realização de Audiência Pública para debater o ajuste máximo 9,63%, aprovado pela ANS nos planos de saúde individuais e familiares.</i>	13/06/2023: Apresentado 09/08/2023: Aprovado e subscrito pelos deputados Antônia Lucia e Aureo Ribeiro 30/08/2023: <b>Realizada</b>
<b>43/2023</b>	Paulão e Carlos Veras	<i>Requer a realização de audiência pública para debater a respeito do Projeto de Lei n. 1954/2022, que “dispõe sobre o tempo como bem de valor jurídico essencial para o exercício dos direitos da personalidade, devendo ser considerado para fins de reparação integral dos danos ao consumidor”.</i>	13/06/2023: Apresentado 09/08/2023: Aprovado 08/11/2023: <b>Realizada</b>
<b>44/2023</b>	Paulão	<i>Requer a realização de audiência pública para debater a respeito das normas de regulação para o setor farmacêutico relacionado a terapias gênicas e outras questões referentes a esse setor.</i>	19/06/2023: Apresentado 09/08/2023: Aprovado e subscrito pela deputada Antônia Lúcia 04/10/2023: <b>Realizada</b>
<b>45/2023</b>	Vinicius Carvalho	<i>Requer a realização de Audiência Pública para debater o Projeto de Lei 1954, de 2022, que dispõe sobre o tempo como bem de valor jurídico essencial para o exercício dos direitos da personalidade.</i>	20/06/2023: Apresentado 09/08/2023: Aprovado e subscrito pelo deputado Gilson Marques 08/11/2023: <b>Realizada</b>

Relatório anual - 2023

<b>Nº</b>	<b>AUTOR</b>	<b>EMENTA</b>	<b>ANDAMENTO</b>
<b>46/2023</b>	Jorge Braz	<i>Requer a realização de reunião de Audiência Pública para debater o PL 1.621/2022 e a padronização das conexões de recarga de veículos elétricos no Brasil.</i>	27/06/2023: Apresentado 09/08/2023: Aprovado e subscrito pelos deputados Antônia Lúcia e Gilson Daniel 25/10/2023: <b>Realizada</b>
<b>47/2023</b>	Ivan Valente	<i>Requer a inclusão de convidado para participação na audiência pública para discutir a manipulação de informações e o abuso de poder econômico na campanha das big techs contra o PL nº 2630/2020.</i>	27/06/2023: Apresentado 09/08/2023: <b>Aprovado</b>
<b>48/2023</b>	Márcio Marinho	<i>Requer a realização de Audiência Pública para debater o endividamento dos consumidores em plataformas e sítios eletrônicos de jogos e apostas.</i>	30/06/2023: Apresentado 09/08/2023: <b>Aprovado</b> e subscrito pela deputada Antônia Lúcia
<b>49/2023</b>	Eduardo da Fonte	<i>Requer que seja realizada reunião de audiência pública para discutir as condições de operação do Aeroporto Internacional do Recife.</i>	05/07/2023: Apresentado 09/08/2023: <b>Aprovado</b>
<b>50/2023</b>	Felipe Carreras	<i>Requer a inclusão de convidado para audiência pública que visa debater o reajuste nos valores dos planos de saúde.</i>	01/08/2023: Apresentado 09/08/2023: Aprovado 30/08/2023: <b>Realizada</b>
<b>51/2023</b>	Paulão	<i>Requer a realização de Audiência Pública destinada a discussão do projeto de lei nº 1043, de 2019, que dispõe sobre a abertura de agências bancárias aos sábados e domingos.</i>	09/08/2023: <b>Apresentado</b>
<b>52/2023</b>	Gilson Marques	<i>Requer a realização de audiência pública para debater o PL nº 494/2021, que acrescenta o inciso XV ao art. 39 da Lei nº 8.078, de 11</i>	11/08/2023: Apresentado 16/08/2023: <b>Aprovado</b>

Relatório anual - 2023

<b>Nº</b>	<b>AUTOR</b>	<b>EMENTA</b>	<b>ANDAMENTO</b>
		<i>de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para vedar ao fornecedor de produtos ou serviços a adoção de ferramentas de precificação dinâmica.</i>	
<b>53/2023</b>	Duarte Jr.	<i>Requer a realização de reunião de Audiência Pública para discutir a conduta da empresa 123milhas no que se refere à suspensão de emissão de passagens aéreas com embarque previsto para o período de setembro a dezembro de 2023.</i>	21/08/2023: Apresentado 23/08/2023: Aprovado 13/09/2023: <b>Realizada</b>
<b>54/2023</b>	Márcio Marinho	<i>Requer a realização de Audiência Pública para debater a suspensão de pacotes de viagem e emissão de passagens promocionais, pela empresa 123 milhas.</i>	21/08/2023: Apresentado 23/08/2023: Aprovado 13/09/2023: <b>Realizada</b>
<b>55/2023</b>	Celso Russomanno	<i>Requer a realização de reunião de Audiência Pública para discutir os prejuízos gerados aos consumidores com a suspensão de pacotes e emissão de passagens, anunciada pela agência de viagens 123 Milhas.</i>	21/08/2023: Apresentado 23/08/2023: Aprovado 13/09/2023: <b>Realizada</b>
<b>56/2023</b>	Roberto Monteiro Pai	<i>Requer a realização de Audiência Pública para debater a suspensão de pacotes de viagem e emissão de passagens promocionais, pela empresa 123 milhas.</i>	22/08/2023: Apresentado 20/09/2023: <b>Aprovado</b> , incluindo representantes das companhias aéreas
<b>57/2023</b>	Márcio Marinho	<i>Requer a realização de Audiência Pública para debater o PL 8591/2017 - Rol Taxativo</i>	31/08/2023: Apresentado 20/09/2023: <b>Aprovado</b> e subscrito pelo deputado Celso Russomanno

Relatório anual - 2023

<b>Nº</b>	<b>AUTOR</b>	<b>EMENTA</b>	<b>ANDAMENTO</b>
<b>58/2023</b>	Gisela Simona	<i>Requer a realização de Audiência Pública com o objetivo de debater os crescentes casos de golpes e fraudes que vêm afetando o sistema financeiro e causando prejuízo ao consumidor brasileiro.</i>	04/09/2023: Apresentado 20/09/2023: Aprovado e subscrito pelo deputado Jorge Braz 26/10/2023: <b>Realizada</b>
<b>59/2023</b>	Gilson Marques	<i>Requer a inclusão de participante em audiência pública no âmbito da Comissão de Defesa do Consumidor – REQ 44/2023 – CDC.</i>	04/09/2023: Apresentado 20/09/2023: Aprovado com a inclusão de representante da Abramge 04/10/2023: <b>Realizada</b>
<b>60/2023</b>	Márcio Marinho	<i>Requer a inclusão de participante em audiência pública que debaterá o PL 8591/2017, requerimento 57/2023.</i>	14/09/2023: Apresentado 20/09/2023: <b>Aprovado</b> e subscrito pelo deputado Celso Russomanno
<b>61/2023</b>	Aureo Ribeiro	<i>Requer a realização de Audiência Pública para se discutir o modelo de regulação de preços de remédios no Brasil.</i>	15/09/2023: Apresentado 20/09/2023: <b>Aprovado</b> , incluindo Alanac, Inadec e Interfarma, e subscrito pelo deputado Celso Russomanno 13/12/2023: <b>Realizada</b>
<b>62/2023</b>	Jorge Braz	<i>Requer a realização de reunião de Audiência Pública com o objetivo de debater o monopólio das montadoras e concessionárias no acesso aos códigos de software necessários para o diagnóstico e reparo de veículos.</i>	18/09/2023: Apresentado 20/09/2023: Aprovado e subscrito pelo deputado Celso Russomanno 29/11/2023: <b>Realizada</b>
<b>63/2023</b>	Duarte Jr.	<i>Requer o convite do Ministro da Fazenda, Procurador Geral da República e Secretário Nacional da Receita Federal, para prestar</i>	18/09/2023: <b>Apresentado</b>

Relatório anual - 2023

<b>Nº</b>	<b>AUTOR</b>	<b>EMENTA</b>	<b>ANDAMENTO</b>
		<i>informações sobre os cancelamentos da empresa '123 Milhas'.</i>	
<b>64/2023</b>	Paulão	<i>Requer a inclusão de participante em audiência pública para debater a respeito das normas de regulação para o setor farmacêutico relacionado a terapias gênicas e outras questões referentes a esse setor – REQ 44/2023.</i>	19/09/2023: Apresentado 04/10/23: A reunião foi realizada em 04/10/2023, portanto o Req nº 64/2023 foi <b>prejudicado</b> .
<b>65/2023</b>	Márcio Marinho	<i>Requer a inclusão de participante em audiência pública que debaterá o PL 8591/2017, requerimento 57/2023.</i>	25/09/2023: <b>Apresentado</b>
<b>66/2023</b>	José Nelto	<i>Requer a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Defesa do Consumidor, com o objetivo de debater as reiteradas quedas e oscilações no fornecimento de energia elétrica no estado de Goiás.</i>	02/10/2023: Apresentado 08/11/2023: Aprovado 30/11/2023: <b>Cancelada</b>
<b>67/2023</b>	Jorge Braz	<i>Requer a inclusão de participante em audiência pública no âmbito da Comissão de Defesa do Consumidor.</i>	06/10/2023: Apresentado 25/10/2023: Aprovado 13/12/2023: <b>Realizada</b>
<b>68/2023</b>	Jorge Braz	<i>Requer, nos termos regimentais, o aditamento ao requerimento no REQ 62/2023, para inclusão de orador na realização de audiência pública.</i>	06/10/2023: Apresentado 25/10/2023: Aprovado 29/11/2023: <b>Realizada</b>
<b>69/2023</b>	Jorge Braz	<i>Requer a realização de reunião de Audiência Pública para discutir o descumprimento de prazos, pelas</i>	06/10/2023: Apresentado 25/10/2023: Aprovado e subscrito pelo deputado Celso Russomanno 06/12/2023: <b>Realizada</b>

Relatório anual - 2023

<b>Nº</b>	<b>AUTOR</b>	<b>EMENTA</b>	<b>ANDAMENTO</b>
		<i>distribuidoras, na conexão de micro e minigeração de energia elétrica.</i>	
<b>70/2023</b>	Aureo Ribeiro	<i>Requer a realização de Audiência Pública para debater o parcelamento automático do saldo devedor das faturas de cartão de crédito.</i>	10/10/2023: Apresentado 25/10/2023: <b>Aprovado</b> com a inclusão da Associação Brasileira de Instituições de Pagamentos – Abipag, da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito – Abecs, da Federação Brasileira de Bancos – Febraban e da Pic Pay Instituição de Pagamento – SA, e subscrito pelo deputado Celso Russomanno.
<b>71/2023</b>	Vinicius Carvalho	<i>Requer, nos termos do artigo 164, incisos I e II do RICD, a declaração de Prejudicialidade do Projeto de Lei nº 1.166, de 2020.</i>	17/10/2023: <b>Apresentado</b>
<b>72/2023</b>	Duarte Jr.	<i>Requer a realização de Audiência Pública destinada a debater o Projeto de Lei nº 5.881, de 2019, cobertura dos planos de saúde de procedimentos solicitados por nutricionistas.</i>	17/10/2023: <b>Apresentado</b>
<b>73/2023</b>	Felipe Francischini	<i>Requer realização de Audiência Pública para discutir a tecnologia dos Medidores de Energia Inteligentes (SMC) e sua utilidade no combate às perdas não-técnicas de energia.</i>	19/10/2023: <b>Apresentado</b>
<b>74/2023</b>	Gilson Marques	<i>Requer a realização de audiência pública para debate acerca da última proposta de minuta de</i>	24/10/2023: Apresentado 22/11/2023: <b>Aprovado</b> , incluindo a Confederação Nacional do

Relatório anual - 2023

Nº	AUTOR	EMENTA	ANDAMENTO
		<i>resolução apresentada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que dispõe sobre a prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual de passageiros sob o regime de autorização e os impactos ao usuário/consumidor nos preços e ofertas de serviços.</i>	Transporte – CNT, Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre Coletivo de Passageiros – Abrati e a Associação Nacional das Empresas de Transporte Rodoviário de Passageiro – Anatrip, e subscrito pelo deputado Gilson Daniel
<b>75/2023</b>	Duarte Jr.	<i>Requeiro a V. Exa., nos termos do art. 83, parágrafo único, II, “c” combinado com o art. 117, VI, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a retirada da Ordem do Dia da apreciação da relatoria do PL 2.701/2019, que “Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para obrigar ao fornecedor de produtos como aparelhos sonoros, fones de ouvido, caixas de som, e similares, sobre os riscos da exposição excessiva a altos volumes de som ou ruídos”.</i>	25/10/2023: Apresentado 25/10/2023: <b>Arquivado</b> Requerimento procedimental
<b>76/2023</b>	Duarte Jr.	<i>Requeiro a V. Exa., nos termos do art. 83, parágrafo único, II, “c” combinado com o art. 117, VI, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a retirada da Ordem do Dia o REQ 72/2023, que “Requer a realização da Audiência Pública destinada a debater o Projeto de Lei 5.881/2019, cobertura dos planos de saúde de procedimentos solicitados por nutricionistas”.</i>	25/10/2023: Apresentado 25/10/2023: <b>Arquivado</b> Requerimento procedimental

Relatório anual - 2023

<b>Nº</b>	<b>AUTOR</b>	<b>EMENTA</b>	<b>ANDAMENTO</b>
<b>77/2023</b>	Gilson Marques	<i>Requer o aditamento ao REQ nº 70/2023 – CDC, para a inclusão de convidado na realização de audiência pública.</i>	26/10/2023: Apresentado 22/11/2023: <b>Aprovado</b>
<b>78/2023</b>	Ivan Valente	<i>Requer que seja convidado o Diretor Presidente da ENEL no Brasil e o responsável técnico pela distribuição de energia em São Paulo, para prestarem esclarecimentos sobre a adoção de medidas urgentes e necessárias sobre a falta de energia no estado de São Paulo.</i>	06/11/2023: Apresentado 08/11/2023: <b>Aprovado</b> com a inclusão da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, Representante do Procon-SP e do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor – Inadec, e subscrito pelos deputados Celso Russomanno, Márcio Marinho e Jorge Braz. 06/12/2023: <b>Realizada</b>
<b>79/2023</b>	Duarte Jr.	<i>Requer aprovação de MOÇÃO DE REPÚDIO à empresa aérea LATAM por obstar a viagem de passageiro com o seu cachorro.</i>	06/11/2023: <b>Apresentado</b>
<b>80/2023</b>	Celso Russomanno	<i>Requer a realização de reunião de Audiência Pública para debater a crise no fornecimento de energia em SP após temporal.</i>	07/11/2023: Apresentado 22/11/23: Aprovado 06/12/2023: <b>Realizada</b>
<b>81/2023</b>	Neto Carletto	<i>Requer aditamento ao Requerimento nº 74/2023, para incluir convidados para a audiência pública a ser realizada nessa Comissão sobre “debate acerca da última proposta de minuta de resolução apresentada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que dispõe sobre a prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo</i>	07/11/2023: <b>Apresentado</b>

Relatório anual - 2023

<b>Nº</b>	<b>AUTOR</b>	<b>EMENTA</b>	<b>ANDAMENTO</b>
		<i>interestadual de passageiros sob o regime de autorização e os impactos ao usuário/consumidor nos preços e ofertas de serviços”.</i>	
<b>82/2023</b>	Lindbergh Farias	<i>Requer aprovação de Moção de repúdio acerca da intenção do Banco Central do Brasil de agir sem respaldo legal e restringir o uso da modalidade compra parcelada sem juros no cartão de crédito.</i>	09/11/2023: <b>Apresentado</b>
<b>83/2023</b>	Weliton Prado	<i>Requer a realização de Audiência Pública com o objetivo de debater as constantes quedas de energia em Uberlândia, Ituiutaba e em toda Minas Gerais, que têm causado imensos prejuízos aos consumidores, bem como a demora no restabelecimento do serviço essencial por parte da Cemig e a falta de investimentos da estatal nas redes, subestações e troca de transformadores.</i>	20/11/2023: <b>Apresentado</b>
<b>84/2023</b>	Roberto Monteiro Pai	<i>Requerimento de Retirada de Matéria da Pauta – PL 3190/2021.</i>	22/11/2023: Apresentado 22/11/2023: <b>Arquivado</b> Requerimento procedimental
<b>85/2023</b>	Jorge Braz	<i>Requer seja aprovada a produção de Relatório de Atividades Anual da Comissão de Defesa do Consumidor.</i>	30/11/23: Apresentado 06/12/23: <b>Aprovado</b>
<b>86/2023</b>	Gilson Marques	<i>Requer a convocação do Exmo. Sr. Ministro de Transportes perante a Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) para esclarecimentos sobre o desvirtuamento do Regime Autorizativo e da alegação de que a</i>	13/12/23: <b>Apresentado</b>

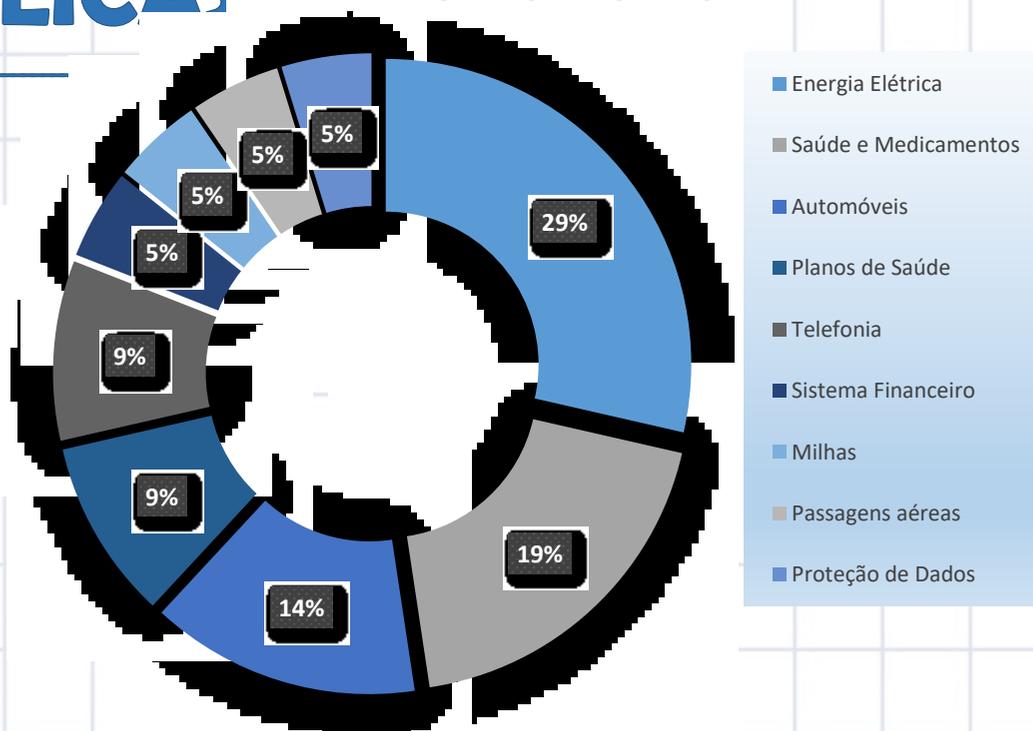
Nº	AUTOR	EMENTA	ANDAMENTO
		<i>Constituição Federal não se aplica ao mercado de TRIP regulado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.</i>	

## 21 audiências realizadas

O Regimento Interno da Câmara dos Deputados permite às comissões permanentes e temporárias realizar reuniões de audiências públicas com entidades da sociedade civil, para instruir matérias legislativas em tramitação e tratar de qualquer tema de interesse público relevante dentro de sua área temática.

Em 2023, a CDC ouviu mais de 117 autoridades, em 21 reuniões de audiência pública, quatro delas realizadas em conjunto com as Comissões de Minas e Energia; de Fiscalização Financeira e Controle; e de Comunicação. Dessa forma, instruiu membros e relatores de matérias, no exercício de sua função constitucional de fiscalização do Poder Executivo, atendendo a demandas específicas de consumidores brasileiros.

# CIAS PÚBLICAS



recorrentes

---

## SANÇÕES APLICADAS PELA AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

---

A Audiência Pública foi realizada com o intuito de debater as sanções aplicadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Requerimento nº 04/2023, do Deputado Jorge Braz

Data: 12/04/2023

Expositores:

**Miriam Wimmer**

Diretora da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD)

**Vitor Hugo do Amaral Ferreira**

Coordenador-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) do Ministério da Justiça

**Jackeline Neves de Almeida**

Coordenadora-Geral de Infraestrutura e Segurança da Informação, do Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS)



*Pablo Valadares / Câmara dos Deputados*

Acesse para mais informações:

<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/67461>

---

## DIA DO HEMATOLOGISTA E DO HEMOTERAPEUTA

---

A Audiência Pública foi realizada com o intuito de debater a criação do Dia do Hematologista e do Hemoterapeuta.

Requerimento nº 02/2023, do Deputado Celso Russomanno

Data: 19/04/2023

Expositores:

**Dr. José Francisco Comenalli Marques Jr.**

Presidente da Associação Brasileira de Hematologia, Hemoterapia e Terapia Celular – ABHH

**Dr. Angelo Maiolino**

Vice-Presidente da ABHH

**Dr. José Bernardes**

Presidente do Conselho Deliberativo da ABHH

**Dr. Eduardo Flávio Oliveira Ribeiro**

Hematologista do Hospital Santa Lúcia

**Dr. Marcelo Jorge Carneiro de Freitas**

Diretor Técnico do Hemocentro de Brasília

**Dr. Jorge Vaz**

Hematologista da Câmara dos Deputados



Will Shutter / Câmara dos Deputados

Acesse para mais informações:

<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/6763>

---

## DESCONTO EM FARMÁCIA MEDIANTE CADASTRO

---

A Audiência Pública foi realizada com o intuito de debater os descontos concedidos por farmácias e drogarias mediante cadastro.

Requerimentos nºs 13/2023 e 19/2023, do Deputado Jorge Braz

Data: 26/04/2023

Expositores:

**Ricardo Lovatto Blattes**

Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública – Senacon

**Jeferson Dias Barbosa**

Gerente de Projetos da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD

**Arthur Rollo**

Presidente do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor – Inadec

**Sergio Mena Barreto**

Presidente da Associação Brasileira das Redes de Farmácias e Drogarias – Abrafarma



Foto: Billy Boss / Câmara dos Deputados

Acesse para mais informações:

<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/67618>

## CUSTO DA REMARCAÇÃO E CANCELAMENTO DE PASSAGENS AÉREAS

A Audiência Pública foi realizada com o intuito de debater o custo da remarcação e do cancelamento de passagens aéreas e o descumprimento do CDC para desistência de compra.

Requerimento nº 20/2023, do Deputado Márcio Marinho

Data: 10/05/2023

Expositores:

**Ricardo Bisinotto Catanant**

Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac

**Wilton Ruas da Silva**

Diretor Executivo do Procon de São Paulo

**Jurema Monteiro**

Presidente da Seção V do Transporte Aéreo de Cargas e de Passageiros da Confederação Nacional do Transporte – CNT e representante do Sindicato Nacional Empresas Aeroviárias – SNEA

**Alberto Fajerman**

Assessor da Presidência da Gol Linhas Aéreas

**Rogério Martes**

Gerente Jurídico da Latam Linhas Aéreas



Vinícius Lures/ Câmara dos Deputados

Acesse para mais informações:

<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/67734>

---

## MICROGERAÇÃO E MINIGERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DISTRIBUÍDA

---

A Audiência Pública foi realizada com o intuito de debater a microgeração e a minigeração de energia elétrica distribuída.

Requerimento nº 01/23, do Deputado Eduardo da Fonte

Requerimento nº 05/23, do Deputado Aureo Ribeiro

Requerimento nº 07/23, do Deputado Silvio Costa

Requerimento nº 12/23, do Deputado Aureo Ribeiro

Data: 24/05/2023

Expositores:

**Lívia Raggi**

Chefe de Gabinete Adjunta do Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)

**Ernesto Johannes**

Especialista Técnico Regulatório da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar)

**Ricardo Pigatto**

Presidente do Conselho de Administração da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel);

**Carlos Alexandre da Silva Prado**

Assessor Executivo da Diretoria de TI, Relacionamento com Agentes e Assuntos Regulatórios do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS

**Luiz Eduardo Barata Ferreira**

Presidente da Frente Nacional dos Consumidores de Energia

**Ricardo Brandão**

Diretor Executivo de Regulação da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee)

**Arthur Rollo**

Presidente do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (Inadec)



*Vinícius Lures/ Câmara dos Deputados*

Acesse para mais informações:

<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/67859>

---

## **PLANOS DE SAÚDE PRIVADOS – PL 7.419/2006**

---

A Audiência Pública foi realizada com o intuito de debater o PL 7.419/2006, que trata sobre planos e seguros privados de assistência à saúde.

Requerimentos nºs 27 e 37/2023, do Deputado Duarte Jr.

Data: 07/06/202

Expositores:

**Nilton Pereira Junior**

Diretor do Departamento de Atenção Hospitalar e de Urgência do Ministério da Saúde

**Wadih Damous**

Secretário da Secretaria Nacional do Consumidor – Senacon

**Paulo Roberto Vanderlei Rebello Filho**

Diretor Presidente da ANS

**Hilton Araújo de Melo**

Procurador da República representante na 3ª Câmara do Consumidor e Ordem Econômica – 3CCR do Ministério Público Federal do Estado do Maranhão – MPF/MA

**Fernando Rodrigues Martins**

Presidente do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor – BRASILCON

**Ana Carolina Navarrete**

Coordenadora do Programa de Saúde do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – Idec

**Karen Beatriz Taveira Barros**

Presidente do Instituto de Promoção e Defesa do Cidadão e Consumidor do Maranhão - Procon/MA

**Rudi Rocha**

Diretor de Pesquisa do Instituto de Estudos para Políticas de Saúde – Ieps e Professor Associado da FGV Eaes

**Rodrigo Mendes Leal**

Economista e diretor da Associação Brasileira de Economia da Saúde – AbrES



Vinícius Lures/ Câmara dos Deputados

Acesse para mais informações:

<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/68133>

---

## NEOPLASIAS MALIGNAS

---

A Audiência Pública foi realizada com o intuito de debater o prazo de tratamento das neoplasias malignas.

Requerimento nº 38/2023, do Deputado Jorge Braz

Data: 09/08/2023

Expositores:

**Alexandre Andrade dos Anjos Jácome**

Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica – SBOC

**Renato Freire Casarotti**

Presidente da Associação Brasileira de Planos de Saúde – Abramge

**Hellen Harumi Miyamoto**

Superintendente de Avaliação de Tecnologias em Saúde e Cobertura Assistencial da Federação Nacional de Saúde Suplementar – Fenasaúde

**Helena Esteves**

Coordenadora de Advocacy do Instituto Oncoguia e membra da Comissão Intersectorial e Saúde Suplementar do Conselho Nacional de Saúde

**Andreia Ribeiro Abib**

Gerente de Acompanhamento Regulatório das Redes Assistenciais – ANS



Will Shutter / Câmara dos Deputados

Acesse para mais informações:

<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/68749>

---

## OBSOLESCÊNCIA PROGRAMADA NA TELEFONIA MÓVEL

---

A Audiência Pública foi realizada com o intuito de debater a obsolescência programada na telefonia móvel.

Requerimento nº 14/2023, do Deputado Márcio Marinho

Data: 16/08/2023

Expositores:

**Davison Gonzaga da Silva**

Gerente de Certificação e Numeração da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL

**Marcelo de Souza do Nascimento**

Diretor-Geral do Instituto de Defesa do Consumidor do Distrito Federal – Procon-DF

**Humberto Barbato**

Presidente Executivo da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica – ABINEE

**Igor Rodrigues Britto**

Diretor de Relações Institucionais do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – Idec

Acesse para mais informações:

<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/68989>



Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados

---

## QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TELEFONIA E INTERNET

---

A Audiência Pública foi realizada com o intuito de debater a qualidade dos serviços de telefonia e internet

Requerimento nº 11/2023 CDC, do Deputado Felipe Carreras

Requerimento nº 16/2023 CDC, do Deputado Paulão

Requerimento nº 21/2023 CDC, do Deputado Gilson Daniel

Requerimento nº 33/2023 CDC, do Deputado Duarte

Requerimento nº 36/2023 CDC, do Deputado Gilson Marques

Requerimento nº 41/2023 CCOM, do Deputado Gilvan Máximo

Data: 23/08/2023

Expositores:

**Vitor Hugo do Amaral Ferreira**

Coordenador-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado da Secretaria Nacional do Consumidor – Senacon/MJ

**Gustavo Santana Borges**

Superintendente de Controle de Obrigações da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)

**Bruno Siqueira Morelato**

Representante do Instituto Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor, Procon – ES

**Tiago Brocardo Machado**

Diretor de Relações Institucionais da operadora Vivo

**Cleber Rodrigo Affanio**

Diretor de relações Institucionais da TIM Brasil

**Fábio Andrade**

Vice-Presidente de Relações Institucionais da operadora Claro

**Helton Rocha Posseti**

Diretor de Relações Institucionais da operadora Oi

**Hugo Vidica Mortoza**

Gerente de Estratégia e Regulatório da Algar Telecom

**Marcos Ferrari**

Presidente da Conexis Brasil Digital – Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel, Celular e Pessoal

**Marcelo Saldanha**

Instituto Bem-Estar Brasil, organização integrante da Coalizão Direitos na Rede – CDR

**Ana Bárbara Gomes**

Diretora do Instituto de Referência em Internet e Sociedade – IRIS



*Vinícius Lures / Câmara dos Deputados*

Acesse para mais informações:

<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/68958>

---

## REAJUSTES DE PLANOS DE SAÚDE

---

A Audiência Pública foi realizada com o intuito de debater o PL 7.419/2006, que trata sobre planos e seguros privados de assistência à saúde.

Requerimentos nºs 9, 17 e 40/2023, do Deputado Felipe Carreras

Requerimento nº 28/2023, do Deputado Aureo Ribeiro

Requerimento nº 42/2023, do Deputado Márcio Marinho

Data: 30/08/2023

Expositores:

**Andrey Freitas**

Consultor para Assuntos Econômicos da Federação Nacional de Saúde Suplementar – Fenasaúde

**Marcos Paulo Novais**

Superintendente Executivo da Associação Brasileira de Planos de Saúde – Abramge

**Sergio D. Bitencourt da Rocha**

Presidente do Conselho de Administração da Associação Brasileira de Importadores e Distribuidores de Produtos para Saúde – Abraid

**Eduardo Chow de Martino Tostes**

Coordenador do Núcleo de Defesa do Consumidor da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro – Nudecon/ DPRJ

**Pablo Bismark**

Secretário-Executivo do Procon Recife

**Arthur Rollo**

Advogado do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor – Inadec

**Anna Carolina Navarrete**

Coordenadora do Programa de Saúde do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – Idec

**Vitor Hugo do Amaral Ferreira**

Coordenador-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado da Secretaria Nacional do Consumidor – Senacon

**Daniela Rodrigues**

Gerente Econômico-Financeiro e Atuarial dos Produtos da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e representante do Ministério da Saúde



Will Shutter / Câmara dos Deputados

Acesse para mais informações:

<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/68987>

---

## PASSAGENS PELA 123 MILHAS

---

A Audiência Pública foi realizada, **com a participação da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC**, com o intuito de debater a suspensão de pacotes de viagens e de passagens pela 123 Milhas.

Requerimento nº 53/2023 – CDC, do Deputado Duarte Jr.

Requerimento nº 54/2023 – CDC, do Deputado Márcio Marinho

Requerimento nº 55/2023- CDC, dos Deputados Celso Russomanno e Jorge Braz

Requerimento nº 294/2023 – CFFC, do Deputado João Carlos Bacelar

Data: 13/09/2023

Expositores:

**Celso Sabino de Oliveira**

Ministro de Estado do Turismo

**Yuri César Cherman**

Gerente de Regulação das Relações de Consumo, da Superintendência de Acompanhamento de Serviços Aéreos da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac

**Arthur Rollo**

Presidente do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor – Inadec

**Vitor Hugo Ferreira**

Coordenador-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado da Senacon



Bruno Spada / Câmara dos Deputados

Acesse para mais informações:

<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/69653>

---

## REVENDA DE VEÍCULOS

---

A Audiência Pública foi realizada com o intuito de debater revenda de veículos.

Requerimento nº 35/2023, do Deputado Vinicius Carvalho

Data: 27/09/2023

Expositores:

**Carlos Eduardo Lemos**

Vice-Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores - Anfavea

**Paulo Saab**

Presidente-Executivo da Associação Nacional de Empresas de Aluguel de Veículos e Gestão de Frotas – Anav

**Roberta Magalhães**

Assessora de Assuntos Jurídicos da Associação Nacional de Empresas de Aluguel de Veículos e Gestão de Frotas – Anav

**Arcelio Alceu dos Santos Junior**

1º Vice-Presidente da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores - Fenabrave



*Vinicius Lures / Câmara dos Deputados*

Acesse para mais informações:

<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/70034>

---

## TERAPIAS GÊNICAS

---

A Audiência Pública foi realizada com o intuito de debater a regulamentação das terapias gênicas para o setor farmacêutico.

Requerimento nº 44/2023, dos Deputados Paulão e Antônia Lúcia  
Requerimento nº 59/2023, do Deputado Gilson Marques

Data: 04/10/2023

Expositores:

**Daniela Marreco Cerqueira**

Secretária Executiva da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos – CMED e representante do Ministério da Saúde

**Renato Luiz Guerino Cunha**

Membro do Comitê Científico de Transplante de Medula Óssea e Terapia Celular da Associação Brasileira de Hematologia e Hemoterapia – ABHH

**Antoine Daher**

Presidente da Federação Brasileira das Associações de Doenças Raras – Febrararas

**Salmo Raskin**

Membro da Sociedade Brasileira de Genética Médica e representante da Associação Médica Brasileira – AMB

**Renato Porto**

Presidente da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa – Interfarma

**Bruno César A. de Abreu**

Diretor de Mercado e Assuntos Jurídicos do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos – Sindusfarma



Vinícius Lures / Câmara dos Deputados

Acesse para mais informações:

<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/70169>

## PADRONIZAÇÃO DAS CONEXÕES DE RECARGA DE VEÍCULOS ELÉTRICOS

A Audiência Pública foi realizada com o intuito de debater a padronização das conexões de recarga de veículos elétricos no Brasil.

Requerimento nº 46/2023, do Deputado Jorge Braz

Data: 25/10/2023

Expositores:

**Juliana Ghizzi Pires**

Representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

**Thomas Caldelhas**

Representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

**Lucas Heller**

Representante do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO)

**Rodrigo Vicentini**

Diretor de Infraestrutura da Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE)

**Henry Joseph**

Diretor de Assuntos Técnicos da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea)



Vinícius Lures / Câmara dos Deputados

Acesse para mais informações:

<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/70433>

---

## **GOLPES E FRAUDES NO SISTEMA FINANCEIRO**

---

A Audiência Pública foi realizada com o intuito de debater os crescentes casos de golpes e fraudes que vêm afetando o sistema financeiro e causando prejuízo ao consumidor brasileiro.

Requerimento nº 58/2023, da Deputada Gisela Simona

Data: 26/10/2023

Expositores:

**Mayara Trindade Yano**

Representante do Departamento de Competição e Estrutura do Mercado Financeiro do Banco Central do Brasil

**Belline Santana**

Chefe do Departamento de Supervisão Bancária do Banco Central do Brasil

**Walter Faria**

Diretor Adjunto de Serviços da Federação Brasileira de Bancos – Febraban

**Márcia Moro**

Presidente da Associação Brasileira dos Procons – ProconsBrasil

**Ione Amorim**

Coordenadora do Programa de Serviços Financeiros do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC

**Antônio Carlos Fontes Cintra**

Defensor Público do Distrito Federal e Coordenador da Comissão dos Direitos do Consumidor da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos – ANADEP

**Rogério Ferreira**

Delegado da Delegacia Especializada de Defesa do Consumidor de Mato Grosso – DECON

## Relatório anual - 2023



Vinícius Lures / Câmara dos Deputados

Acesse para mais informações:

<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/70342>

---

## DIREITO DE PERSONALIDADE

---

A Audiência Pública foi realizada com o intuito de debater o PL 1.954, DE 2022 – Tempo como bem de valor jurídico essencial para o exercício dos direitos da personalidade.

Requerimento nº 43/2023, dos Deputados Paulão e Carlos Veras

Requerimento nº 45/2023, do Deputado Vinicius Carvalho

Data: 08/11/2023

Expositores:

**Nancy Andrighi**

Ministra do Superior Tribunal de Justiça

**Vitor Hugo do Amaral Ferreira**

Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor – Senacon

**Bruno Reisei Toguchi**

Presidente da Comissão Especial de Direito Bancário do Conselho Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB

**Amaury Oliva**

Diretor Executivo de Sustentabilidade, Cidadania Financeira, Relações com o Consumidor e Autorregulação da Federação Brasileira de Bancos – Febraban

**Christian Printes**

Coordenador da área jurídica do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – Idec

**Marcos Dessaune**

Jurista autor da teoria do desvio produtivo do consumidor

**Luciano Timm**

Professor da Fundação Getúlio Vargas – FGV

## Relatório anual - 2023



*Will Shutter / Câmara dos Deputados*

Acesse para mais informações:

<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/70327>

---

## QUEDA DA ENERGIA ELÉTRICA EM SÃO PAULO

---

A Audiência Pública foi realizada pela **Comissão de Minas e Energia – CME em conjunto com a Comissão de Defesa do Consumidor – CDC**, com o intuito de debater a Interrupção do serviço de distribuição de energia elétrica no Estado de São Paulo, ocorrida em 3 de novembro de 2023.

Requerimento nº 180/2023 – CME, do Deputado Rodrigo de Castro

Requerimento nº 181/2023 CME, do Deputado Arnaldo Jardim

Requerimento nº 78/2023 CDC, dos Deputados Ivan Valente e Celso Russomano

Data: 22/11/2023

Expositores:

**Sandoval Feitosa**

Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel

**Max Xavier Lins**

Diretor Executivo da Enel

Distribuição São Paulo

**Luiz Orsatti Filho**

Diretor Executivo da Fundação

Procon – SP



*Vinícius Lures / Câmara dos Deputados*

Acesse para mais informações:

<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/71100>

---

## MONOPÓLIO DOS SOFTWARES DE REPAROS DE VEÍCULOS

---

A Audiência Pública foi realizada com o intuito de debater o monopólio dos softwares de reparos de veículos pelas concessionárias.

Requerimento nº 62/2023, dos Deputados Jorge Braz e Celso Russomanno

Requerimento nº 68/2023, do Deputado Jorge Braz

Data: 29/11/2023

Expositores:

**Thomas Paris Caldellas**

Coordenador da Secretaria de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços – SDIC/MDIC

**Vitor Hugo do Amaral Ferreira**

Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Secretaria Nacional do Consumidor – Senacon/MJ

**Marcelo L. D. S. Gabriel**

Assessor Especial do Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios – Sindirepa Brasil

**Celso Mattos**

Presidente do Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios – Sindirepa

**Gilberto Martins**

Gerente de Assuntos Técnicos da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – Anfavea



Vinícius Lures / Câmara dos Deputados

Para maiores informações, acesse:

<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/71200>

## PRAZOS NA CONEXÃO DE MICRO E MINIGERAÇÃO DE ENERGIA

A Audiência Pública foi realizada com o intuito de debater o descumprimento de prazos na conexão de micro e minigeração de energia.

Requerimento nº 69/2023, do Deputado Jorge Braz

Data: 06/12/2023

Expositores:

**Pedro Mello Lombardi**

Gerente de Regulação do Serviço de Distribuição da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)

**João Paulo Menna Barreto de Castro Ferreira**

Diretor Institucional da Companhia Energética Minas Gerais S/A (CEMIG)

**Fabio Pozzi Cesar**

Analista de Relacionamento com Clientes da Companhia Energética Minas Gerais S/A (CEMIG)

**Bárbara Rubim**

Vice-Presidente de Geração Distribuída da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar)

**Caius Vinicius Sampaio Malagoli**

Diretor de Engenharia da CPFL Energia

**Ricardo Brandão**

Diretor Executivo de Regulação da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee)

**Anton Altino Schwyter**

Consultor Técnico do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec)



Mário Agra / Câmara dos Deputados

Acesse para mais informações:

<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/71025>

## REGULAÇÃO DE PREÇOS DE REMÉDIOS NO BRASIL

A Audiência Pública foi realizada com o intuito de debater o modelo de regulação de preços de medicamentos no Brasil.

Requerimento nº 61/2023, dos Deputados Aureo Ribeiro e Celso Russomanno  
Requerimento nº 28/2023, do Deputado Jorge Braz

Data: 13/12/2023

Expositores:

**Daniela Marreco Cerqueira**

Secretária-Executiva da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos – CMED

**Renato Alencar Porto**

Presidente Executivo da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa – Interfarma

**Cássio Ide Alves**

Superintendente Médico da Associação Brasileira de Planos de Saúde – Abramge

**Sérgio Mena Barreto**

Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias – Abrafarma

**Henrique Tada**

Presidente Executivo da Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais – Alanac

**Carlos Augusto Machado Coscarelli**

Diretor de Estudos e Pesquisas da Fundação Procon-SP

**Marina de Almeida Magalhães**

Analista do Programa de Saúde do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – Idec

Informações:

<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/71398>



Renato Araújo / Câmara dos Deputados

---

# **CDC NA IMPRENSA**

---

## **Deputados reforçam apoio à CPI após presidente da Enel faltar à audiência pública**

Valor Econômico: 22/11/23

Integrantes das comissões de Minas e Energia e de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados reforçaram apoio à abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar as causas de problemas no fornecimento de energia elétrica em São Paulo e cobrar responsabilidades da distribuidora local, a Enel SP, após falta de executivo em audiência pública. O debate, marcado para esta quarta-feira, tinha a presença confirmada do presidente da Enel Brasil, Nicola Cotugno.

"Esse convite foi feito no dia 10 de novembro, portanto 11 dias atrás, e apenas ontem o presidente enviou um comunicado dizendo que não poderia vir, que teria um evento muito importante para hoje. Isso demonstra um descaso muito grande da Enel com esta Casa. É um fato absolutamente absurdo, um desrespeito com toda a Câmara dos Deputados, algo que é intolerável", afirmou o presidente da Comissão de Minas e Energia, deputado Rodrigo de Castro (União-MG).

Castro informou que a Câmara tem instrumento para fazer fiscalização mais contundente da Enel SP. Ele citou, além da CPI, a edição de uma Proposta de Fiscalização e Controle (PFC). Essa discussão é importante porque a companhia discute com o governo a renovação da concessão em SP e não teria condições de receber um novo contrato como "prêmio" em momento em que demonstra dificuldade de prestar um serviço de qualidade.

O presidente da comissão disse que o grupo italiano Enel também já apresentou problemas em concessões nos Estados do Ceará, Rio de Janeiro e Goiás. No caso da concessão goiana, ele disse que a companhia foi "escorraçada", onde foi substituída pelo grupo Equatorial.

O deputado João Carlos Bacelar (PL-BA), além de defender a CPI, quer a cassação do atual contrato da Enel SP pela "falta de investimento" da companhia. "Vamos pedir a caducidade do contrato porque assim ela vai ter respeito por esta Casa", afirmou.

Autor de requerimento de CPI contra Enel, o deputado Max Lemos (PDT-RJ) afirmou que liderou, no mandato de deputado estadual, uma frente de fiscalização semelhante na Assembleia do Rio de Janeiro. Ele disse que sua preocupação é com a Enel Rio, que atende 66 municípios fluminenses. "Nos últimos 15 dias, 34 cidades ficaram sem energia", afirmou Lemos. "Não podemos fazer o desserviço de achar isso normal", complementou.

Celso Russomanno (Republicanos-SP), vice-presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, disse que reuniu mais de 600 denúncias de consumidores de energia contra a Enel SP. A maior parte dos deputados apoiou a decisão de adiar a audiência pública para realizar o debate somente com a presença do presidente da Enel SP.

## **Comissão vai analisar convite para que diretor-presidente da Enel fale sobre apagão em São Paulo**

CNN Brasil: 06/11/23

A Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) da Câmara dos Deputados deve analisar, na próxima quarta-feira (8), um requerimento para convidar o diretor-presidente da Enel no Brasil, empresa que atua no ramo de geração e distribuição de eletricidade em São Paulo, para esclarecer as medidas adotadas pela companhia após o apagão que atingiu o estado.

O requerimento foi apresentado pelo deputado federal Ivan Valente (PSOL-SP), que protocolou o documento no colegiado nesta segunda-feira (6). Na última sexta (3), a capital paulista foi atingida por fortes chuvas, resultando na queda de energia em mais de 2 milhões de imóveis.

Na manhã desta segunda, a Enel informou que cerca de 500 mil clientes da empresa ainda seguiam sem energia em suas residências. Segundo a companhia, “até o momento, cerca de 1,6 milhão de clientes tiveram o serviço normalizado”.

De acordo com a Enel, técnicos da empresa estão trabalhando para agilizar os atendimentos e reestabelecer os serviços até esta terça-feira (7). No requerimento apresentado por Ivan Valente, o deputado cita a falta de trabalhadores da empresa que, segundo o documento, teve o quadro de funcionários reduzido em 36% desde 2019.

“A queda no número de funcionários somada ao aumento da base de clientes resulta em outra mudança que influencia diretamente a capacidade da empresa de responder a situações de emergência, como a que atingiu São Paulo”, diz trecho do documento. O parlamentar também pede que seja convidado o responsável técnico pela distribuição de energia em São Paulo.

---

## **Projeto propõe limitar reajustes de planos de saúde coletivos e aumentar direitos dos beneficiários**

Folha de São Paulo, 17/06/23

Após 17 anos tramitando na Câmara dos Deputados, um projeto que altera a lei dos planos de saúde tem avançado após a nomeação no mês passado de um novo relator que tem um discurso em defesa do direito dos consumidores. A situação tem deixado o setor da saúde suplementar em polvorosa.

Entre as mudanças propostas está a previsão de limites para reajustes nas mensalidades dos planos coletivos. Hoje apenas os planos individuais possuem uma base de reajuste definida pela ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar).

Também consta a proibição da rescisão unilateral dos contratos por parte da operadora. Hoje, o plano coletivo pode ser suspenso sem motivos, como fraude ou inadimplência, desde que o contrato esteja vigente por 12 meses e que a operadora avise o usuário com, no mínimo, 70 dias de antecedência.

A proposta de mudança na lei vem sendo discutida em audiências públicas pelo país. Na semana passada, em reunião em Brasília, o relator do projeto, deputado federal Duarte Jr. (PSB-MA), disse que esses e outros pontos já estão acordados e que devem constar no relatório que ele apresentará até o final deste mês. Há mais de 270 propostas apensadas ao PL 7419/06.

"[A proposta é] Proibir a rescisão unilateral, limitar os reajustes dos planos coletivos. Não precisa ser um terreno sem regras, sem qualquer tipo de transparência. O consumidor precisa saber por que e quanto [o seu plano] está sendo reajustado", disse.

Há uma unanimidade no setor de que é preciso revisar a lei dos planos, que completou 25 anos, porém, as propostas do relator vão na contramão do que defendem as operadoras de saúde. Nos últimos anos, elas têm buscado flexibilizar as atuais regras dos contratos individuais e liberar a venda de planos com menor cobertura, por exemplo.

A audiência em Brasília contou com representantes do Ministério da Saúde, Ministério Público, ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar), de entidades de defesa do consumidor, entre outros. Segundo Duarte Jr., as operadoras foram convidadas, mas não enviaram representantes.

Em nota, a Fenasaúde diz que não foi convidada para nenhum debate organizado pelo deputado. Afirma que a Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara aprovou dois requerimentos para que a entidade fosse chamada, mas que o convite nunca foi formalizado. Já a Abramge (Associação Brasileira de Planos de Saúde) preferiu não se pronunciar.

Duarte Jr., que já presidiu o Procon Maranhão e o Procon Nordeste, vem defendendo que mudanças na lei em prol do consumidor são necessárias para coibir práticas abusivas dos planos de saúde.

Ele diz que não incluirá no seu relatório propostas que visem flexibilizar as atuais regras, em benefício das operadoras, como já propuseram pareceres anteriores. A Câmara já teve duas comissões para analisar mudanças na Lei dos Planos (em 2017 e em 2021).

Mas o cenário sobre o projeto na Câmara, que tramita em regime de urgência, ainda é incerto porque parte dos deputados defende mais discussões sobre o tema.

Outra alteração que constará no relatório, segundo Duarte Jr., será a autorização para que outros profissionais de saúde, como nutricionistas, fisioterapeutas e fonoaudiólogos, possam solicitar exames aos planos.

Atualmente, só o médico tem essa prerrogativa. Ele também defende que a ANS passe a fiscalizar os prestadores de serviço, como os hospitais e clínicas. Hoje a agência regula apenas os planos.

Durante a audiência, os participantes defenderam que as alterações na lei não tragam retrocessos ao consumidor e que ampliem o acesso à saúde suplementar, mas que também olhem para sustentabilidade do setor.

A advogada Ana Carolina Navarrete, do Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor), disse que a regulação dos planos coletivos é necessária para solucionar a atual escassez de planos individuais no mercado.

"Se você deixa [os coletivos, que são] a maior parte do mercado sem regulação ou com uma regulação muito pequena, em comparação ao plano individual, que é mais e melhor regulado, é claro que o mercado escapa para onde ele é menos regulado, e aí a gente tem redução de oferta de planos individuais."

O economista Rudi Rocha, professor da FGV e diretor de pesquisas do Ieps (Instituto de Estudos para Políticas de Saúde), afirma que mudanças regulatórias podem causar impacto tanto no segmento privado quanto no público. "A gente tem que ter muito cuidado, tem que pensar em todas as frentes e qual será o resultado disso."

Segundo ele, a população brasileira está envelhecendo, terá mais doenças crônicas, haverá ofertas de novas tecnologias e a conta da saúde vai ficar cada vez mais cara. "Quem é quem vai pagar essa conta? É fundamental que o debate se mantenha ativo em todos os seguimentos da sociedade."

Paulo Roberto Rebello Filho, diretor-presidente da ANS, disse que a agência deverá concluir em breve um estudo sobre a regulação dos planos coletivos, que prevê mudança do cálculo dos reajustes e mais transparência e clareza ao beneficiário. "A ANS tem feito o seu trabalho, não está estagnada."

Ele afirmou que a saúde passa por vários desafios, como a transição demográfica, as incorporações tecnológicas e o aumento dos custos, que causam impacto em todo o sistema de saúde. "É importante que tenhamos uma visão de floresta [quando se pensa em regulação] porque, sem que se olhe o todo, a sustentabilidade do setor pode vir a ser prejudicada."

Rebello Filho afirma que é preciso entender que existem operadoras de saúde de diferentes portes e há hoje uma grande preocupação com as menores. Ele citou o impacto causado pela inclusão do Zolgensma, medicamento contra atrofia muscular espinhal (AME) tipo 1 no rol da ANS, em fevereiro deste ano.

A medicação custa R\$ 7,2 milhões, por pessoa, aos planos. "20% das pequenas operadoras não faturam durante um ano o custo de um medicamento como esse."

O presidente da ANS também manifestou preocupação em relação à proposta de que a agência passe a fiscalizar os prestadores de serviço. Ele diz que hoje não há capacidade para a ANS fiscalizar mais 250 mil prestadores de serviço.

---

## Regulação dos planos de saúde coletivos entra na pauta de discussões

Infomoney: 20/06/23

Com a definição do reajuste dos planos de saúde individuais e familiares pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), os olhos agora se voltam para os planos coletivos e empresariais, que não são regulados pela agência e, portanto, os reajustes seguem a negociação entre as partes.

A ANS autorizou na semana passada um reajuste máximo de 9,63% nos planos de saúde individuais e familiares. A medida vale para quase 8 milhões de beneficiários com contratos firmados a partir de janeiro de 1999 (ou adaptados à Lei nº 9.656/98).

Durante audiência pública realizada na Câmara dos Deputados, o deputado federal Duarte Júnior (MA) anunciou que até o fim deste mês apresentará um substitutivo prevendo a regulação, pela ANS, dos planos de saúde coletivos.

“O objetivo de garantir a regulação é coibir práticas que vêm acontecendo em várias cidades do país. Vamos proibir a rescisão unilateral desses contratos e limitar os reajustes dos planos de saúde coletivos”, disse o deputado, conforme a Agência Câmara.

Ele informou ainda que o seu relatório irá prever que o Código de Defesa do Consumidor seja aplicado aos planos na qual a própria empresa ou entidade institui e administra, sem fins lucrativos, o programa de assistência à saúde.

“O consumidor não conhece o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), segundo o qual esse contrato hoje não é de consumo e, portanto, hoje o Procon não pode ser acionado. Isso tem gerado um aumento da judicialização em busca da garantia de atendimento”, destacou.

Durante o encontro na Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados, o secretário Nacional do Consumidor, Wadih Damous, apoiou a ideia de regulação dos planos coletivos.

“Vemos hoje que os planos individuais são regulados e os planos coletivos, boa parte deles individuais travestidos de coletivos, não são regulados. Isso é algo que a Senacon vem sendo demandada de forma insistente e já pedimos audiência à ANS para tratar dessas e de outras questões”, afirmou.

O secretário apontou ainda que a falta de uma regulamentação mais eficaz no caso dos planos de saúde leva os consumidores ao caminho da judicialização.

“Poucas reclamações chegam aos órgãos de defesa do consumidor, como os Procons, e à própria Senacon, porque, no desespero, as pessoas vão direto ao Poder Judiciário. Muitas vezes são emergências médicas, cenários de vida ou morte, e que acabam sendo tratadas no Poder Judiciário porque as pessoas não têm mais a quem recorrer para um atendimento emergencial. Há necessidade de regulação em diversos aspectos”, relatou.

Ana Carolina Navarrete, coordenadora do programa de saúde do Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor), diz que o instituto também está avaliando essa questão e que pediu uma reunião formal

com uma diretoria da ANS para apresentar uma proposta de regulação de planos coletivos que conta com o apoio de várias organizações de defesa do consumidor.

O Idec quer que os reajustes dos planos coletivos sejam regulados à semelhança dos planos individuais.

“Como a maioria dos contratos coletivos reajusta seus planos com base na sinistralidade e ela como índice é pouco clara [cada empresa define de uma forma diferente], isso permite uma ampla liberdade para a operadora, no limite, fazer alteração unilateral do preço, prática vedada pelo Código de Defesa do Consumidor. O ideal seria que as cláusulas de reajuste fossem padronizadas”, considera Ana Carolina.

---

### **Novos apagões em SP e RJ foram fatos isolados, diz NOS**

Poder 360: 18/11/23

Os novos apagões registrados nesta semana em regiões de São Paulo e do Rio de Janeiro foram fatos isolados, afirmou o ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) ao Poder360. As ocorrências, registradas em plena semana de onda de calor, afetaram 290 mil imóveis em São Paulo e outros milhares de residências na comunidade da Rocinha e partes da Zona Sul do Rio de Janeiro.

A entidade, responsável pelo SIN (Sistema Interligado Nacional), descartou que haja uma relação dos eventos com a alta demanda por energia, que provocou recordes no consumo nesta semana. Garantiu que o sistema elétrico é capaz de suprir as necessidades no momento atual.

*“O SIN é robusto, seguro, possui uma ampla diversidade de fontes e está preparado para atender às demandas de carga e potência da sociedade brasileira”,* informou o ONS, que acionou usinas térmicas e a importação de energia de países vizinhos nesta semana para suprir a necessidade de carga.

No Rio de Janeiro, a Light culpa o alto índice de furto de energia na Rocinha. A concessionária diz que seus transformadores são configurados e instalados para atender aos 14.485 clientes da empresa na comunidade. No entanto, a região tem mais de 87.000 moradores, segundo dados do Censo de 2022. Por causa dos “gatos”, ligação elétrica clandestina, os aparelhos queimam, causando falta de luz.

*“Somente na última semana, foram 127 ocorrências na comunidade, provocadas por sobrecarga na rede elétrica devido ao alto índice de ligações clandestinas, onde o furto de energia é 83,74%. A Light permanece com equipes na Rocinha para a execução dos reparos necessários”,* informou a distribuidora.

Para alguns imóveis na comunidade, a falta de energia já dura uma semana, segundo a Associação de Moradores da Rocinha. Em protesto, famílias que vivem na região fecharam avenidas do Rio de Janeiro cobrando uma rápida resolução do problema.

Em São Paulo, a Enel, informou ter resolvido o blecaute na manhã de 5ª feira (16.nov.2023). Moradores de algumas regiões da capital paulista ficaram sem o fornecimento de energia na noite de 4ª (15.nov).

O problema teria sido causado, segundo a distribuidora local, pelo novo temporal ocorrido na cidade, com rajadas de vento de 55 km/h.

A nova ocorrência na capital paulista se deu menos de duas semanas depois do apagão anterior, que deixou 4,2 milhões de unidades consumidoras sem energia, também após um forte temporal. Em algumas regiões, moradores ficaram quase uma semana sem luz até ter o fornecimento restabelecido.

Na próxima 4ª feira (22.nov), as comissões de Minas e Energia e de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados realizam sessão conjunta para obter esclarecimentos sobre o episódio. Foram convidados o presidente da Enel São Paulo, Nicola Cotugno, além do diretor-geral da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), Sandoval Feitosa.

Na 5ª feira (16.nov), o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), disse ter pedido que a Aneel cancele o contrato de concessão da companhia (antiga Eletropaulo) por problemas na prestação dos serviços e “*inconformidade*” da administração municipal com a empresa.

Embora possível, o cancelamento do contrato é algo difícil de acontecer. Dentro da Aneel a medida é vista como extrema. Exigiria uma sequência de erros e de descumprimentos contratuais. Como resposta ao apagão, a tendência é que a agência aplique uma multa à empresa, que pode chegar a 2% do seu faturamento anual.

O aumento das queixas contra distribuidoras, provocado pelos apagões, deve acelerar a tramitação do projeto de lei sobre a renovação das concessões de energia elétrica. A proposta está na Comissão de Minas e Energia da Câmara, mas deputados articulam aprovar regime de urgência para levar direto ao plenário da Casa.

O PL 4.831 de 2023, de autoria do deputado João Carlos Bacelar (PL-BA), autoriza a prorrogação de contratos sem o pagamento de outorga pelas distribuidoras, desde que atendam a critérios de qualidade. Por outro lado, imporá as empresas custos com a Tarifa Social e ampliação das redes, despesas atualmente bancadas por subsídios da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético).

A expectativa é que o texto seja aprovado até dezembro na Câmara. Defendeu que o tema precisa, obrigatoriamente, passar pelo Congresso, e que o debate avançará nas duas Casas.

O governo elaborou sua proposta para renovar os contratos, que começam a vencer a partir de 2025. As diretrizes foram entregues pelo Ministério de Minas e Energia ao TCU (Tribunal de Contas da União). Depois do aval, haveria um decreto presidencial com o conjunto de regras.

Congressistas vinham se queixando do rito proposto pelo governo, sem passar pelo Congresso. O ministro Alexandre Silveira sinalizou que era desnecessária a tramitação no Legislativo, porém deputados exigem participar do debate e dizem que o tema não é de competência do TCU. O blecaute em São Paulo, que demorou 6 dias para ser totalmente solucionado, foi o principal motivo.

## **Projeto quer discutir informações sobre *fast foods***

Jornal do Oeste: 06/12/2023

Mais de 20% da população brasileira sofre hoje os efeitos da obesidade. O dado faz parte da Pesquisa de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas, divulgada pelo Ministério da Saúde. Para combater essa situação, que aumenta o risco de diabetes, hipertensão, doenças cardiovasculares, câncer e outras complicações, o deputado federal Beto Richa (PSDB-PR) apresentou o projeto 5419/23 que obriga restaurantes e lanchonetes com mais de 20 unidades no país, em especial redes de *fast food*, a informar o valor calórico dos alimentos comercializados em todos os seus mecanismos de cardápio e de divulgação dos produtos.

Trata-se de uma prevenção já adotada por outros países e que teve efeitos positivos. Nos Estados Unidos, por exemplo, a medida começou a ser adota em 2018. “Uma pesquisa da Universidade de Harvard concluiu que colocar no menu as informações calóricas dos itens pode levar a uma redução na quantidade que os clientes comprem. Foi verificada uma diminuição no consumo de calorias durante dois anos em 104 unidades de uma franquia de restaurantes”, exemplifica Beto Richa.

Outra pesquisa, da Universidade de Washington, revelou que a porcentagem de pessoas entre 4 e 19 anos que consomem em *fast foods* caiu de 38,8% para 32,6%.

Beto Richa alerta que existe hoje uma tendência significativa de aumento da obesidade ao longo dos anos, o que representa um desafio significativo para a saúde pública no país. “Muitos alimentos, como os principalmente encontrados em lanchonetes e *fast food*, contém alto teor calórico advindo dos ingredientes e da maneira como são preparados”, destaca o deputado.

Esses produtos, como se pode facilmente constatar em qualquer cidade brasileira, vêm cada vez mais sendo consumidos por nossa população, que muitas vezes não consegue fazer suas refeições em casa. “Os estabelecimentos de comércio de alimentos são, portanto, parte importante do problema, e por isso mesmo merecem a chance de ser parte importante da solução”, reforça Beto Richa.

A proposta de lei se aplica aos estabelecimentos pertencentes a redes de restaurantes, lanchonetes e assemelhados que contem com mais de vinte unidades no território nacional. Elas ficam obrigadas a informar o valor calórico, absoluto e a porcentagem da recomendação nutricional diária média, das refeições, porções ou itens postos à venda.

Isso precisará ser feito em todas as versões de seus cardápios, sejam na íntegra ou parciais, em meio físico ou digital; em todo material de divulgação, como cartazes, expositores, panfletos e cupons de desconto; e nas embalagens dos alimentos e bebidas.

Os estabelecimentos também deverão disponibilizar, mediante requisição, a descrição do método empregado para calcular as calorias dos alimentos. O projeto está sendo analisado pela Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados.

---

---

# RELATORIAS

---

---

# PROPOSIÇÕES DESIGNADAS

---

Relator: André Ferreira

<b>PL 2537/2019</b>	JUNINHO DO PNEU – Obriga o aviso sobre o reconhecimento facial em estabelecimentos comerciais. Data de designação: 19/04/2023
<b>PL 2246/2021</b>	LÉO MORAES – Altera o art. 52 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para estabelecer equiparação nas taxas de juros dos empréstimos e financiamentos para clientes com a mesma categoria de crédito. Data de designação: 26/04/2023
<b>PL 1157/2020</b>	DANILO CABRAL – Estabelece a suspensão da cobrança de dívidas financeiras, assim como a incidência de juros, multas e demais taxas, por parte de instituições financeiras de qualquer natureza, sobre pessoa física, durante a vigência de estado de calamidade pública. Data de designação: 24/05/2023
<b>PL 4366/2021</b>	ANGELA AMIN – Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para determinar que a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) explique periodicamente, em linguagem acessível à população, as variações no valor das tarifas de energia elétrica. Data de designação: 29/03/2023
<b>PL 2830/2022</b>	TITO – Altera a Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022, para permitir que créditos de energia elétrica provenientes de microgeração e minigeração distribuída sejam comercializados com a distribuidora local e, no caso de autoconsumo remoto, realocados entre unidades consumidoras de mesmo titular. Data de designação: 19/04/2023

Relatório anual - 2023

**PL 2966/2020** ENÉIAS REIS – Institui normas sobre a permuta digital.  
Data de designação: 01/08/2023

**PL 3219/2021** JULIO LOPES – Dispõe sobre norma geral relativa à medição de consumo de água nas novas unidades de edificações residenciais e comerciais de caráter condominial.  
Data de designação: 29/03/2023

---

**Relatora: Antônia Lúcia**

---

**PL 260/2021** ROBERTO DE LUCENA – Dispõe sobre normas para a comercialização de Pão Integral, e fixa outras providências.  
Data de designação: 05/04/2023

**PL 3641/2021** ALEXANDRE FROTA – Estabelece medidas de proteção a crianças e adolescentes para a aquisição de livros e artigos literários.  
Data de designação: 03/10/2023

**PL 3/2023** MARIA DO ROSÁRIO – Cria o Protocolo “Não é Não” de atendimento à mulher vítima de violência sexual ou assédio em discotecas ou estabelecimentos noturnos, eventos festivos, bares, restaurantes ou qualquer outro estabelecimento de grande circulação de pessoas.  
NOVA EMENTA: Cria o protocolo “Não é Não”, para prevenção ao constrangimento e à violência contra a mulher e para proteção à vítima; institui o selo “Não é Não – Mulheres Seguras”; e altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte).  
Data de designação: 26/04/2023

Relatório anual - 2023

<b>PL 1709/2022</b>	<p>LAFAYETTE DE ANDRADA – Dispõe sobre o marco legal da microgeração e minigeração distribuída, o Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE) e o Programa de Energia Renovável Social (PERS).</p> <p>Data de designação: 19/04/2023</p>
<b>PL 2545/2022</b>	<p>JOSÉ NELTO – Dispõe sobre o prazo para a retirada, pelo proprietário, de equipamentos eletrônicos, eletrodomésticos ou similares, entregues aos prestadores de serviços de assistência técnica.</p> <p>Data de designação: 05/04/2023</p>
<b>PL 1889/2023</b>	<p>HELIO LOPES – Garante aos idosos e analfabetos que pelo menos 10% (dez por cento) do total de atendimentos à distância seja realizado no formato presencial, em estabelecimentos públicos e privados.</p> <p>Data de designação: 03/10/2023</p>
<b>PL 2186/2023</b>	<p>JUNINHO DO PNEU – Dispõe sobre a prorrogação dos benefícios dos programas de fidelidade para gestantes.</p> <p>Data de designação: 01/08/2023</p>
<b>PL 3872/2023</b>	<p>RICARDO AYRES – Altera a Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, para estabelecer que as bandeiras tarifárias não se aplicam às unidades consumidoras situadas nos Estados da Região Norte em que a geração anual de energia elétrica a partir da fonte hidráulica seja superior à respectiva carga; e altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para estabelecer que as cotas anuais da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) pagas pelos agentes que comercializem energia com consumidor final deverão ser proporcionais às estipuladas em 2012.</p> <p>Data de designação: 03/10/2023</p>
<b>PL 1644/2022</b>	<p>ROSANA VALLE – Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para dispor sobre o tamanho da fonte utilizada nas comunicações escritas dirigidas ao idoso.</p> <p>Data de designação: 05/04/2023</p>

Relatório anual - 2023

**PL 4435/2023** ACÁCIO FAVACHO – Altera a Lei nº 14.146, de 26 de abril de 2021, que isenta os consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública do pagamento de fatura de energia elétrica, nos termos em que especifica; e dá outras providências; altera a Lei 12.111, de 9 de dezembro de 2009, que Dispõe sobre os serviços de energia elétrica nos Sistemas Isolados; altera as Leis nos 9.991, de 24 de julho de 2000, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e 10.848, de 15 de março de 2004; e dá outras providências, para isentar temporariamente a Companhia de Eletricidade do Amapá e seus consumidores do pagamento dos custos de transporte de energia no sistema interligado nacional.  
Data de designação: 03/10/2023

**PL 5187/2020** SENADO FEDERAL – Institui crédito aos consumidores de energia elétrica do Estado do Amapá que tiveram suprimento de energia interrompido em razão do incidente ocorrido no dia 3 de novembro de 2020, na subestação de Macapá; obriga a instalação de mecanismo de segurança nos Estados produtores de energia elétrica; e institui crédito e indenização aos consumidores de energia elétrica dos Estados e do Distrito Federal que tiverem o suprimento de energia interrompido com indicadores de continuidade que caracterizem calamidade pública  
Data de designação: 26/04/2023

**PL 4306/2016** RONALDO NOGUEIRA – Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para determinar a obrigatoriedade de aposição de alerta, de acordo com padrão aprovado em regulamento, nos rótulos de produtos que possam causar sonolência ou redução da capacidade cognitiva do usuário.  
Data de designação: 24/05/2023

---

**Relator: Aureo Ribeiro**

---

**PL 4831/2019** CHICO D'ANGELO – Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para obrigar que a embalagem de alimento in natura ou fracionado seja feita de material transparente.  
Data de designação: 22/03/2023

Relatório anual - 2023

<b>PL 4066/2021</b>	CARLOS BEZERRA – Acrescenta § único ao art. 725 do código civil, isentando o adquirente do ônus da comissão de corretagem ao adquirir imóvel. Data de designação: 19/04/2023
<b>PL 9084/2017</b>	VAIDON OLIVEIRA – Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para vedar a aplicação do sistema de bandeiras tarifárias. Data de designação: 22/03/2023
<b>PL 4751/2019</b>	SEBASTIÃO OLIVEIRA – Dispõe sobre a reorganização dos serviços das empresas de serviço continuados e dá outras providências Data de designação: 22/03/2023
<b>PL 4586/2020</b>	DENIS BEZERRA – Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para tornar prática abusiva a cobrança pela perda de tíquete de estacionamento ou comandas em restaurantes, bares, hotéis ou estabelecimentos similares. Data de designação: 22/03/2023
<b>PL 2968/2021</b>	ALEXANDRE FROTA – Altera a Lei 12.587 de 3 de janeiro de 2012 para inserir o artigo 14 A e dá outras providências Data de designação: 22/03/2023
<b>PL 5252/2019</b>	EDNA HENRIQUE – Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei no 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei no 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei no 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências. Data de designação: 22/03/2023
<b>PL 323/2019</b>	EDNA HENRIQUE – Modifica a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para regulamentar a identificação de irregularidades no consumo de energia elétrica. Data de designação: 22/03/2023

Relatório anual - 2023

<b>PL 2966/2020</b>	ENÉIAS REIS – Institui normas sobre a permuta digital. Data de designação: 03/10/2023
<b>PL 518/2019</b>	LINCOLN PORTELA – Altera o art. 67 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para aumentar a pena cominada. Data de designação: 22/03/2023
<b>PL 807/2015</b>	ALICE PORTUGAL – Dispõe sobre limitações por complexo exibidor, nas proporções especificadas, para exibir produções de longa-metragem que não se caracterizem como obra cinematográfica brasileira. Data de designação: 26/04/2023
<b>PL 7931/2017</b>	MÁRCIO MARINHO – Dispõe sobre o pagamento opcional de couvert artístico em bares e restaurantes. Data de designação: 22/03/2023
<b>PL 4056/2021</b>	HELIO LOPES – Altera a Lei nº 11.795, de 8 de outubro de 2008, para vedar que administradoras de consórcios anunciem a potenciais consorciados a contemplação automática imediatamente após a assinatura de contrato de consórcio. Data de designação: 19/04/2023
<b>PL 1245/2023</b>	JUNINHO DO PNEU – Obriga os restaurantes, lanchonetes, bares e estabelecimentos congêneres a disponibilizar para os consumidores, nos atendimentos presenciais, cardápios impressos em formato físico e dá outras providências. Data de designação: 24/05/2023
<b>PL 915/2023</b>	JUNINHO DO PNEU – Dispõe sobre as obrigatoriedades de itens de segurança para os veículos elétricos. Data de designação: 24/05/2023

## Relatório anual - 2023

- PL 1507/2023** MAURICIO NEVES – Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 para prever a publicidade de produtos e serviços ilícitos em sites hospedados em servidores localizados fora do Brasil como crime contra o consumidor.  
Data de designação: 03/10/2023
- PL 4447/2012** MARCELO MATOS – Acrescenta novo § 2º ao art. 17 da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, que dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a ela pertinentes, para disciplinar a cobrança de aluguel em centros comerciais (“shopping centers”).  
Data de designação: 22/03/2023
- PL 6387/2013** SEVERINO NINHO – Dispõe sobre a apresentação de planilhas de custos de gestores de estacionamentos nos estabelecimentos que especifica.  
Data de designação: 24/05/2023
- PL 90/2020** SENADO FEDERAL – Proíbe a produção e a comercialização de qualquer produto alimentício obtido por meio de método de alimentação forçada de animais.  
Data de designação: 22/03/2023

---

**Relator: Celso Russomanno**

---

- PDL 170/2022** REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL – Aprova o texto do Acordo do MERCOSUL sobre Direito Aplicável em Matéria de Contratos Internacionais de Consumo, aprovado pela Decisão CMC nº 36/17, assinado em Brasília, em 21 de dezembro de 2017.  
Data de designação: 18/04/2023

Relatório anual - 2023

<b>PL 2524/2019</b>	<p>LUIZ PHILIPPE DE ORLEANS E BRAGANÇA – Altera a Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, para vedar que instituições financeiras controlem, direta ou indiretamente, gestores de bancos de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas.</p> <p>Data de designação: 22/03/2023</p>
<b>PL 895/2021</b>	<p>EDUARDO BISMARCK – Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para estabelecer medidas para a proteção do consumidor em situação de vulnerabilidade.</p> <p>Data de designação: 22/03/2023</p>
<b>PL 107/2020</b>	<p>OTONI DE PAULA – Dispõe sobre a emissão virtual de cartão de crédito adicional para utilização exclusiva em transações realizadas no comércio eletrônico.</p> <p>Data de designação: 22/03/2023</p>
<b>PL 494/2021</b>	<p>CARLOS CHIODINI – Acrescenta o inciso XV ao art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para vedar ao fornecedor de produtos ou serviços a adoção de ferramentas de precificação dinâmica.</p> <p>Data de designação: 22/03/2023</p>
<b>PL 1399/2021</b>	<p>CARLOS CHIODINI – Dispõe sobre a inscrição obrigatória, em plataforma eletrônica mantida pela Secretaria Nacional do Consumidor, do Ministério da Justiça, por parte de pessoas jurídicas que atuem como fornecedores de produtos e serviços.</p> <p>Data de designação: 22/03/2023</p>
<b>PL 391/2022</b>	<p>NATÁLIA BONAVIDES – Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) para proibir a prática de diferenciar preços de produtos similares com base no gênero e na orientação sexual do consumidor e da consumidora, e dá outras providências.</p> <p>Data de designação: 22/03/2023</p>

Relatório anual - 2023

<b>PL 3154/2015</b>	<p>CLEBER VERDE – Dispõe sobre vigilantes nas áreas de estacionamento de estabelecimentos comerciais.</p> <p>Data de designação: 22/03/2023</p>
<b>PL 3999/2020</b>	<p>HUGO LEAL – Dispõe sobre o despejo extrajudicial e a consignação extrajudicial de chaves, e para tanto altera a Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, que dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes, e dá outras providências.</p> <p>Data de designação: 22/03/2023</p>
<b>PL 491/2015</b>	<p>JORGE SOLLA – Acresce o art. 8º-A à Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências, estabelecendo a dispensação fracionada de medicamentos.</p> <p>Data de designação: 22/03/2023</p>
<b>PL 362/2015</b>	<p>JORGE SOLLA – Estabelece o Código Nacional de Direitos dos Usuários das Ações e dos Serviços de Saúde e dá outras providências.</p> <p>Data de designação: 22/03/2023</p>
<b>PL 11166/2018</b>	<p>HELDER SALOMÃO – Altera a Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, a fim de limitar as operações de arrendamento imobiliário ao ex-proprietário e ao ocupante de imóvel arrematado, adjudicado ou recebido em dação em pagamento por força de financiamentos habitacionais.</p> <p>Data de designação: 24/05/2023</p>
<b>PL 7733/2017</b>	<p>CARLOS HENRIQUE GAGUIM – Acrescenta novos §§ 1º e 2º ao art. 9º da Lei nº 8.245/91, que dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes, para fins de autorizar o locador a registrar o locatário inadimplente em cadastro de restrição de crédito.</p> <p>Data de designação: 22/03/2023</p>

Relatório anual - 2023

<b>PL 2314/2022</b>	<p>FLÁVIO NOGUEIRA – Obriga que os hipermercados, supermercados e atacadistas disponibilizem no interior da loja informativo listando os 10 produtos que mais tiveram aumento nos últimos 15 dias.</p> <p>Data de designação: 03/10/2023</p>
<b>PL 1318/2019</b>	<p>JOSÉ NELTO – Dispõe sobre a utilização e a validade de pontos acumulados em programas de fidelidade instituídos por fornecedores de produtos ou serviços.</p> <p>Data de designação: 22/03/2023</p>
<b>PL 466/2021</b>	<p>JOSÉ NELTO – Proíbe ao Estado o estabelecimento de preço máximo para revenda de produtos ao mercado de consumo, salvo se houver justificativa de interesse público.</p> <p>Data de designação: 22/03/2023</p>
<b>PL 3156/2021</b>	<p>JOSÉ NELTO – Dispõe sobre a prevenção e combate ao Superendividamento do Consumidor e dá outras providências.</p> <p>Data de designação: 22/03/2023</p>
<b>PL 2489/2021</b>	<p>GREYCE ELIAS – Altera o Código de Defesa do Consumidor para prever a facilitação da defesa do consumidor, inclusive com a inversão do ônus da prova, na esfera administrativa</p> <p>Data de designação: 22/03/2023</p>
<b>PL 440/2019</b>	<p>RUBENS BUENO – Acrescenta o art. 37-A à Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para exigir a presença de quantidades mínimas de matérias-primas extraídas da flora brasileira nos produtos industrializados para que os respectivos rótulos e embalagens possam mencionar a origem natural do produto.</p> <p>Data de designação: 22/03/2023</p>

Relatório anual - 2023

<b>PL 395/2021</b>	<p>CARLOS BEZERRA – Altera a Lei no 8.137, de 27 de dezembro de 1990, para estabelecer que o crime de vender, ter em depósito para vender ou expor à venda ou, de qualquer forma, entregar matéria-prima ou mercadoria, em condições impróprias ao consumo é formal e de perigo abstrato.</p> <p>Data de designação: 22/03/2023</p>
<b>PL 1267/2021</b>	<p>CARLOS BEZERRA – Acrescenta parágrafo ao art. 28 da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias.</p> <p>Data de designação: 22/03/2023</p>
<b>PL 8184/2017</b>	<p>CARLOS BEZERRA – Altera a Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, para permitir a adesão automática ao cadastro positivo.</p> <p>Data de designação: 22/03/2023</p>
<b>PL 8737/2017</b>	<p>CARLOS BEZERRA – Estabelece a obrigatoriedade de pagamento de honorários advocatícios por fornecedores reincidentes.</p> <p>Data de designação: 22/03/2023</p>
<b>PL 371/2021</b>	<p>FÁBIO TRAD – Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.</p> <p>Data de designação: 22/03/2023</p>
<b>PL 8339/2017</b>	<p>MARIANA CARVALHO – Altera a redação do art. 30 da Lei nº 11.795, de 8 de outubro de 2008, para determinar que o consorciado excluído não contemplado receba a importância paga ao fundo comum do grupo em até 30 (trinta) dias, contados da manifestação formal de sua intenção de ser excluído dele.</p> <p>Data de designação: 24/05/2023</p>
<b>PL 908/2021</b>	<p>ALINE GURGEL – Altera a Lei n.º 12.974, de 15 de maio de 2014, que “Dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo”, para disciplinar a responsabilidade nas intermediações de atividades de turismo.</p> <p>Data de designação: 22/03/2023</p>

Relatório anual - 2023

<b>PL 4043/2019</b>	<p>ALEXIS FONTEYNE – Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para facultar aos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços a forma de disponibilização de versão atualizada do Código de Defesa do Consumidor ao consumidor e dá outras providências.</p> <p>NOVA EMENTA: Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para determinar que os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços disponibilizem meio de consulta ao Código de Defesa do Consumidor e a informações exigidas em lei ou regulamento; altera o Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, para possibilitar a substituição de carta registrada com aviso de recebimento por mensagem eletrônica no caso que especifica; altera a Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, para permitir a eliminação de documentos decorrentes de relações de consumo no prazo definido; e revoga a Lei nº 12.291, de 20 de julho de 2010.</p> <p>Data de designação: 22/03/2023</p>
<b>PL 1865/2020</b>	<p>DENIS BEZERRA – Suspende o decurso dos prazos de garantia previstos na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, durante o período de restrição das atividades de atendimento ao consumidor, em decorrência da emergência de saúde pública de importância internacional causada pelo surto do Covid-19.</p> <p>Data de designação: 22/03/2023</p>
<b>PL 2982/2021</b>	<p>ALEXANDRE FROTA – Estabelece regras para as instituições financeiras para crimes de extorsão.</p> <p>Data de designação: 22/03/2023</p>
<b>PL 1462/2021</b>	<p>LEONARDO GADELHA – Dispõe sobre a obrigatoriedade de fornecimento de registro fotográfico da leitura da medição da unidade consumidora de energia elétrica.</p> <p>Data de designação: 22/03/2023</p>
<b>PL 543/2021</b>	<p>MÁRIO HERINGER – Altera da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para definir como prática abusiva a venda de produto ou serviço sem a devida informação; para determinar que os órgãos privados de defesa do consumidor permitam o registro de reclamação em meio digital;</p>

## Relatório anual - 2023

e para dar competência ao Departamento Nacional de Defesa do Consumidor para apoiar, inclusive com recursos financeiros, a modernização dos órgãos de defesa do consumidor estaduais, municipais e do Distrito Federal, e dá outras providências.

Data de designação: 22/03/2023

---

**Relator: Duarte Jr.**

---

**PDL 117/2022** LÍDICE DA MATA – Susta os efeitos da aplicação do Decreto 11.034, de 5 de abril 2022, que regulamenta a Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para estabelecer diretrizes e normas sobre o Serviço de Atendimento ao Consumidor.

Data de designação: 19/04/2023

**PL 2723/2023** ALBERTO FRAGA – Acresce o art. 41 A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para dispor sobre prática abusiva em programas de fidelidade de empresas de transporte de passageiros, e dá outras providências.

Data de designação: 01/08/2023

**PL 2050/2022** DELEGADO PABLO – Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de contadores diferenciados de preço dos combustíveis e dos tributos incidentes na operação, além da instalação de equipamento emissor de cupom fiscal nas bombas de combustíveis em estabelecimentos que efetuem venda a varejo de combustíveis.

Data de designação: 19/04/2023

**PL 2701/2019** VALTENIR PEREIRA – Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para obrigar ao fornecedor de produtos como aparelhos sonoros, fones de ouvido, caixas de som, e similares, sobre os riscos da exposição excessiva a altos volumes de som ou ruídos.

Data de designação: 05/04/2023

Relatório anual - 2023

<b>PL 727/2023</b>	<p>PAULO LITRO – Altera a Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991 (Lei do Inquilinato), a fim de regulamentar a vistoria em imóvel alugado.</p> <p>Data de designação: 01/08/2023</p>
<b>PL 4745/2023</b>	<p>GUILHERME BOULOS – Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para prever o direito do consumidor a produto ou serviço equivalente com valor correspondente ao dobro do valor pago caso o fornecedor recuse o cumprimento da oferta e ofereça ao consumidor apenas a opção de aceitar produto ou serviço equivalente ao ofertado.</p> <p>Data de designação: 17/10/2023</p>
<b>PL 1307/2022</b>	<p>EDUARDO BISMARCK – Dispõe sobre a obrigação da concessionária e permissionária do serviço público de distribuição de energia elétrica realizar a conexão das instalações da unidade consumidora ao sistema de distribuição.</p> <p>Data de designação: 19/04/2023</p>
<b>PL 2632/2023</b>	<p>FRED LINHARES – Estabelece o crédito responsável e assegura a garantia do mínimo existencial para os endividados.</p> <p>Data de designação: 01/08/2023</p>
<b>PL 4782/2023</b>	<p>DEFENSOR STÉLIO DENER – Acrescenta art. 10-A à Lei nº 12.974, de 15 de maio de 2014, que dispõe sobre as atividades das agências de turismo, com o objetivo de assegurar ao adquirente de bilhete de passagem aérea e de demais serviços e atividades de viagem ou de turismo a emissão do respectivo comprovante no prazo máximo de vinte e quatro horas, a contar da confirmação do pagamento.</p> <p>Data de designação: 17/10/2023</p>
<b>PL 2919/2022</b>	<p>MÁRCIO MARINHO – Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências para considerar como prática abusiva o não fornecimento de nota fiscal, ordem de serviço, contrato ou documentos equivalentes ou suas respectivas segundas vias, relativo a venda de mercadoria ou prestação de serviço, efetivamente realizada, ou fornecê-los em desacordo com a legislação</p> <p>Data de designação: 05/04/2023</p>

## Relatório anual - 2023

**PL 2879/2023** BIBO NUNES – Altera a Lei n.º 10.962, de 11 de outubro de 2004, para disciplinar a informação ao consumidor sobre diferenciação de preços em função da quantidade de itens idênticos adquiridos em estabelecimentos comerciais.  
Data de designação: 01/08/2023

---

**Relator: Eduardo da Fonte**

---

**PL 918/2022** AJ ALBUQUERQUE – Cria o Parágrafo Único do Artigo 19 da Lei 14.300, de 6 de janeiro de 2022, excluindo a incidência de acréscimos por meio de bandeira tarifária do consumo de energia elétrica ativa a ser faturada para consumidor-gerador de energia por microgeração e minigeração distribuída através de matriz eólica ou solar, quando da apuração a que se refere o artigo 12 da presente Lei.  
Data de designação: 19/04/2023

**PL 727/2023** PAULO LITRO – Altera a Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991 (Lei do Inquilinato), a fim de regulamentar a vistoria em imóvel alugado.  
Data de designação: 26/04/2023

**PDL 383/2022** RODRIGO DE CASTRO – Sustar o § 3º do art. 2º do Decreto nº 10.798, de 17 de setembro de 2021, que regulamentou o disposto no art. 23 da Lei 14.182, de 2021, e estabeleceu que: “A apuração dos benefícios tarifários deverá considerar a redução dos custos totais para os consumidores em relação a não prorrogação dos contratos”.  
Data de designação: 16/08/2023

**PL 1648/2022** BETO ROSADO – Altera a Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022, para estabelecer que o parecer de acesso de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica à rede de distribuição deverá ser emitido pela distribuidora acessada ou por empresa ou profissional habilitados, conforme escolha do consumidor.  
Data de designação: 19/04/2023

**PL 2966/2020** ENÉIAS REIS – Institui normas sobre a permuta digital.  
Data de designação: 19/04/2023

---

**Relator: Ely Santos**

---

**PL 3641/2021** ALEXANDRE FROTA – Estabelece medidas de proteção a crianças e adolescentes para a aquisição de livros e artigos literários.  
Data de designação: 01/08/2023

**PL 415/2015** RUBENS BUENO – Acresce parágrafos ao art. 43 da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias para dispor sobre a mora do incorporador na entrega de unidade imobiliária autônoma ao proprietário, promitente comprador, cessionário ou promitente cessionário dos direitos aquisitivos sobre o aludido imóvel.  
Data de designação: 01/08/2023

**PL 128/2022** MAURÍCIO DZIEDRICKI – Altera a Lei nº 12.468, de 26 de agosto de 2011, para dispensar o uso de taxímetro se o preço do serviço puder ser definido por meio de aplicativos ou outras plataformas digitais.  
Data de designação: 01/08/2023

**PL 2044/2022** HERCULANO PASSOS – Dispõe sobre autorização ao Transportador-Revendedor-Retalhista (TRR) para realizar as atividades de mistura obrigatória de biocombustíveis e de controle de qualidade de combustíveis.  
Data de designação: 01/08/2023

---

**Relator: Fábio Teruel**

---

**PL 5479/2023** ROMERO RODRIGUES – Torna obrigatória aos estabelecimentos que comercializem veículos ciclomotores a comunicação ao consumidor sobre a necessidade de registro, licenciamento e autorização para a sua condução, bem como sobre as exigências legais e regulamentares para a sua circulação em vias públicas.  
Data de designação: 12/12/2023

**PL 5518/2023** ALBERTO FRAGA – Altera a Lei nº 5.956, de 3 de dezembro de 1973, para incluir obrigatoriedade de informação de origem em produtos têxteis e permitir a substituição de etiquetas informativas por código do tipo “QR” ou equivalente de domínio público que converta dados em texto, e dá outras providências.  
Data de designação: 12/12/2023

---

**Relator: Felipe Carreras**

---

**PL 5534/2023** PEDRO AIHARA – Institui lei para obrigar as produtoras de eventos a fornecerem água de forma gratuita aos consumidores, bem como para permitir que estes entrem com garrafas de água, de material plástico transparente, em shows e outros espetáculos públicos.  
Data de designação: 12/12/2023

**PL 28/2019** WELITON PRADO – Insere dispositivo na Lei nº 11.445, de 2007, para dispor sobre desconto sobre a tarifa de água, em caso de interrupção de abastecimento.  
Data de designação: 22/03/2023

**PL 151/2019** JOSÉ NELTO – Cria a modalidade do consumo de energia elétrica pré-paga.  
Data de designação: 22/03/2023

Relatório anual - 2023

<b>PL 100/2022</b>	<p>FLÁVIO NOGUEIRA – Obriga toda publicidade que promova a venda de veículos automotivos a incorporar texto visível ou gravação sonora que indique a necessidade de se obedecer aos limites de velocidade vigentes no País.</p> <p>Data de designação: 11/04/2023</p>
<b>PL 10585/2018</b>	<p>AUREO RIBEIRO – Dispõe sobre a cobrança de taxa de conveniência por empresas na venda de ingressos pela internet.</p> <p>Data de designação: 22/03/2023</p>
<b>PL 2876/2019</b>	<p>NELSON BARBUDO – Dispõe sobre a utilização da palavra “carne” e seus sinônimos nas embalagens, rótulos e publicidade de alimentos.</p> <p>Data de designação: 22/03/2023</p>
<b>PL 67/2022</b>	<p>LEDA SADALA – Acrescenta o inciso V I a o art. 206, §1º da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil.</p> <p>Data de designação: 22/03/2023</p>
<b>PL 7851/2017</b>	<p>ANDRÉ FIGUEIREDO – Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, dispendo sobre contratação e cobrança de Serviços de Valor Adicionado.</p> <p>Data de designação: 22/03/2023</p>
<b>PL 78/2020</b>	<p>PATRICIA FERRAZ – Altera dispositivo da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, para regular a gratuidade de bagagem a menores.</p> <p>Data de designação: 22/03/2023</p>
<b>PL 1517/2021</b>	<p>BIRA DO PINDARÉ – Altera a Lei nº 9.472, de 1997, para instituir o direito à portabilidade de contratos aos usuários de telecomunicações</p> <p>Data de designação: 22/03/2023</p>

Relatório anual - 2023

<b>PL 1691/2019</b>	<p>JÉSSICA SALES – Dá nova redação ao artigo 23 da lei 10.741, de 01 de outubro de 2003, incluindo o parágrafo único ao referido artigo, para prever a necessidade das salas de cinema, cineclubes, teatros, espetáculos musicais, circenses, e eventos educativos, esportivos, de lazer e de entretenimento, em destinarem, pelo menos, 3% (três por cento) da sua carga de ingressos para o acesso gratuito do idoso com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários mínimos.</p> <p>Data de designação: 22/03/2023</p>
<b>PL 5541/2023</b>	<p>JOÃO DANIEL – Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas promotoras de shows artísticos e eventos culturais a permitirem entrada de água para consumo individual, o fornecimento água própria para o consumo gratuitamente em épocas de extremo-calor e assistência médica necessária.</p> <p>Data de designação: 12/12/2023</p>
<b>PL 3807/2019</b>	<p>SENADO FEDERAL – Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para assegurar a venda remota de ingressos para a pessoa com deficiência e seu acompanhante.</p> <p>Data de designação: 22/03/2023</p>
<b>PL 1542/2020</b>	<p>SENADO FEDERAL – Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, para vedar reajustes de preços de medicamentos e de contraprestações pecuniárias de planos privados de assistência à saúde pelos prazos que especifica.</p> <p>Data de designação: 22/03/2023</p>

---

**Relator: Felipe Francischini**

---

<b>PL 1669/2020</b>	<p>LUIS TIBÉ – Altera o Decreto-lei nº 73, de 1966, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, para proibir a exoneração da responsabilidade das Seguradoras em caso de epidemia.</p> <p>Data de designação: 24/05/2023</p>
---------------------	---

Relatório anual - 2023

<b>PL 822/2023</b>	<p>JOSÉ MEDEIROS – Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para determinar que os grãos e sementes oferecidos ao consumidor contenham informação sobre a data de sua colheita.</p> <p>Data de designação: 26/04/2023</p>
<b>PL 283/2022</b>	<p>CAPITÃO ALBERTO NETO – Altera o inciso VII do caput do art. 51 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para enunciar que, nos termos que especifica, são nulas de pleno direito as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que determinem a utilização compulsória da mediação ou outra forma de autocomposição de conflitos.</p> <p>Data de designação: 26/04/2023</p>
<b>PL 4807/2023</b>	<p>KIM KATAGUIRI – Dispõe sobre a publicidade e propaganda realizada por profissionais liberais.</p> <p>Data de designação: 17/10/2023</p>
<b>PL 1157/2020</b>	<p>DANILO CABRAL – Estabelece a suspensão da cobrança de dívidas financeiras, assim como a incidência de juros, multas e demais taxas, por parte de instituições financeiras de qualquer natureza, sobre pessoa física, durante a vigência de estado de calamidade pública.</p> <p>Data de designação: 03/10/2023</p>
<b>PL 1264/2021</b>	<p>CARLOS BEZERRA – Acrescenta o inciso XVII ao art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para incluir no rol de práticas consideradas abusivas a restrição da responsabilidade de instituição financeira pelos danos decorrentes de roubo, furto ou extravio de bem entregue em garantia no âmbito de contrato de penhor civil.</p> <p>Data de designação: 03/10/2023</p>

Relatório anual - 2023

**PL 10909/2018** CLEBER VERDE – Acrescentar o parágrafo único ao Art. 17, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.  
Data de designação: 24/05/2023

---

**Relator: Flávio Nogueira**

---

**PLP 78/2022** NEY LEPREVOST – Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, com objetivo de garantir que as reduções de ICMS cheguem ao preço final aos consumidores.  
Data de designação: 26/04/2023

**PL 4544/2020** PAULA BELMONTE – Veda a inscrição de nome de consumidor de serviço público em cadastro de restrição ao crédito.  
Data de designação: 19/04/2023

**PL 1108/2020** FELIPE CARRERAS – Dispõe sobre o funcionamento da rede privada de educação durante períodos de calamidade pública e dá outras providências.  
Data de designação: 24/05/2023

**PL 5128/2013** DIMAS FABIANO – Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, determinando que as ligações telefônicas locais e interurbanas sejam cobradas por chamada.  
Data de designação: 19/04/2023

**PL 345/2022** OTONI DE PAULA – Obriga a manutenção, reinscrição ou disponibilização das informações originalmente inscritas pelos fabricantes de pneus que tenham servido de carcaça para a produção de pneus remoldados.  
Data de designação: 12/12/2023

Relatório anual - 2023

**PL 2891/2021** BIBO NUNES – Dispõe sobre a certificação do grau de facilidade de higienização de equipamentos e eletrodomésticos destinados ao preparo de alimentos.  
Data de designação: 11/04/2023

---

**Relator: Gilson Daniel**

---

**PL 600/2021** BOSCO SARAIVA – Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, para proibir o uso de grampos galvanizados nas embalagens de produtos alimentícios.  
Data de designação: 24/05/2023

**PL 3592/2020** WOLNEY QUEIROZ – Altera a Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, para estabelecer a obrigatoriedade de os postos revendedores de combustíveis automotivos informarem as especificações técnicas da gasolina comercializada e dá outras providências  
Data de designação: 03/10/2023

**PL 4068/2021** CARLOS BEZERRA – Proíbe a utilização de papel reciclado na fabricação de embalagem de produtos alimentícios.  
Data de designação: 05/04/2023

**PLP 171/2020** RUBENS BUENO – Dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação aos beneficiários de informações constantes das apólices de seguro de vida, de acidentes pessoais e das operações de capitalização, cria um registro central para controle de tais informações, e dá outras providências.  
Data de designação: 19/04/2023

**PL 3172/2019** CARLOS HENRIQUE GAGUIM – Dispõe sobre a adiamento do vencimento das faturas cobradas por fornecedores de serviços continuados.  
Data de designação: 26/04/2023

Relatório anual - 2023

<b>PL 641/2022</b>	IGOR TIMO – Obriga os postos revendedores de combustíveis automotivos a divulgarem informações sobre quantidade e preço de seus estoques, assim como a reajustarem seus preços de modo proporcional à variação dos valores repassados pelas refinarias. Data de designação: 03/10/2023
<b>PL 1360/2022</b>	DANIELA DO WAGUINHO – Dispõe sobre o custo de disponibilidade do sistema elétrico a ser pago pelas unidades consumidoras. Data de designação: 19/04/2023
<b>PL 2537/2019</b>	JUNINHO DO PNEU – Obriga o aviso sobre o reconhecimento facial em estabelecimentos comerciais. Data de designação: 03/10/2023
<b>PL 2843/2023</b>	RICARDO AYRES – Dispõe sobre o limite do valor anual despendido para apostas esportivas. Data de designação: 16/08/2023
<b>PL 4179/2023</b>	LUCIANO VIEIRA – Dispõe sobre a confirmação facial no comércio de bens e serviços pela internet. Data de designação: 03/10/2023
<b>PL 2984/2023</b>	JONES MOURA – Dispõe sobre a obrigação das empresas distribuidoras de energia elétrica ofertarem planos de consumo controlado aos clientes domiciliares. Data de designação: 16/08/2023

---

**Relator: Gilson Marques**

---

<b>PL 5159/2016</b>	LINCOLN PORTELA – Acrescenta parágrafo único ao art. 70 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para obrigar os estabelecimentos sujeitos à vigilância sanitária a afixarem, em local visível ao público, o número telefônico da autoridade sanitária. Data de designação: 22/03/2023
---------------------	--

Relatório anual - 2023

<b>PL 1554/2022</b>	PAULO EDUARDO MARTINS – Altera a Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993, para incluir os consumidores-geradores (prossumidores), regulados pela Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022, nos Conselhos de Consumidores de Energia Elétrica. Data de designação: 19/04/2023
<b>PL 4365/2019</b>	EDNA HENRIQUE – Obriga o fornecedor que oferte serviço de entrega de refeições em domicílio a informar aos consumidores os respectivos preços cobrados nos estabelecimentos físicos. Data de designação: 22/03/2023
<b>PL 477/2022</b>	PAULO RAMOS – Assegura ao consumidor de energia incluído no Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE) as mesmas condições de seu acesso original em caso de novas unidades participantes. Data de designação: 22/03/2023
<b>PL 708/2020</b>	TALÍRIA PETRONE – Altera o artigo 52 do Código de Defesa do Consumidor. Data de designação: 22/03/2023
<b>PL 5361/2020</b>	JUNINHO DO PNEU – Dispõe sobre a distância mínima, nas salas de projeção cinematográfica, entre a tela de projeção e a primeira fileira de poltronas. Data de designação: 24/05/2023
<b>PL 3280/2019</b>	CÉLIO STUDART – Dispõe sobre a obrigatoriedade de informar, por parte dos estabelecimentos comerciais do gênero alimentício, o valor das refeições à venda por quilo de forma legível Data de designação: 05/04/2023
<b>PL 3500/2019</b>	ALTINEU CÔRTEZ – Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para vedar a cobrança de juros e demais encargos em dívidas inscritas em Sistemas de Proteção ao Crédito. Data de designação: 22/03/2023

Relatório anual - 2023

**PL 1166/2020** SENADO FEDERAL – Estabelece teto para todas as modalidades de crédito ofertadas por meio de cartões de crédito e cheque especial; veda a cobrança de juros e multas por atraso no pagamento das prestações de operações de crédito e de compras de produtos e serviços, para todas as dívidas contraídas durante a vigência do estado de calamidade pública; e dá outras providências.  
Data de designação: 12/12/2023

---

**Relatora: Gisela Simona**

---

**PL 2246/2021** LÉO MORAES – Altera o art. 52 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para estabelecer equiparação nas taxas de juros dos empréstimos e financiamentos para clientes com a mesma categoria de crédito.  
Data de designação: 03/10/2023

**PL 2246/2021** LÉO MORAES – Altera o art. 52 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para estabelecer equiparação nas taxas de juros dos empréstimos e financiamentos para clientes com a mesma categoria de crédito.  
Data de designação: 05/12/2023

**PL 6280/2019** FLAVIANO MELO – Acrescenta parágrafos ao art. 53, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor), para assegurar o direito à compensação ao devedor que efetuar o pagamento de prestações na ordem inversa dos seus vencimentos.  
Data de designação: 03/10/2023

**PL 6280/2019** FLAVIANO MELO – Acrescenta parágrafos ao art. 53, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor), para assegurar o direito à compensação ao devedor que efetuar o pagamento de prestações na ordem inversa dos seus vencimentos.  
Data de designação: 05/12/2023

Relatório anual - 2023

<b>PL 3069/2023</b>	<p>LUCIANO DUCCI – Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre a divulgação de informações sobre a presença da substância bisfenol-A nos produtos destinados ao consumo.</p> <p>Data de designação: 16/08/2023</p>
<b>PL 3147/2023</b>	<p>AMOM MANDEL – Acrescenta o art. 37-A à Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para exigir a presença de quantidades mínimas de matérias-primas extraídas da flora brasileira nos produtos industrializados para que os respectivos rótulos e embalagens possam mencionar a origem natural do produto.</p> <p>Data de designação: 16/08/2023</p>
<b>PL 3147/2023</b>	<p>AMOM MANDEL – Acrescenta o art. 37-A à Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para exigir a presença de quantidades mínimas de matérias-primas extraídas da flora brasileira nos produtos industrializados para que os respectivos rótulos e embalagens possam mencionar a origem natural do produto.</p> <p>Data de designação: 05/12/2023</p>
<b>PL 4756/2023</b>	<p>FAUSTO SANTOS JR. – Proíbe a cobrança da fatura de energia elétrica através de protesto em cartório antes de decorridos 90 (noventa) dias de atraso do pagamento.</p> <p>Data de designação: 12/12/2023</p>
<b>PL 3831/2023</b>	<p>LUCAS REDECKER – Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para determinar que as cláusulas relativas à contratação de produtos ou serviços diversos dos principais deverão ser redigidas com destaque e em fonte, cor e tamanho diversos daqueles usados para o produto ou serviço principal, permitindo a imediata e fácil compreensão do consumidor a respeito da contratação adicional e de suas condições.</p> <p>Data de designação: 03/10/2023</p>

Relatório anual - 2023

**PL 4463/2023** MÁRCIO CORREA – Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para dispor acerca da obrigação das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica de providenciar o reparo de equipamentos que sofrerem danos elétricos em razão de falhas no fornecimento em baixa tensão.

Data de designação: 03/10/2023

**PL 4463/2023** MÁRCIO CORREA – Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para dispor acerca da obrigação das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica de providenciar o reparo de equipamentos que sofrerem danos elétricos em razão de falhas no fornecimento em baixa tensão.

Data de designação: 05/12/2023

**PL 3115/2023** PEDRO AIHARA – Criminaliza o Cambismo Digital e Protege a Economia Popular em Eventos Esportivos, de Diversão e Lazer.

Data de designação: 16/08/2023

**PL 3115/2023** PEDRO AIHARA – Criminaliza o Cambismo Digital e Protege a Economia Popular em Eventos Esportivos, de Diversão e Lazer.

Data de designação: 05/12/2023

---

**Relator: Igor Timo**

---

**PL 6263/2019** FELIPE CARRERAS – Altera a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências, para disciplinar a rotulagem de produtos orgânicos e integrais.

Data de designação: 11/04/2023

**PL 1737/2022** FELIPE CARRERAS – Assegura aos candidatos aprovados em concursos públicos, o direito à realização de exames laboratoriais e complementares previstos no edital do certame, através do plano de saúde ou de seguro-saúde do qual é usuário, sem a necessidade de apresentação prévia de requisição médica, nos termos que indica.

Data de designação: 05/04/2023

Relatório anual - 2023

- PL 47/2019** FRED COSTA – Dispõe sobre o monitoramento dos serviços comerciais de banho e tosa de animais domésticos e de pequeno e grande porte.  
Data de designação: 05/04/2023
- PL 4191/2020** OSSESIO SILVA – Dispõe a obrigação da exposição do preço de custo de produtos essenciais ao consumidor, e dá outras providências.  
Data de designação: 26/04/2023
- PL 436/2021** BOCA ABERTA – Dispõe sobre a obrigatoriedade de gôndolas específica para a exposição à venda de matérias perfuro cortantes para fins em autosserviços, mercearias, supermercados, hipermercados e estabelecimento similares.  
Data de designação: 05/04/2023
- PL 2035/2022** CELSO RUSSOMANNO – Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para obrigar as operadoras de planos privados de assistência à saúde e as administradoras de benefícios a discriminarem nos boletos de cobrança de contraprestação dos beneficiários a contabilização detalhada das despesas das operadoras.  
Data de designação: 05/04/2023

---

**Relator: Ivan Valente**

---

- PL 5272/2023** HELDER SALOMÃO – Veda a utilização de moeda física em negócios jurídicos que especifica.  
Data de designação: 12/12/2023
- PL 5616/2020** WOLNEY QUEIROZ – Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969 e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) para dispor sobre regras para rotulagem de alimentos  
Data de designação: 23/05/2023

Relatório anual - 2023

**PL 6456/2019** EDNA HENRIQUE – Acrescenta o art. 5º-A à Lei nº 12.007, de 29 de julho de 2009, para obrigar o empresário administrador de imóveis a dar mensalmente quitação de débito adimplido a locadores, locatários e condôminos.

Data de designação: 24/05/2023

**PL 7805/2017** RÔMULO GOUVEIA – Veda a cobrança antecipada de diárias ou serviços em hotéis e estabelecimentos congêneres.

Data de designação: 02/05/2023

---

**Relator: Jorge Braz**

---

**PL 6448/2013** SENADO FEDERAL – Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para definir medicamento de uso contínuo e determinar que os seus fabricantes incluam, na embalagem do produto, advertência acerca do encerramento de sua produção.

Data de designação: 11/04/2023

**PL 1550/2019** SENADO FEDERAL – Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para estabelecer a obrigatoriedade da disponibilização de cardápio em Braille por bares, lanchonetes e restaurantes.

Data de designação: 22/03/2023

**PL 4082/2021** FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR – Dispõe sobre a faculdade do consumidor que adquire um veículo com garantia de realizar as manutenções obrigatórias fora da concessionária autorizada.

Data de designação: 19/04/2023

**PDL 659/2019** JOSÉ GUIMARÃES – Susta os efeitos do Decreto nº 10.051, de 09 de outubro de 2019, que retira e interfere ilegalmente na participação do cidadão nas decisões do Estado.

Data de designação: 22/03/2023

Relatório anual - 2023

<b>PL 5230/2016</b>	<p>FLÁVIA MORAIS – Altera a Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, que define normas de regulação para o setor farmacêutico, cria a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos – CMED e altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências, para incluir em suas disposições as fórmulas infantis para lactentes destinadas a necessidades dietoterápicas específicas e as fórmulas infantis de seguimento para lactentes e crianças de primeira infância destinadas a necessidades dietoterápicas específicas.</p> <p>Data de designação: 26/04/2023</p>
<b>PLP 9/2022</b>	<p>AUREO RIBEIRO – Dispõe sobre a emissão da moeda nacional no formato digital e dá outras providências.</p> <p>Data de designação: 31/10/2023</p>
<b>PL 10695/2018</b>	<p>PADRE JOÃO – Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, para acrescentar normas gerais sobre rotulagem de alimentos.</p> <p>Data de designação: 24/05/2023</p>
<b>PL 1215/2021</b>	<p>DANRLEI DE DEUS HINTERHOLZ – Altera a Lei nº 9.656, de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para dispor sobre prazos para tratamento de neoplasias malignas.</p> <p>Data de designação: 05/04/2023</p>
<b>PL 1047/2023</b>	<p>JONAS DONIZETTE – Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que “dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências”, para incluir dispositivo prevendo que, em se tratando de fornecimento de equipamentos elétricos e eletrônicos, o fornecedor fica obrigado a incluir carregador, fonte de alimentação, cabos e quaisquer outros componentes indispensáveis ao regular funcionamento do dispositivo.</p> <p>Data de designação: 24/05/2023</p>

Relatório anual - 2023

<b>PL 1409/2023</b>	<p>AFONSO MOTTA – Altera o art. 54-A, §2º, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para ampliar o conceito de pessoa superendividada.</p> <p>Data de designação: 24/05/2023</p>
<b>PL 1248/2020</b>	<p>MARX BELTRÃO – Acrescenta o art. 21-A à Lei nº 8.245, de 18 de outubro, de 1991, para, nas locações não residenciais, isentar de pagamento o locatário de imóvel quando interditas as atividades empresariais por ato do poder público destinado ao enfrentamento de situações emergenciais.</p> <p>Data de designação: 24/05/2023</p>
<b>PL 1667/2019</b>	<p>LAFAYETTE DE ANDRADA – Acrescenta dispositivo à Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, para obrigar as prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado a fornecerem ao cliente a opção de contratação dos canais de programação de forma avulsa, de forma a constituir seu pacote individualizado, com a devida modicidade de preços.</p> <p>Data de designação: 19/04/2023</p>
<b>PL 4346/2023</b>	<p>ABILIO BRUNINI – Dispõe sobre a obrigatoriedade das companhias aéreas que atuam no Brasil cancelarem e/ou remarcarem, a pedido e sem ônus, passagens aéreas de passageiros cujos parentes em linha reta, colateral e por afinidade, até o 3º grau, tenham falecido sete dias antes ou após a data para a qual a viagem estava agendada. O cancelamento sem ônus e a remarcação se darão mediante comprovação do óbito por cópia da certidão de óbito e documento comprobatório do grau de parentesco a ser exigido pela companhia aérea. A data da remarcação será permitida em um intervalo máximo de 30 dias a partir do cancelamento.</p> <p>Data de designação: 03/10/2023</p>
<b>PL 4600/2023</b>	<p>NICOLETTI – Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para ampliar o direito do consumidor ao acesso a suas informações pessoais detidas por quaisquer fornecedores de produtos ou serviços.</p> <p>Data de designação: 03/10/2023</p>

Relatório anual - 2023

<b>PL 1621/2022</b>	BETO PEREIRA – Determina a padronização da configuração da conexão dos veículos elétricos às estações de recarga no Brasil. Data de designação: 03/04/2023
<b>PL 1113/2023</b>	RICARDO AYRES – Altera a Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022, com a finalidade de estender o prazo em que pode ser protocolada solicitação de acesso para microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica nas mesmas condições aplicadas as instalações já existentes na data de publicação daquela Lei, bem como promover ajustes referentes ao aproveitamento dos créditos de energia e ao ressarcimento de custos de transporte. Data de designação: 10/05/2023
<b>PL 915/2023</b>	JUNINHO DO PNEU – Dispõe sobre as obrigatoriedades de itens de segurança para os veículos elétricos. Data de designação: 31/10/2023
<b>PL 4096/2019</b>	JUNINHO DO PNEU – Obriga as empresas comunicarem sobre o fim das promoções vigentes nos contratos. Data de designação: 22/03/2023
<b>PL 2830/2022</b>	TITO – Altera a Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022, para permitir que créditos de energia elétrica provenientes de microgeração e minigeração distribuída sejam comercializados com a distribuidora local e, no caso de autoconsumo remoto, realocados entre unidades consumidoras de mesmo titular. Data de designação: 03/10/2023
<b>PL 3193/2021</b>	HILDO ROCHA – Dispõe sobre a adequação das tensões em regime permanente nos pontos de conexão à rede de distribuição de energia elétrica das unidades consumidoras atendidas em tensão igual ou inferior a 69 quilovolts. Data de designação: 26/04/2023
<b>PLP 234/2023</b>	ARLINDO CHINAGLIA – Institui a Lei Geral de Empoderamento de Dados, dispõe sobre o Ecossistema Brasileiro de Monetização de Dados, altera a Lei Complementar nº 111, de 6 de julho de 2001, e as Leis nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, nº 10.833, de 29

Relatório anual - 2023

de dezembro de 200, nº 12.965, de 23 de abril de 2014, e nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e dá outras providências.

Data de designação: 12/12/2023

**PL 1047/2021**

CELSO RUSSOMANNO – Acrescenta o art. 10-A à Lei nº 11.795, de 8 de outubro de 2008, que dispõe sobre o Sistema de Consórcio, para obrigar as administradoras de grupos de consórcios a, no contrato de participação em grupo de consórcios, informar os consumidores acerca das diferentes destinações dos valores das prestações por eles devidas.

Data de designação: 22/03/2023

**PL 400/2020**

EDNA HENRIQUE – Dispõe sobre a obrigatoriedade do cancelamento da multa de fidelidade inserida no contrato firmado com consumidor dos serviços de telefonia fixa e móvel, quando esse perder o vínculo empregatício após a adesão ao respectivo contrato.

Data de designação: 03/04/2023

**PL 1170/2022**

GUIGA PEIXOTO – Revoga a Lei nº 12.291, de 20 de julho de 2010, que “Torna obrigatória a manutenção de exemplar do Código de Defesa do Consumidor nos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços”.

Data de designação: 03/04/2023

**PL 3972/2021**

ALEXANDRE FROTA – Estabelece o tabelamento de preços dos medicamentos quimioterápicos, em estabelecimentos privados habilitados em oncologia devendo obedecer ao limite do teto aplicado na Tabela da CMED, nos moldes estabelecidos para o consumidor final.

Data de designação: 11/04/2023

**PL 2044/2022**

HERCULANO PASSOS – Dispõe sobre autorização ao Transportador-Revendedor-Retalhista (TRR) para realizar as atividades de mistura obrigatória de biocombustíveis e de controle de qualidade de combustíveis.

Data de designação: 03/10/2023

Relatório anual - 2023

**PL 203/2022** FRANCISCO JR. – Dispõe sobre a obrigação das concessionárias prestadoras de serviço de fornecimento de energia elétrica dos Estados e do Distrito Federal de ofertarem aos consumidores, por meio da internet, dados referentes ao consumo de energia elétrica e dá outras providências.

Data de designação: 22/03/2023

**PL 5647/2020** JÉSSICA SALES – Dispõe sobre o acréscimo do artigo 7º-B, caput e parágrafo único, à lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para dispor sobre a impossibilidade de suspensão do fornecimento de serviços públicos essenciais por débitos constituídos, decorrentes de irregularidades em medidor, apuradas de maneira unilateral pela concessionária, e dá outras providências.

Data de designação: 24/05/2023

**PL 4280/2021** GUSTAVO FRUET – Altera a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, para dispor sobre a prestação de informações aos usuários com relação à interrupção de serviços públicos.

Data de designação: 11/04/2023

**PDL 306/2022** GUSTAVO FRUET – Susta os efeitos do Decreto nº 11.150, de 26 de julho de 2022, que regulamenta a preservação e o não comprometimento do mínimo existencial para fins de prevenção, tratamento e conciliação de situações de superendividamento em dívidas de consumo, nos termos do disposto na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor.

Data de designação: 03/04/2023

---

**Relator: José Nelto**

---

**PL 4919/2023** ROMERO RODRIGUES – Acrescenta art. 49-A, à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor), com o objetivo de vedar a realização de cobrança automática após o período de teste ou de experimentação de produto ou serviço.

Data de designação: 31/10/2023

Relatório anual - 2023

**PL 4873/2023** ROMERO RODRIGUES – Altera Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para regular o direito de desistência imotivada na entrega domiciliar de produtos perecíveis ou de consumo imediato.  
Data de designação: 31/10/2023

---

**Relator: Lincoln Portela**

---

**PL 4071/2021** MARIANA CARVALHO – Assegura ao consumidor a realização de saques, pagamentos e transferências em qualquer agência da instituição financeira de que seja correntista, nos mesmos limites individuais autorizados junto à agência de cadastro ou de relacionamento para as referidas operações.  
Data de designação: 05/04/2023

**PL 3315/2023** LUIZ CARLOS MOTTA – Acrescenta-se o §6º, ao disposto no art. 55, da Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), tornando obrigatória a verticalização dos produtos do mesmo tipo e marca, expostos para a venda, nas prateleiras de supermercados, hipermercados e atacadistas.  
Data de designação: 31/10/2023

**PL 987/2022** PASTOR EURICO – Permite o enchimento fracionado de botijões de gás de cozinha no Brasil, quebra o oligopólio e a cartelização do setor e estabelece o livre mercado, que favorecerá a redução dos preços do gás de cozinha, favorecendo o povo brasileiro.  
Data de designação: 19/04/2023

**PL 4588/2023** DEFENSOR STÉLIO DENER – Dispõe sobre a concessão de desconto nas tarifas de energia elétrica aplicáveis às unidades consumidoras situadas em Unidades da Federação em que o suprimento realizado por intermédio de importação de energia

elétrica produzida integralmente em território estrangeiro represente mais de 15% (quinze por cento) da carga média local.

Data de designação: 03/10/2023

---

**Relator: Lindbergh Farias**

---

**PL 5559/2020** NICOLETTI – Dispõe sobre o agendamento online para marcação de atendimento pessoal nas agências bancárias em todo o país.  
Data de designação: 03/10/2023

**PL 4362/2023** DR. VICTOR LINHALIS – Obriga fabricantes de smartphones e tablets a advertir os consumidores sobre os riscos do seu uso por crianças.  
Data de designação: 03/10/2023

---

**Relator: Márcio Marinho**

---

**PL 192/2020** BIBO NUNES – Acrescenta parágrafo ao art. 51 da Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990, para permitir ao julgador declarar, de ofício, a nulidade das cláusulas abusivas  
Data de designação: 22/03/2023

**PL 5160/2020** ORLANDO SILVA – Inclui no Capítulo IV, Da Qualidade de Produtos e Serviços, da Prevenção e da Reparação dos Danos, da Lei 8.078/90, Código de Defesa do Consumidor, a Seção VI, da Responsabilidade Civil do Fornecedor de Produtos e Serviços por Práticas Racistas e Equiparadas.  
Data de designação: 26/04/2023

**PL 8591/2017** JORGE CÔRTE REAL – Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para determinar que as pessoas jurídicas de direito privado que operam planos de assistência à saúde autorizem procedimentos ou serviços, ainda que não previstos no rol de procedimentos e eventos em saúde, se houver solicitação justificada, por relatório circunstanciado, do profissional de saúde assistente.  
Data de designação: 10/05/2023

Relatório anual - 2023

<b>PL 10022/2018</b>	<p>SENADO FEDERAL – Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para tornar obrigatória a aposição de tarja informativa sobre o uso de retoque digital na silhueta das pessoas em fotografias para fins de publicidade.</p> <p>Data de designação: 24/05/2023</p>
<b>PL 3873/2023</b>	<p>JOSÉ MEDEIROS – Dispõe sobre medidas de incentivo ao mercado imobiliário, altera a Lei nº 10.169, de 29 de dezembro de 2000, e a Lei nº 10.416, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).</p> <p>Data de designação: 03/10/2023</p>
<b>PL 1008/2020</b>	<p>TÚLIO GADÊLHA – Dispõe sobre o controle do Estado no combate à manipulação e ao abuso de preços em casos de decretação de Pandemia ou Estado de Calamidade Pública.</p> <p>Data de designação: 22/03/2023</p>
<b>PL 2321/2021</b>	<p>FELIPE CARRERAS – Altera a Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990, para estabelecer a responsabilidade solidária proporcional.</p> <p>Data de designação: 22/03/2023</p>
<b>PL 2942/2022</b>	<p>GILBERTO ABRAMO – Dispõe sobre a venda de ingressos pela internet para quaisquer eventos abertos ao público em geral.</p> <p>Data de designação: 05/04/2023</p>
<b>PL 2595/2023</b>	<p>JONAS DONIZETTE – Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre planos privados de assistência à saúde, para tratar da cobertura obrigatória da implantação de marca-passo, quando realizada fora da rede própria, credenciada, contratada ou referenciada da operadora.</p> <p>Data de designação: 01/08/2023</p>

Relatório anual - 2023

<b>PL 9304/2017</b>	<p>VINICIUS CARVALHO – Altera a Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990, para tornar obrigatória a comunicação sobre a periculosidade de produtos introduzidos no mercado nacional que foram objeto de chamamento (recall) no exterior e para tipificar como crime a ausência dessa comunicação.</p> <p>Data de designação: 22/03/2023</p>
<b>PL 3281/2019</b>	<p>VINICIUS CARVALHO – Altera o parágrafo único do art. 57 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para atualizar o valor da pena de multa.</p> <p>Data de designação: 22/03/2023</p>
<b>PL 415/2015</b>	<p>RUBENS BUENO – Acresce parágrafos ao art. 43 da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias para dispor sobre a mora do incorporador na entrega de unidade imobiliária autônoma ao proprietário, promitente comprador, cessionário ou promitente cessionário dos direitos aquisitivos sobre o aludido imóvel.</p> <p>Data de designação: 03/10/2023</p>
<b>PL 3812/2021</b>	<p>ABOU ANNI – Dispõe sobre a venda, em leilão, de veículos inundados provenientes de enchentes e dá outras providências.</p> <p>Data de designação: 22/03/2023</p>
<b>PL 3049/2019</b>	<p>WLADIMIR GAROTINHO – Modifica a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias, para alterar disposições relativas ao desfazimento do contrato celebrado com o incorporador, mediante distrato ou da resolução do contrato por inadimplemento do adquirente de unidade imobiliária.</p> <p>Data de designação: 03/10/2023</p>
<b>PL 3428/2023</b>	<p>ARNALDO JARDIM – Fixa o limite máximo de chumbo em tintas e materiais similares de revestimento de superfícies</p> <p>Data de designação: 15/08/2023</p>

Relatório anual - 2023

**PL 1796/2022** JOSÉ ROCHA – Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre a saúde suplementar, para determinar que o rol de procedimentos definido pela ANS para os planos de saúde tenha caráter exemplificativo.  
Data de designação: 19/04/2023

**PL 2928/2021** TITO – Suspende, por 720 dias, a utilização do scoring de crédito de consumidor como subsídio para concessão de crédito ou venda a prazo.  
Data de designação: 22/03/2023

---

**Relator: Marx Beltrão**

---

**PL 4366/2021** ANGELA AMIN – Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para determinar que a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) explique periodicamente, em linguagem acessível à população, as variações no valor das tarifas de energia elétrica.  
Data de designação: 03/10/2023

**PL 6377/2019** PEDRO AUGUSTO BEZERRA – Dispõe sobre o direito do consumidor ao controle e pagamento individual de seu consumo nos bares, lanchonetes, restaurantes e estabelecimentos comerciais similares e dá outras providências.  
Data de designação: 12/12/2023

**PL 631/2021** ALEXANDRE FROTA – Estabelece norma para o reajuste dos aluguéis residenciais, não residenciais e comerciais, e dá outras providências.  
Data de designação: 22/03/2023

**PL 871/2022** MÁRCIO LABRE – Dá nova redação ao art. 22 da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, que dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes.  
Data de designação: 22/03/2023

Relatório anual - 2023

<b>PL 4126/2023</b>	<p>MARCOS SOARES – Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para fins de estabelecer punições a motoristas de aplicativos que não disponham de troco em dinheiro para oferecerem contra o pagamento em dinheiro feito pelo usuário de seus serviços.</p> <p>Data de designação: 12/12/2023</p>
<b>PL 613/2020</b>	<p>LUCIANO DUCCI – Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro 1986, a Lei 11.771, de 17 setembro 2008, e dá outras providências.</p> <p>Data de designação: 22/03/2023</p>
<b>PL 6522/2019</b>	<p>RUY CARNEIRO – Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para limitar em três meses o prazo máximo para que as concessionárias e permissionárias do serviço de distribuição de energia elétrica efetuem a cobrança de valores faturados a menor relativos a unidades consumidoras atendidas em baixa tensão.</p> <p>Data de designação: 22/03/2023</p>
<b>PL 4371/2023</b>	<p>DUARTE JR. – Torna obrigatória a distribuição das datas de vencimento opcionais para débitos com concessionárias de serviço público entre a primeira e a segunda quinzena do mês.</p> <p>Data de designação: 03/10/2023</p>
<b>PL 134/2022</b>	<p>PEDRO LUPION – Dispõe sobre o Sistema de Informação da Qualidade do Diesel B ao Consumidor Final e dá outras providências.</p> <p>Data de designação: 22/03/2023</p>
<b>PL 1358/2022</b>	<p>CELSO SABINO – Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para estabelecer diretriz para o estabelecimento da tarifa de uso do sistema de transmissão.</p> <p>Data de designação: 22/03/2023</p>
<b>PL 4588/2023</b>	<p>DEFENSOR STÉLIO DENER – Dispõe sobre a concessão de desconto nas tarifas de energia elétrica aplicáveis às unidades consumidoras situadas em Unidades da</p>

Relatório anual - 2023

Federação em que o suprimento realizado por intermédio de importação de energia elétrica produzida integralmente em território estrangeiro represente mais de 15% (quinze por cento) da carga média local.

Data de designação: 31/10/2023

---

**Relator: Milton Vieira**

---

**PL 3641/2021** ALEXANDRE FROTA – Estabelece medidas de proteção a crianças e adolescentes para a aquisição de livros e artigos literários.

Data de designação: 19/04/2023

**PL 415/2015** RUBENS BUENO – Acresce parágrafos ao art. 43 da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias para dispor sobre a mora do incorporador na entrega de unidade imobiliária autônoma ao proprietário, promitente comprador, cessionário ou promitente cessionário dos direitos aquisitivos sobre o aludido imóvel.

Data de designação: 19/04/2023

**PL 2044/2022** HERCULANO PASSOS – Dispõe sobre autorização ao Transportador-Revendedor-Retalhista (TRR) para realizar as atividades de mistura obrigatória de biocombustíveis e de controle de qualidade de combustíveis.

Data de designação: 19/04/2023

**PL 128/2022** MAURÍCIO DZIEDRICKI – Altera a Lei nº 12.468, de 26 de agosto de 2011, para dispensar o uso de taxímetro se o preço do serviço puder ser definido por meio de aplicativos ou outras plataformas digitais.

Data de designação: 19/04/2023

---

**Relator: Neto Carletto**

---

**PL 5393/2023** JOSIMAR MARANHÃOZINHO – Dispõe sobre o acesso de clientes às cozinhas de estabelecimentos que comercializam alimentos preparados para consumo e dá outras providências.  
Data de designação: 12/12/2023

**PL 4873/2023** ROMERO RODRIGUES – Altera Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para regular o direito de desistência imotivada na entrega domiciliar de produtos perecíveis ou de consumo imediato.  
Data de designação: 12/12/2023

---

**Relator: Ossesio Silva**

---

**PL 1889/2023** HELIO LOPES – Garante aos idosos e analfabetos que pelo menos 10% (dez por cento) do total de atendimentos à distância seja realizado no formato presencial, em estabelecimentos públicos e privados.  
Data de designação: 31/10/2023

**PL 5066/2023** PEZENTI – Dispõe sobre a regulamentação do padrão de identidade e qualidade de produto alimentício formulado à base de alho triturado.  
Data de designação: 31/10/2023

**PL 918/2022** AJ ALBUQUERQUE – Cria o Parágrafo Único do Artigo 19 da Lei 14.300, de 06 de janeiro de 2022, excluindo a incidência de acréscimos por meio de bandeira tarifária do consumo de energia elétrica ativa a ser faturada para consumidor-gerador de energia por microgeração e minigeração distribuída através de matriz eólica ou solar, quando da apuração a que se refere o artigo 12 da presente Lei.  
Data de designação: 31/10/2023

Relatório anual - 2023

<b>PL 1087/2019</b>	AMARO NETO – Obriga os estabelecimentos comerciais que utilizem caixa registradora com monitor a dispor a tela de forma que o cômputo das compras seja visível ao consumidor. Data de designação: 12/12/2023
<b>PDL 383/2022</b>	RODRIGO DE CASTRO – Sustar o § 3º do art. 2º do Decreto nº 10.798, de 17 de setembro de 2021, que regulamentou o disposto no art. 23 da Lei 14.182, de 2021, e estabeleceu que a apuração dos benefícios tarifários deverá considerar a redução dos custos totais para os consumidores em relação a não prorrogação dos contratos. Data de designação: 31/10/2023
<b>PL 1648/2022</b>	BETO ROSADO – Altera a Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022, para estabelecer que o parecer de acesso de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica à rede de distribuição deverá ser emitido pela distribuidora acessada ou por empresa ou profissional habilitados, conforme escolha do consumidor. Data de designação: 31/10/2023

---

**Relator: Paulão**

---

<b>PL 5043/2023</b>	ROBERTO MONTEIRO PAI – Cria o “Selo Verde” com a finalidade de informar ao consumidor a presença de óleo lubrificante que passou pelo processo de rerrefino na composição de óleo lubrificante automotivo vendido em todo território nacional. Data de designação: 31/10/2023
<b>PL 3694/2023</b>	GUILHERME BOULOS – Dispõe sobre a isenção de cobranças de matrícula em cursos sem data de início definido nas instituições de ensino superior privadas. Data de designação: 16/08/2023
<b>PL 495/2023</b>	DUARTE JR. – Dispõe sobre direitos do consumidor quando constatada exposição de produtos com validade vencida ou com divergência de preço em mercados, hipermercados e supermercados, e dá outras providências. Data de designação: 05/04/2023

Relatório anual - 2023

<b>PL 1043/2019</b>	<p>DAVID SOARES – Dispõe sobre a abertura de agências bancárias aos sábados e domingos.</p> <p>Data de designação: 19/04/2023</p>
<b>PL 9255/2017</b>	<p>ERIKA KOKAY – Acrescenta novo § 4º ao art. 52 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para permitir a alteração, por parte do consumidor, da data de vencimento de contrato de crédito por ele celebrado.</p> <p>Data de designação: 11/04/2023</p>
<b>PL 1922/2022</b>	<p>JOSEILDO RAMOS – Altera a Lei n.º 11.445, de 5 de janeiro de 2007 (Lei de Saneamento Básico), para garantir o acesso à água potável e ao esgotamento sanitário como direitos humanos, e dá outras providências.</p> <p>Data de designação: 19/04/2023</p>
<b>PL 3894/2019</b>	<p>CÉLIO STUDART – Proíbe a exigência de caução ou de qualquer garantia similar para internação de animais em hospitais, clínicas veterinárias e congêneres, quando há urgência de tratamento.</p> <p>Data de designação: 05/04/2023</p>
<b>PL 2042/2021</b>	<p>LAURIETE – Altera o Código Civil para reduzir o prazo prescricional de dívidas advindas de relação de consumo para aqueles que se encontram desempregados há 1 (um) ano ou mais.</p> <p>Data de designação: 05/04/2023</p>
<b>PL 2093/2003</b>	<p>JÚLIO DELGADO – Dispõe sobre a advertência em rótulos de alimentos e bulas de medicamentos que contêm fenilalanina.</p> <p>Data de designação: 05/04/2023</p>

Relatório anual - 2023

**PL 2718/2007** SILVIO LOPES – Acrescenta o art. 4º-A à Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, atribuindo à Agência Nacional de Águas a execução de controle de qualidade dos recursos hídricos de domínio da União.  
Data de designação: 19/04/2023

---

**Relator: Ricardo Silva**

---

**PL 4843/2019** JOSÉ MEDEIROS – Dispõe sobre simplificação e facilitação do acesso a serviços públicos e sobre a sistemática recursal administrativa.  
Data de designação: 26/04/2023

**PL 6457/2019** EDNA HENRIQUE – Obriga a disponibilização gratuita de lupas de aumento para utilização pelos consumidores nos estabelecimentos comerciais que especifica.  
Data de designação: 11/04/2023

**PL 2257/2022** NEY LEPREVOST – Veda a utilização de dióxido de titânio na fabricação de alimentos, bem como a importação de alimentos que contenham dióxido de titânio.  
Data de designação: 05/04/2023

**PL 2369/2020** PAULO RAMOS – Altera a Lei n.º 9.478, de 6 de agosto de 1997, para incluir a possibilidade de postos multimarca de revenda de combustíveis.  
Data de designação: 19/04/2023

---

**Relator: Roberto Monteiro Pai**

---

**PL 128/2022** MAURÍCIO DZIEDRICKI – Altera a Lei nº 12.468, de 26 de agosto de 2011, para dispensar o uso de taxímetro se o preço do serviço puder ser definido por meio de aplicativos ou outras plataformas digitais.  
Data de designação: 03/10/2023

Relatório anual - 2023

<b>PL 5403/2020</b>	<p>NORMA AYUB – Altera a Lei nº 9.503, de 1997, Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer obrigação de divulgação de informações sobre veículos automotores em peças publicitárias.</p> <p>Data de designação: 24/05/2023</p>
<b>PL 5403/2020</b>	<p>NORMA AYUB – Altera a Lei nº 9.503, de 1997, Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer obrigação de divulgação de informações sobre veículos automotores em peças publicitárias.</p> <p>Data de designação: 01/08/2023</p>
<b>PL 4326/2019</b>	<p>BOCA ABERTA – Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de mangueiras transparentes nas bombas de combustíveis.</p> <p>Data de designação: 11/04/2023</p>
<b>PL 4326/2019</b>	<p>BOCA ABERTA – Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de mangueiras transparentes nas bombas de combustíveis.</p> <p>Data de designação: 01/08/2023</p>
<b>PL 600/2021</b>	<p>BOSCO SARAIVA – Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, para proibir o uso de grampos galvanizados nas embalagens de produtos alimentícios.</p> <p>Data de designação: 05/04/2023</p>
<b>PL 3190/2021</b>	<p>ALEXANDRE FROTA – Determina limite máximo diário de transferência eletrônica via PIX e dá outras providências.</p> <p>Data de designação: 05/04/2023</p>
<b>PL 3190/2021</b>	<p>ALEXANDRE FROTA – Determina limite máximo diário de transferência eletrônica via PIX e dá outras providências.</p> <p>Data de designação: 01/08/2023</p>

Relatório anual - 2023

**PL 4756/2023** FAUSTO SANTOS JR. – Proíbe a cobrança da fatura de energia elétrica através de protesto em cartório antes de decorridos 90 (noventa) dias de atraso do pagamento.  
Data de designação: 17/10/2023

**PL 1087/2019** AMARO NETO – Obriga os estabelecimentos comerciais que utilizem caixa registradora com monitor a dispor a tela de forma que o cômputo das compras seja visível ao consumidor.  
Data de designação: 03/10/2023

**PL 4139/2023** PEDRO UCZAI – Dispõe sobre o uso da palavra “mel” nas embalagens, rótulos e publicidade de alimentos.  
Data de designação: 03/10/2023

---

**Relator: Sergio Souza**

**PL 5403/2020** NORMA AYUB – Altera a Lei nº 9.503, de 1997, Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer obrigação de divulgação de informações sobre veículos automotores em peças publicitárias.  
Data de designação: 11/04/2023

---

**Relator: Silvio Costa Filho**

**PL 1635/2021** DRA. SORAYA MANATO – Acrescenta o art. 10-A à Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, para dispor sobre a obrigação das instituições de pagamento de informar, nas faturas dos instrumentos de pagamento por elas emitidas, os dados que especifica para a identificação do recebedor do pagamento.  
Data de designação: 22/03/2023

Relatório anual - 2023

<b>PL 4403/2021</b>	<p>FELIPE RIGONI – Acresce dispositivo à Lei N° 8.078, de 11 de dezembro de 1990, para dispor alternativa à prestação impressa de informações relativas a produtos ou serviços.</p> <p>Data de designação: 22/03/2023</p>
<b>PL 4119/2021</b>	<p>NEREU CRISPIM – Dispõe sobre procedimentos para autorização de débitos em conta de depósitos e em conta-salário.</p> <p>Data de designação: 22/03/2023</p>
<b>PL 1264/2021</b>	<p>CARLOS BEZERRA – Acrescenta o inciso XVII ao art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para incluir no rol de práticas consideradas abusivas a restrição da responsabilidade de instituição financeira pelos danos decorrentes de roubo, furto ou extravio de bem entregue em garantia no âmbito de contrato de penhor civil.</p> <p>Data de designação: 22/03/2023</p>
<b>PL 3598/2021</b>	<p>CARLOS BEZERRA – Altera a Lei nº 11.649, de 4 de abril de 2008, para vedar a cobrança de prestações de arrendamento mercantil após furto ou roubo do veículo automotivo que esteja garantido por contrato de seguro.</p> <p>Data de designação: 22/03/2023</p>
<b>PL 6280/2019</b>	<p>FLAVIANO MELO – Acrescenta parágrafos ao art. 53, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor), para assegurar o direito à compensação ao devedor que efetuar o pagamento de prestações na ordem inversa dos seus vencimentos.</p> <p>Data de designação: 22/03/2023</p>
<b>PL 3592/2020</b>	<p>WOLNEY QUEIROZ – Altera a Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, para estabelecer a obrigatoriedade de os postos revendedores de combustíveis automotivos informarem as especificações técnicas da gasolina comercializada e dá outras providências</p> <p>Data de designação: 22/03/2023</p>

Relatório anual - 2023

<b>PL 641/2022</b>	<p>IGOR TIMO – Obriga os postos revendedores de combustíveis automotivos a divulgarem informações sobre quantidade e preço de seus estoques, assim como a reajustarem seus preços de modo proporcional à variação dos valores repassados pelas refinarias.</p> <p>Data de designação: 22/03/2023</p>
<b>PL 4417/2020</b>	<p>GLAUSTIN DA FOKUS – Estabelece a obrigação de restituição aos segurados, de parte dos prêmios de seguros pagos às Sociedades Seguradoras, em virtude da pandemia do Coronavírus – Covid-19.</p> <p>Data de designação: 22/03/2023</p>
<b>PL 5559/2020</b>	<p>NICOLETTI – Dispõe sobre o agendamento online para marcação de atendimento pessoal nas agências bancárias em todo o país.</p> <p>Data de designação: 22/03/2023</p>
<b>PLP 9/2022</b>	<p>AUREO RIBEIRO – Dispõe sobre a emissão da moeda nacional no formato digital e dá outras providências.</p> <p>Data de designação: 22/03/2023</p>
<b>PL 2622/2022</b>	<p>DOMINGOS NETO – Dispõe sobre a segurança de aplicativos bancários para dispositivos móveis.</p> <p>Data de designação: 22/03/2023</p>
<b>PL 2314/2022</b>	<p>FLÁVIO NOGUEIRA – Obriga que os hipermercados, supermercados e atacadistas disponibilizem no interior da loja informativo listando os 10 produtos que mais tiveram aumento nos últimos 15 dias.</p> <p>Data de designação: 19/04/2023</p>

Relatório anual - 2023

**PL 1087/2019** AMARO NETO – Obriga os estabelecimentos comerciais que utilizem caixa registradora com monitor a dispor a tela de forma que o cômputo das compras seja visível ao consumidor.  
Data de designação: 22/03/2023

---

**Relator: Vinicius Carvalho**

---

**PL 3499/2021** VALTENIR PEREIRA – Altera a Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, para prever a utilização de critérios diferenciados para a definição dos preços de terapias gênicas, celulares e com células-tronco.  
Data de designação: 22/03/2023

**PL 2241/2023** ANDRÉ FIGUEIREDO – Dispõe sobre a cobrança de tarifa aeroportuária pela permanência nas áreas de embarque e desembarque por período superior ao indicado, nos casos de exploração de aeródromo concedido.  
Data de designação: 01/08/2023

**PL 3844/2019** MÁRIO HERINGER – Altera a Lei nº 6.729, de 28 de novembro de 1979, para estabelecer critérios para a revenda de veículos automotores adquiridos por venda direta.  
Data de designação: 22/03/2023

**PL 1635/2021** DRA. SORAYA MANATO – Acrescenta o art. 10-A à Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, para dispor sobre a obrigação das instituições de pagamento de informar, nas faturas dos instrumentos de pagamento por elas emitidas, os dados que especifica para a identificação do recebedor do pagamento.  
Data de designação: 03/10/2023

**PL 734/2020** ALEXANDRE FROTA – Altera o Código Penal Brasileiro para fazer inserir o artigo 268-A para incluir como crime a elevação de preços de produtos e serviços médicos hospitalares em momentos de crise na saúde pública, mais especificamente em épocas de calamidade pública, epidemia e pandemia declaradas. Altera o Código de Defesa do Consumidor para tornar crime contra o consumidor a elevação de preços.  
Data de designação: 22/03/2023

Relatório anual - 2023

<b>PL 4119/2021</b>	<p>NEREU CRISPIM – Dispõe sobre procedimentos para autorização de débitos em conta de depósitos e em conta-salário. Data de designação: 03/10/2023</p>
<b>PL 4579/2019</b>	<p>LÉO MORAES – Estabelece que a taxa de juros cobrada no cheque especial não pode superar a taxa cobrada em operações de crédito pessoal sem garantia. Data de designação: 05/04/2023</p>
<b>PL 533/2019</b>	<p>JÚLIO DELGADO – Acrescenta o parágrafo único ao artigo 17 e § 3º ao artigo 491, ambos do Código de Processo Civil. Data de designação: 22/03/2023</p>
<b>PL 3598/2021</b>	<p>CARLOS BEZERRA – Altera a Lei nº 11.649, de 4 de abril de 2008, para vedar a cobrança de prestações de arrendamento mercantil após furto ou roubo do veículo automotivo que esteja garantido por contrato de seguro. Data de designação: 03/10/2023</p>
<b>PL 697/2021</b>	<p>CARLOS BEZERRA – Altera a Lei n.º 4.591, de 16 de dezembro de 1964, para estabelecer que, caso seja mais favorável ao adquirente, será devida pela incorporadora a mesma cláusula penal aplicável ao adquirente na hipótese de entrega do imóvel em prazo superior ao estipulado contratualmente. Data de designação: 22/03/2023</p>
<b>PL 2622/2022</b>	<p>DOMINGOS NETO – Dispõe sobre a segurança de aplicativos bancários para dispositivos móveis. Data de designação: 03/10/2023</p>
<b>PL 21/2019</b>	<p>WELITON PRADO – Dispõe sobre a garantia ao consumidor da disponibilização de mecanismos de segurança alternativos aos sistemas biométricos para controle de transações Data de designação: 22/03/2023</p>

Relatório anual - 2023

<b>PL 10695/2018</b>	<p>PADRE JOÃO – Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, para acrescentar normas gerais sobre rotulagem de alimentos.</p> <p>Data de designação: 19/04/2023</p>
<b>PL 3030/2023</b>	<p>JONAS DONIZETTE – Dá nova redação ao art. 51 da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, que “Dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes”, para possibilitar que o prazo do contrato a ser renovado seja livremente pactuado pelas partes.</p> <p>Data de designação: 01/08/2023</p>
<b>PL 3475/2023</b>	<p>MARCOS SOARES - Altera a Lei nº 6.538, de 22 de julho de 1978, para dispor sobre a redução da tarifa de postagem para áreas consideradas de risco pela Empresa de Correios e Telégrafos - ECT, e dá outras providências.</p> <p>Data de designação: 16/08/2023</p>
<b>PL 4728/2023</b>	<p>JONAS DONIZETTE – Dispõe sobre o encerramento de conta de depósitos em instituição financeira.</p> <p>Data de designação: 17/10/2023</p>
<b>PL 1507/2023</b>	<p>MAURICIO NEVES – Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 para prever a publicidade de produtos e serviços ilícitos em “sites” hospedados em servidores localizados fora do Brasil como crime contra o consumidor.</p> <p>Data de designação: 24/05/2023</p>
<b>PL 1954/2022</b>	<p>CARLOS VERAS – Dispõe sobre o tempo como bem de valor jurídico essencial para o exercício dos direitos da personalidade, devendo ser considerado para fins de reparação integral dos danos ao consumidor.</p> <p>Data de designação: 22/03/2023</p>
<b>PL 2896/2021</b>	<p>KIM KATAGUIRI – Altera a Lei das Contravenções Penais, o Código Civil e o Código de Defesa do Consumidor a fim de permitir o pagamento por meio exclusivamente eletrônico</p> <p>Data de designação: 22/03/2023</p>

Relatório anual - 2023

**PL 10022/2018** SENADO FEDERAL – Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para tornar obrigatória a aposição de tarja informativa sobre o uso de retoque digital na silhueta das pessoas em fotografias para fins de publicidade.

Data de designação: 22/03/2023

**PL 1808/2023** NETO CARLETTO – Acrescenta parágrafo ao art. 54-B, da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, que “Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências”, para assegurar ao consumidor a revisão das taxas de juros remuneratórios dos contratos de crédito e de venda a prazo que excederem o dobro da taxa média do mercado, divulgada pelo Banco Central do Brasil, relativa ao mesmo período de referência e à mesma modalidade de contratação.

Data de designação: 01/08/2023

**PL 1930/2023** JÚNIOR MANO - Acrescenta parágrafo ao art. 52, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que “Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências”, com o objetivo de garantir ao consumidor idoso a opção de receber gratuitamente os demonstrativos e faturas de cartão de crédito em formato físico e com antecedência mínima de dez dias do respectivo vencimento.

Data de designação: 20/12/2023

---

**Relator: Weliton Prado**

---

**PL 2425/2019** JULIO CESAR RIBEIRO – Dispõe sobre a obrigatoriedade da concessão de descontos no custo de serviços de alimentação aos consumidores que tenham se submetido à gastroplastias.

Data de designação: 22/03/2023

**PL 4872/2020** OTONI DE PAULA – Dispõe sobre a certificação de segurança de baterias utilizadas em bicicletas, patins e *hoverboards* com a finalidade de propulsão elétrica.

Data de designação: 22/03/2023

Relatório anual - 2023

<b>PL 3759/2023</b>	DORINALDO MALAFAIA – Dispõe sobre a vedação da cobrança de bandeiras tarifárias em unidade da federação superavitárias em energia elétrica de fontes renováveis. Data de designação: 27/09/2023
<b>PL 8944/2017</b>	AUREO RIBEIRO – Obriga bares, lanchonetes e demais estabelecimentos a indicarem nos cardápios os alimentos que contêm alta concentração de sódio, e dá outras providências. Data de designação: 22/03/2023
<b>PL 5715/2019</b>	SILAS CÂMARA – Determina que as concessionárias e as permissionárias dos serviços de distribuição de energia elétrica deverão proporcionar aos consumidores a escolha entre os medidores de consumo de energia eletromecânicos ou medidores eletrônicos. Data de designação: 22/03/2023
<b>PL 5376/2019</b>	DRA. SORAYA MANATO – Veda a inclusão de taxa de serviço, na conta do consumidor, por estabelecimentos que comercializem alimentos na modalidade autosserviço. Data de designação: 22/03/2023
<b>PL 4180/2021</b>	ALEXANDRE FROTA – Estabelece a proibição de propaganda ou publicidade em todos os veículos de comunicação da comercialização de qualquer arma de fogo. Data de designação: 05/04/2023
<b>PL 560/2021</b>	EDUARDO COSTA – Estabelece limite para cobertura tarifária de perdas não técnicas na distribuição de energia elétrica; altera as Leis nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e nº 5.655, de 20 de maio de 1971, para obtenção de modicidade tarifária; e dá outras providências. Data de designação: 22/03/2023

Relatório anual - 2023

<b>PL 2483/2019</b>	MARIANA CARVALHO – Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre o prazo de vencimento para realização de compra em sites de compras coletivas. Data de designação: 22/03/2023
<b>PL 436/2019</b>	RUBENS BUENO – Regulamenta os programas de milhagem das companhias aéreas. Data de designação: 22/03/2023
<b>PL 3601/2021</b>	CARLOS BEZERRA – Dispõe sobre o prazo prescricional da pretensão do segurado contra o segurador, na hipótese de vícios estruturais de construção acobertados pelo seguro habitacional obrigatório. Data de designação: 22/03/2023
<b>PL 8066/2017</b>	CHICO D'ANGELO – Obriga os fabricantes de cervejas a discriminarem os cereais utilizados em sua produção, assim como a presença de organismos geneticamente modificados. Data de designação: 22/03/2023
<b>PL 5718/2023</b>	YURI DO PAREDÃO - Dispõe sobre a obrigatoriedade de baixa automática e eletrônica de gravames por instituições credoras após o cumprimento das obrigações por parte do devedor. Data da designação: 21/12/2023

---

# EMENDAS

---

---

# EMENDAS À LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

---

## **Emenda de Apropriação nº 1/2023**

**Ementa:** Conscientização de Proteção de Dados (Inciso VI, Art.55j, Lei 13.853)

**Âmbito:** Nacional

**Valor:** R\$ 10.000.000

### **JUSTIFICAÇÃO**

Fomentar a conscientização sobre a proteção de dados é fundamental para informar a sociedade sobre a existência e importância da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) no Brasil. A divulgação da LGPD visa garantir que a lei seja aplicada corretamente, protegendo os direitos dos cidadãos em relação aos seus dados pessoais.

Os órgãos e instituições envolvidos no procedimento administrativo e judicial de divulgação de dados, como a AGU, a Justiça Federal, o CNJ e a Defensoria Pública, são essenciais para garantir a efetividade da LGPD e devem ser informados sobre seus deveres e responsabilidades.

A conscientização do público-alvo, que inclui a sociedade em geral, é crucial para que todos compreendam seus direitos e saibam como exigir o cumprimento da LGPD por parte das empresas e organizações que lidam com seus dados. A campanha de conscientização também busca sensibilizar as pessoas sobre a importância de proteger seus próprios dados pessoais, incentivando práticas seguras de uso da internet e prevenindo possíveis violações de privacidade.

Ao fortalecer os argumentos em favor da campanha de conscientização, contribuímos para uma sociedade mais informada, consciente e (principalmente) protegida em relação à privacidade e segurança dos dados.

---

---

**Emenda de Apropriação nº 2/2023**

**Ementa:** Fortalecimento do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor

**Âmbito:** Nacional

**Valor:** R\$ 100.000.000

**JUSTIFICAÇÃO**

Esta emenda visa fomentar os órgãos de controle e de fiscalização no território nacional, protegendo os consumidores dos monopólios e oligopólios de empresas , que praticam preços abusivos e outras condutas semelhantes.

---

**Emenda de Apropriação nº 3/2023**

**Ementa:** Kit fortalecimento dos Procons

**Âmbito:** Nacional

**Valor:** R\$ 66.879.200

**JUSTIFICAÇÃO**

A Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) é o órgão do Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP encarregado de coordenar a Política Nacional das Relações de Consumo, cujos objetivos incluem salvaguardar a proteção e o exercício dos direitos dos consumidores, bem como promover a harmonização nas relações de consumo e estimular práticas de consumo responsável. Para alcançar esses objetivos, a Senacon desenvolve ações de fiscalização, coordenação de políticas de defesa do consumidor, educação para o consumo, cooperação com outros órgãos e entidades envolvidas na defesa do consumidor e, também, disponibiliza aos consumidores a plataforma de solução de conflitos de consumo: [consumidor.gov.br](http://consumidor.gov.br).

O Sistema Nacional de Defesa do Consumidor - SNDC é composto por um conjunto de órgãos federais, estaduais e municipais que se articulam para sua efetivação. São órgãos integrantes do SNDC, além da Senacon: órgãos de defesa do consumidor (Procons municipais e

estaduais); Ministérios Públicos; Defensorias Públicas e Entidades Cíveis de defesa do consumidor.

A indicação de emenda parlamentar proporcionará a modernização administrativa dos Procons, por meio da aquisição de equipamentos e veículos aos Procons e resultará em uma melhor capacidade de atendimento tanto nas unidades físicas quanto nas unidades móveis, por meio de ações itinerantes, proporcionando aos cidadãos acesso ao Direito do Consumidor assim como resolução de problemas nas relações de consumo.

A Senacon elaborou Kits de equipamentos, de acordo com a população a ser atendida pelos Procons, a fim de oferecer melhor estrutura para o atendimento das demandas locais.

Neste sentido, solicita-se aporte orçamentário no valor de R\$ 66.879.200,00 (sessenta e seis milhões, oitocentos e setenta e nove mil e duzentos reais) para aquisição de 200 kits, para a estruturação de 20% das unidades de Procons nacionais.

---

#### **Emenda de Apropriação nº 04/2023**

**EMENTA:** Manutenção e Desenvolvimento – Sistemas Senacon/MJSP

**ÂMBITO:** Nacional

**VALOR:** R\$ 10.000.000

#### **JUSTIFICAÇÃO**

A Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) é o órgão do Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP encarregado de coordenar a Política Nacional das Relações de Consumo, cujos objetivos incluem salvaguardar a proteção e o exercício dos direitos dos consumidores, bem como promover a harmonização nas relações de consumo e estimular práticas de consumo responsável.

Para alcançar esses objetivos, a Senacon desenvolve ações de fiscalização, coordenação de políticas de defesa do consumidor, educação para o consumo, cooperação com outros órgãos e entidades envolvidas na defesa do consumidor e, também, disponibiliza aos consumidores a plataforma de solução de conflitos de consumo: [consumidor.gov.br](http://consumidor.gov.br).

Neste sentido a indicação de emenda proporcionará a manutenção e modernização das plataformas de apoio aos consumidores disponibilizadas pela Senacon:

#### **- Consumidor.gov.br 2.0**

O Consumidor.gov.br é o serviço público e gratuito que permite a comunicação direta entre consumidores e empresas para solução de conflitos de consumo pela internet. Ele consiste em uma alternativa para o consumidor resolver seu problema diretamente com as empresas cadastradas, dispensada a intervenção do Poder Público na tratativa individual, em um ambiente público e totalmente transparente.

Atualmente existem 7.494.896 Reclamações Finalizadas, 1.370 empresas participantes, 5.250.744 consumidores cadastrados e Resolutividade de 76,85%.

#### **- ProConsumidor**

O ProConsumidor, sistema que está substituindo o Sindec (até então o principal sistema utilizado pelos órgãos de defesa do consumidor nacionalmente), que também é uma política de integração dos órgãos de defesa do consumidor, possibilitando o monitoramento das ações implementadas pelos órgãos de estado ou entes de mercado, bem como subsidiará a elaboração de estudos e pesquisas sobre os principais assuntos, problemas e fornecedores reclamados pelos consumidores.

O ProConsumidor é um sistema mais simples, mais ágil e mais bem adaptado às necessidades atuais de atuação dos órgãos de defesa do consumidor, no atendimento aos consumidores. O objetivo é propiciar atendimentos mais céleres e mais flexíveis, se adequando às realidades comuns ou particulares de todos os atores dessa conjuntura.

Diferentemente do Sindec, o ProConsumidor é um sistema centralizado. A Senacon assume a infraestrutura do sistema e a segurança dos dados, e com isso, um dos maiores benefícios dessa nova estrutura é a centralização do cadastro do fornecedor, atualizado e mantido pela Senacon. As empresas, por meio de uma única senha, visualizam e respondem as demandas de todo o Brasil.

Toda essa estrutura tem um custo alto e requer uma estruturação relevante. Assim, atualmente o ProConsumidor necessita uma refatoração para evitar que tenhamos indisponibilidades do sistema, além de investir em mais funcionalidades e relatórios.

Hoje existem 1.430.811 Reclamações registradas e 2.164.088 atendimentos cadastrados. São mais de 750 Credenciadas de Atendimento com potencial de crescer mais.

- Sistema de controle e gestão interno da CGCTSA – Módulo Nacional de Sanções.

A Coordenação Geral de Consultoria Técnica e Sanções Administrativas – CGCTSA é a unidade de procedimentalização (i) de expedientes de imposição de sanções administrativas por agravos aos direitos do consumidor de abrangência nacional; (ii) expedientes de relacionados ao cumprimento do dos planos de mídia e procedimentos relacionados a todos os Recalls do Brasil, tema de competência da CGCTSA/DPDC/SENACON.

Tais procedimentos consistem em matéria contenciosa administrativa, comumente envolvendo temas sensíveis como violações aos direitos do consumidor relacionadas ao sistema de saúde complementar, instituições financeiras, prestadoras de serviços públicos, plataformas digitais, bem como questões relacionadas aos riscos por defeitos de fabricação de produtos.

Os respectivos processos administrativos despertam o interesse de múltiplos atores da sociedade, tais como órgãos de imprensa, associações civis, organizações não governamentais de defesa do consumidor, instituições de ensino órgãos diversos da administração pública federal, fornecedores e prestadores de produtos e serviços.

As atuações e procedimentos de verificação levados a efeito no órgão mobilizam a atuação de uma comunidade de operadores do Direito numerosa, que envolve não apenas escritórios de advocacia das empresas atuadas, como também órgãos do ministério público estadual e federal, instituições de segurança pública, Advocacia-Geral da União, Poder Judiciário entre outros atores e instituições impactadas direta ou indiretamente pelos atos administrativos praticados no exercício da tutela administrativa do consumidor.

Apesar de consistir no coração procedimental do DPDC, em unidade responsável pelo enforcement da tutela administrativa do consumidor e em interface de contato primário da SENACON com toda esta comunidade, a CGCTSA não dispõe de uma ferramenta digital específica para procedimentalização de sanções administrativas que permita distinguir o caráter estratégico e a singularidade dos procedimentos que consistem em sua pauta finalística.

Atualmente, os procedimentos administrativos de sanção são atuados via sistema SEI, uma ferramenta digital extremamente útil para tarefas como comunicações internas, recebimento e resposta de demandas de informações apresentadas por cidadãos no manejo

das potestades conferidas pela LAI, controle de patrimônio, registro de atos de expedientes relacionados à administração de recursos humanos, etc.

Contudo, a plataforma SEI não é vocacionada a proceduralização de procedimentos administrativos contenciosos, finalidade para a qual ela representa severos entraves para o alcance de eficiência e celeridade procedural, bem como para a conquista de níveis superiores de transparência dessa atividade.

Em virtude deste diagnóstico, a SENACON iniciou tratativas com o Tribunal Regional Federal da 4ª Região para o estabelecimento de parceria visando adaptar a plataforma digital “E-proc”, Sistema de Tramitação Processual dos processos judiciais da Justiça Federal da 4ª Região desenvolvido pelos técnicos do próprio Poder Judiciário (o corpo técnico do TRF4 também é responsável pelo desenvolvimento da ferramenta SEI, que posteriormente foi cedida à administração pública federal da União).

O Sistema E-proc é reconhecido pela comunidade jurídica como a plataforma processual mais intuitiva e eficiente dentre as ferramentas que hoje se encontra em uso no Poder Judiciário do Brasil, sendo a ferramenta considerada um dos fatores decisivos para tornar a Justiça Federal do 4ª Região a mais célere do País na entrega da prestação Jurisdicional.

Em visita institucional do Senhor Secretário Nacional do Consumidor ao Presidente do TRF4, foi colhida resposta positiva da corte no sentido do desenvolvimento de parceria para adaptação da ferramenta às necessidades da tutela administrativa do consumidor. A próxima etapa dessa gestão consiste no desenvolvimento de agenda de encontros técnicos para estimar as necessidades e os investimentos necessários ao alcance dessa adaptação.

A SENACON enxerga nessa iniciativa a possibilidade de desenvolver um piloto da ferramenta para atuação dos seus procedimentos de sanção para posteriormente franqueá-la a todo e qualquer PROCON que enfrente dificuldades para proceduralização do seu poder de polícia em âmbito local, e desejem contar com a ferramenta digital para esta atuação.

Como se sabe, são muitos os Procons municipais que simplesmente não multam em virtude dos desafios envolvidos na proceduralização dos respectivos expedientes. Nesse sentido, o desenvolvimento da ferramenta assumiria uma função de contribuição estruturante à atuação do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, e seria oferecida pela SENACON em

conjunto com atividades de treinamento de formação para o exercício da tutela administrativa do consumidor em todo o Brasil.

Além disso, a plataforma “E-proc” uma vez internalizada no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, poderia ser utilizada para procedimentalização da tutela administrativa sancionatória de todo e qualquer órgão ou entidade da Administração Pública federal que desenvolva tal atividade.

---

## **CRÉDITOS**

Nas imagens

### **Imagens**

As imagens utilizadas neste relatório são do site da Câmara dos Deputados.

### **Conteúdo**

Na redação deste relatório foram utilizadas matérias elaboradas pela Agência Câmara.

CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Comissão de Defesa do Consumidor  
Anexo II, Pavimento Superior Ala C, sala 152  
CEP 70160-900 – Brasília/DF  
Telefones: (61) 3216-6920/6924